



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GABRIEL ROBERTO DAUER

***“¿CON VIDA LOS LLEVARON, CON VIDA LOS QUEREMOS!”: AS MÃES DA PRAÇA
DE MAIO E A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM BUENOS AIRES NA
BUSCA PELOS DESAPARECIDOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR ARGENTINA
(1976-1983)***

FLORIANÓPOLIS

2017

GABRIEL ROBERTO DAUER

**“¡CON VIDA LOS LLEVARON, CON VIDA LOS QUEREMOS!”: AS MÃES DA PRAÇA
DE MAIO E A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM BUENOS AIRES NA
BUSCA PELOS DESAPARECIDOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR ARGENTINA
(1976-1983)**

Monografia submetida ao curso de graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito obrigatório para
obtenção do grau de Bacharelado em Relações
Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mónica Salomón.

FLORIANÓPOLIS

2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dauer, Gabriel Roberto

"¡Con vida los llevaron, con vida los queremos!" : as
Mães da Praça de Maio e a Embaixada dos Estados Unidos em
Buenos Aires na busca pelos desaparecidos da ditadura
civil-militar argentina (1976-1983) / Gabriel Roberto
Dauer ; orientadora, Mónica Salomón , 2017.

122 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Argentina. 3. Ditadura.
4. Mães da Praça de Maio. 5. Estados Unidos da América. I.
, Mónica Salomón. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 (dez) ao aluno Gabriel Roberto Dauer na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Mónica Salomón

Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

Prof. Msc. Jonathan Raphael Viera da Rosa

Às desaparecidas e aos desaparecidos,
Às Mães da Praça de Maio por nos fazer *marchar*
quando tudo parece sombrio,
Aos 43 estudantes desaparecidos da Escuela Normal
Rural de Ayotzinapa no México em 2014,
Aos Amarildos e às Amarildas do Brasil,
Àqueles que se foram em corpo, mas permanecem
em alma na luta por **memória, verdade e justiça.**

AGRADECIMENTOS

Foram quatro anos e meio de múltiplas experiências, o que dificulta a escrita dos agradecimentos. Mudar-se da casa dos pais, (re)conectar-se com outras pessoas, (re)abrir-se às novas oportunidades e dificuldades.

Primeiramente, agradeço à minha orientadora, professora Mónica Salomón por compartilhar um pouco de seu conhecimento desde as aulas de Gênero e Relações Internacionais em 2015, pela concessão da bolsa PIBIC, sua paciência, incentivo, dedicação, cartas de recomendação, seriedade e apoio às minhas pesquisas. Obrigado por ter acreditado neste trabalho e por me incentivar a questionar novas temáticas das Relações Internacionais.

Agradeço também aos professores Márcio Voigt e Jonathan Rosa pela leitura atenta do meu trabalho e pelas ricas colaborações na banca de defesa.

Três pilares fizeram parte dessa trajetória e sempre me apoiaram, minha mãe Maristela Dauer, meu pai Isaias Dauer e minha irmã Michelle Dauer. Sem vocês, não estaria aqui. Sem os conselhos, os exemplos, os puxões de orelha, as risadas, a paciência, as lágrimas de felicidade mesmo em momentos difíceis e, essencialmente, o amor, seria incapaz de finalizar mais essa etapa da minha vida. Obrigado do fundo do meu coração por tudo que fazem por mim.

À Nicole Minvielle, por quase uma década de amizade onde duas personalidades fortes se uniram e nunca mais se separaram. Passamos por inúmeros momentos felizes, pela distância, por desavenças, risadas, choros, segredos e sonhos compartilhados. Obrigado por fazer parte de minha vida com suas críticas inteligentes, conselhos e sabedoria de uma aquariana revolucionária. Não poderia deixar de agradecer à Kika (Maria), que me adotou enquanto seu filho e tão calorosamente me espera no seu sofá com uma xícara de café, compartilhando de suas inúmeras aventuras, conselhos e risadas. *Grazie mille! Vi amo molto!*

À Nágila Hachmann, por também estar quase uma década comigo nos momentos mais importantes da minha vida. Pela sua delicadeza, perspicácia e sensibilidade em me ouvir e me aconselhar. Nossa amizade marcada pela distância Curitiba-Florianópolis fez com que nos tornássemos ainda mais próximos, confidentes e sinceros. Obrigado por tudo, pelas risadas, discussões, segredos e angústias compartilhadas. Amo você, minha (futura) arquiteta e urbanista predileta!

No início das aulas da graduação, decidi que seria mais sociável, faria novas amizades. Descobri pessoas incríveis que prontamente se conectaram e deram origem ao Show dos Poderosos. Ana, Gabriela, Juliane e Louise: vocês também são parte de todas as minhas

conquistas. Obrigado por terem se tornado não apenas colegas, mas amizades sob todos os obstáculos e diferenças. Obrigado pelas risadas, pelos conselhos, pelo amor, pela confiança, pelas lágrimas e, sobretudo, por terem me permitido fazer parte de suas vidas.

À Morgana Machea, por ter escolhido minha amizade, por compartilhar comigo ideias, problemas, inseguranças, sonhos, *spoilers*, risadas e aquele café sagrado depois do almoço no RU. Obrigado por me ouvir e estar ao meu lado, pelos conselhos, carinho e amor.

Ao Leonardo Ertel, por todo o apoio e paciência durante os momentos tensos da escrita, dos picos de ansiedade e por respeitar meu espaço. Foi um presente lindo ter conhecido uma pessoa tão capaz de me garantir tranquilidade, felicidade e amor.

Ao meu cunhado Luiz Filipe, por juntamente de sua família ter me acolhido tão bem nesses longos anos. Pelas longas estadias em Canoas nos períodos de férias e nos eventos acadêmicos, por seus conselhos, paciência e apoio.

Não poderia esquecer de agradecer à UFSC e ao curso de Relações Internacionais. Obrigado às professoras e aos professores que me inspiraram e contribuíram para a minha formação. Obrigado especialmente às professoras Clarissa, Graciela, Karine e Patrícia, por serem importantes na construção do meu senso crítico. Grato também pelos técnicos e servidores públicos, das secretarias ao restaurante universitário, das bibliotecas ao pessoal da limpeza, sempre solícitos e pacientes com as inúmeras necessidades, dúvidas e dificuldades.

À Comissão Memória e Verdade da UFSC por tudo que li, ouvi e presenciei enquanto bolsista. Obrigado pelo apoio de todos seus integrantes (professoras, professores e colegas bolsistas). Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça: verdade, memória e justiça!

À *Asociación de Universidades Grupo Montevideo*, pela bolsa concedida para realizar uma das minhas melhores e mais enriquecedoras experiências através do intercâmbio na *Universidad Nacional de Córdoba* na Argentina. Foi a partir desse intercâmbio que me conectei a fundo com a história argentina e com as Mães da Praça de Maio. Eternamente grato por tudo que vivi e por todos que conheci em Córdoba, especialmente às companheiras do Brasil, à Camila Astete, ao Matias Ameri e à Rebeca Aguayo.



“Y nos quedamos agarradas entre nosotras, agarradas a una columna. Entonces mandaron milicos como para la guerra, armados, con cascos, para que nos fuéramos. Y les dijimos que no nos íbamos a ir. Entonces ellos pidieron que apunten, y cuando dijeron ‘apunten’ nosotras les gritamos ‘fuego’. Y ese gritarles ‘fuego’ hizo que todos los periodistas que estaban para verlo a él – a Terence Todman – vinieran a ver quiénes eran esas mujeres (...)”

(Mães da Praça de Maio)

RESUMO

Durante as décadas de 60 e 80, os países do Cone Sul estiveram sob ditaduras civil-militares e na Argentina a ditadura durou entre 1976 e 1983. O desaparecimento foi uma das principais estratégias de repressão do governo militar argentino, apesar disso, diversas organizações de direitos humanos e familiares das vítimas procuraram pelos desaparecidos. Nesse sentido, o trabalho busca verificar quais foram as estratégias transnacionais de denúncia das Mães da Praça de Maio (*Madres de Plaza de Mayo*) na busca dos desaparecidos da ditadura. Dentre os diversos contatos estabelecidos pelo grupo, a pesquisa foca-se na sua relação com a Embaixada dos Estados Unidos da América em Buenos Aires para obter apoio desse país. Metodologicamente, foram escolhidos os seguintes momentos históricos: o processo de formação das Madres em 1977; a Copa do Mundo (1978); a visita da Anistia Internacional (1976); a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1979); e a Guerra das Malvinas (1982). Para analisar especificamente a relação com a Embaixada e as respostas da Junta Militar sobre as acusações de violações de direitos humanos, utilizaram-se duas fontes: 1) telegramas do Projeto de Desclassificação da Argentina disponibilizados pelo Departamento de Estado estadunidense; e 2) atas das reuniões da Junta Militar disponibilizadas pelo governo argentino. Conclui-se que as estratégias transnacionais das Mães da Praça de Maio para chamar a atenção dos Estados Unidos da América ao caso dos desaparecidos obtiveram maiores resultados durante a administração de Jimmy Carter, apesar do redirecionamento de sua política externa devido a pressões internas. Entretanto, após a eleição de Ronald Reagan, as táticas do grupo para obter auxílio do governo estadunidense foram barradas pela diplomacia silenciosa da nova administração.

Palavras-chave: Argentina; Estados Unidos da América; Ditadura; Mães da Praça de Maio; desaparecidos.

ABSTRACT

During the sixties through the eighties, Southern Cone's countries were under civil-military dictatorships, and in Argentina the dictatorship lasted from 1976 through 1983. One of the main strategies of the Argentine military government was to make civilians disappear, despite that, human-rights organizations and families of the victims looked for the disappeared civilians. In this sense, this work seeks to verify what were the transnational strategies complaints made from the Mothers of the Plaza de Mayo (*Madres de Plaza de Mayo*) in the search for the disappeared. Among the various contacts established by the group, this work focuses on its relationship with the United States of America Embassy in Buenos Aires to obtain support from this country. Methodologically, the following historical moments were chosen: the creation process of the Madres in 1977; the World Cup (1978); the Amnesty International's visit (1976); the Inter-American Commission on Human Rights' visit (1979); and the Falklands/Malvinas War (1982). To analyze specifically the relationship with the Embassy and the Military Junta's responses on allegations of human rights violations, two sources were used: 1) Argentina Declassification Project's telegrams available by the U.S. Department of State; and 2) Military Junta meeting minutes available by the Argentine government. This research concludes that the transnational strategies of the Mothers of the Plaza de Mayo used to draw the attention of the United States of America to the case of the disappeared obtained greater results during Jimmy Carter's administration, despite the redirection of his foreign policy caused by domestic pressure. However, after Ronald Reagan's election, the group's tactics to get aid from the government of the United States of America were barred by the new administration's silent diplomacy.

Keywords: Argentina; United States of America; Dictatorship; Mothers of the Plaza de Mayo; Disappeared.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Centros Clandestinos de Detenção durante o terrorismo de Estado na Argentina (1975-1983).....	112
Figura 2 – Marcha das Madres na Praça de Maio.....	113
Figura 3 – Marcha das Madres na Praça de Maio.....	114
Figura 4 – Madres marcham com a frase “Aparição com vida”.....	115
Figura 5 – Madres ameaçadas pela cavalaria da Junta Militar.....	116
Figura 6 – O Efeito Bumerangue.....	117
Figura 7 – O Modelo Espiral.....	118
Figura 8 – Mídia francesa pede boicote a Copa de 1978 na Argentina.....	119
Figura 9 – Mídia belga pede boicote a Copa de 1978 na Argentina.....	120
Figura 10 – Protesto das Madres durante a Guerra das Malvinas na Praça de Maio.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Aliança Anticomunista Argentina
AFC-CIO	American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations
AI	Anistia Internacional
AMPM	Asociación Madres Plaza de Mayo
APDH	Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos
BID	Banco Interamericano
CELS	Centro de Estudos Legais e Sociais
CIA	Central Intelligence Agency
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CONADEP	Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas
DoS	Departamento de Estado dos Estados Unidos
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESMA	Escola de Mecânica da Armada
EUA	Estados Unidos da América
EXIM	Export-Import Bank of the United States
FMI	Fundo Monetário Internacional
II GM	Segunda Guerra Mundial
MEDH	Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIs	Organizações Internacionais
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONGIs	Organizações Não-Governamentais Internacionais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
SALT	Strategic Arms Limitation Talks
SERPAJ	Serviço Paz e Justiça
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1976-1983 E O MÉTODO DO DESAPARECIMENTO.....	19
1.1 AS MARCAS DO AUTORITARISMO: ANTECEDENTES DO GOLPE DE 24 DE MARÇO DE 1976 NA ARGENTINA.....	19
1.2 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO ESTADO E DA NAÇÃO.....	22
1.2.1 O Governo de Jorge Videla: reformas econômicas e repressão política.....	26
1.2.2 O Governo de Roberto Viola: tensões internas e retomada da resistência civil.....	30
1.2.3 O Governo de Leopoldo Galtieri: acirram-se as crises internas e externas.....	32
1.2.4 O Governo de Reynaldo Bignone: a inevitável queda da Junta Militar.....	33
1.3 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS REPRESSIVAS.....	34
1.3.1 A sistematização do desaparecimento: método para eliminar a subversão.....	36
2 DO LOCAL AO GLOBAL: AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A DENÚNCIA DO CASO DOS DESAPARECIDOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL.....	41
2.1 AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO LOCAL DE DENÚNCIA.....	41
2.1.1 A construção identitária das Mães da Praça de Maio enquanto movimento social.....	42
2.2 PRAÇA DE MAIO, 15:30, QUINTA-FEIRA: OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELAS MADRES NA DENÚNCIA DO CASO DOS DESAPARECIDOS NA DITADURA.....	47
2.2.1 A audácia de circular pela Praça de Maio⁶⁷: emoções, maternidade política e resistência das Mães da Praça de Maio.....	49
2.3 <i>LAS LOCAS</i> NO CENÁRIO INTERNACIONAL: A DENÚNCIA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS.....	55
2.3.1 O ativismo transnacional das Madres e o embate com a Junta Militar na cena internacional.....	55

2.3.1.1 Legitimar e consolidar a ação coletiva: o uso de “framings” ou enquadramentos.....	57
2.3.2 Vínculos internacionais e oportunidades políticas para a denúncia dos desaparecidos.....	58
2.3.2.1 A pressão internacional como estratégia de denúncia: o efeito bumerangue e o modelo espiral.....	58
2.3.2.2 A visita da Anistia Internacional em 1976.....	61
2.3.2.3 A Copa do Mundo de 1978: reconhecendo obstáculos e aprimorando estratégias.....	62
2.3.2.4 A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 1979.....	64
2.3.2.5 A Guerra das Malvinas em 1982: entre o nacionalismo e a resistência.....	65
3 AS ESTRATÉGIAS TRANSNACIONAIS DAS MÃES DA PRAÇA DE MAIO NA INTERAÇÃO COM A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM BUENOS AIRES.....	67
3.1 A DÉCADA DE 70 E O SURGIMENTO DE UM REGIME INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS.....	67
3.1.1 O regime internacional de direitos humanos no século XX.....	68
3.2 A RELAÇÃO ENTRE AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO CASO DOS DESAPARECIDOS.....	74
3.2.1 “O governo americano é a única esperança que temos”: promessas, avanços e recuos iniciais do apoio dos EUA às Mães da Praça de Maio (1976-1980)	74
3.2.2 Pañuelos que escancaram a dor, aliados que encobrem a verdade: a diplomacia silenciosa e o retrocesso dos EUA em apoiar as Madres (1981-1983).....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO A.....	112
ANEXO B.....	113
ANEXO C.....	114
ANEXO D.....	115
ANEXO E.....	116
ANEXO F.....	117

ANEXO G.....	118
ANEXO H.....	119
ANEXO I.....	120
ANEXO J.....	121

INTRODUÇÃO

Ameaçar. Torturar. Desaparecer. Silenciar. Assassinar. Dominar. Controlar. Roubar. Desestruturar. Esconder. Eliminar. São alguns verbos que representam as atrocidades das ditaduras civil-militares¹ latinoamericanas das décadas 60 e 80 no Cone Sul². Vidas, sonhos, ideias, culturas, pensamentos, identidades e ideologias foram alvos dos governos militares para reestruturar a sociedade, eliminando qualquer obstáculo à sua frente.

Os regimes comandados pelos militares naquela época distinguiam-se de outros momentos repressivos, pois novos inimigos foram criados para serem combatidos com novas tecnologias. As justificativas da eliminação do outro pautavam-se na Doutrina de Segurança Nacional (DSN) para a qual, num contexto regional³ declarado como guerra total, era necessário combater a subversão ao seguir a lógica de reestruturar sociedades “doentes” pelo “mal comunista” (SZNAJDER, 2003; NOVARO; PALERMO, 2003).

Na Argentina, sob o comando de uma Junta Militar, tentou-se reestruturar e reestabelecer a ordem social. A ditadura civil-militar (1976-1983), em oito anos, desmobilizou, repreendeu, assassinou, desapareceu, calou e tentou apagar toda e qualquer manifestação popular desalinhada de seu projeto (QUIROGA, 2005; CALVEIRO, 2006).

Contudo, a resistência e a (re)existência dos cidadãos, movimentos sociais e grupos de direitos humanos foram algumas das inúmeras vidas que se colocaram frente aos aparatos repressores. Apesar da dor, da perseguição, do medo e da insegurança, existiram estratégias e alternativas para combater os governos militares. Com este enfoque, a presente pesquisa tem como objetivo descrever a trajetória nacional e internacional de um desses atores: as Mães da Praça de Maio, que desde a ditadura civil-militar argentina de 1976-1983, buscam pelos desaparecidos.

Atualmente, as Mães da Praça de Maio são reconhecidas internacionalmente pela sua trajetória de luta para com os desaparecidos, mas nem sempre foi assim. Mulheres e mães com pouca ou nenhuma atividade política, oriundas de situações econômicas difíceis, não mediram

¹ Destaca-se a participação civil na construção e sustentação das ditaduras militares. Sem o apoio civil (elites políticas, empresariado e população) contesta-se a legitimidade e durabilidade das ditaduras (SZNAJDER, 2003).

² O Cone Sul é compreendido por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile.

³ A Operação Condor, institucionalizada numa reunião no Chile em outubro de 1975, foi uma das mais antigas e infelizes tentativas de cooperação regional já vista entre os países do Cone Sul no século XX. Articulada e coordenada pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos, seu objetivo era reprimir, vigiar, torturar, sequestrar, fazer desaparecer e assassinar os movimentos políticos de oposição – armados ou não – dos governos militares. Para mais informações: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados>>.

esforços para sair do âmbito privado de suas casas e alcançar o espaço público. Chamadas de *Las locas de la Plaza de Mayo*, elas reconfiguraram os espaços públicos e construíram novos símbolos e instrumentos de denúncia durante seus protestos em frente à Praça de Maio em Buenos Aires e em outras regiões da Argentina e do mundo.

Diante disso, no esforço de compreender a luta dessas mulheres, a presente monografia busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais foram as estratégias utilizadas e as relações estabelecidas pelas Mães da Praça de Maio para tornar público o caso dos desaparecidos do âmbito nacional ao internacional-transnacional durante a ditadura civil-militar argentina de 1976-1983? A pergunta é reflexo de duas considerações: as estratégias de denúncia e nas relações construídas pelo grupo para obter informações e denunciar o caso dos desaparecidos.

Dentre os inúmeros contatos estabelecidos pelas Mães da Praça de Maio ao longo do tempo, foi escolhida a Embaixada dos Estados Unidos. A justificativa da seleção pauta-se que, na década de 70, teria surgido um regime de direitos humanos na agenda internacional, onde os Estados Unidos modificariam seu discurso anti-comunista da Guerra Fria em vistas a melhorar as suas relações com os países do Terceiro Mundo e com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) numa conjuntura de distensão das relações entre as duas superpotências. A Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires foi um dos principais canais para expor a questão dos desaparecidos na agenda dos direitos humanos e que as Mães da Praça de Maio questionassem internacionalmente a retórica do Estado argentino de que não existiam violações de direitos humanos (SCHMITZ; WALKER, 2004; SCHMIDLI, 2013).

Para analisar as relações estabelecidas pelas Mães da Praça de Maio com organismos internacionais, tanto como a preocupação da Junta Militar acerca dos desaparecidos, foram escolhidos momentos históricos específicos durante 1976-1983: o processo de formação das Mães da Praça de Maio em 1977; a Copa do Mundo em 1978; a visita da Anistia Internacional (AI) em 1976; a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 1979; e a Guerra das Malvinas em 1982.⁴

Com a finalidade de responder os objetivos desta pesquisa, duas fontes auxiliaram na descrição da relação entre as Mães da Praça de Maio e a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires: o primeiro e principal conjunto de fontes é composto pelos telegramas entre a

⁴ O método estudo de caso do tipo explicativo auxiliou na estrutura do trabalho. O estudo de caso, baseado numa diversa gama de dados e variáveis, permite analisar um ou mais objetos de estudo através de proposições teóricas. Nesse sentido, o estudo de caso do tipo explicativo permite inferir conexões causais e futuras hipóteses para outros casos ao relacionar a vida real – neste caso, as Mães da Praça de Maio – e a perspectiva teórica selecionada – aqui, as teorias de ativismo e redes transnacionais (YIN, 2003).

Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires e o Departamento de Estado dos Estados Unidos.⁵ A partir dos telegramas, construiu-se a relação entre as Mães da Praça de Maio e a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires. Desses documentos, foram extraídas as denúncias das Madres à Embaixada em relação aos atos de repressão da Junta Militar, as suas solicitações de apoio e a demanda por respostas dos Estados Unidos para as ações do governo militar, tanto como outras informações que ilustram a dissonância discursiva entre as Madres e a Junta Militar em relação à questão dos direitos humanos e dos desaparecidos na Argentina. O segundo conjunto de documentos são as atas das reuniões da Junta Militar, desde o Golpe de 1976 a 1983.⁶ A análise desses arquivos serviu para explicar como o governo militar respondeu às denúncias de violações de direitos humanos das Madres e demais organismos nacionais e internacionais no período que compreende 11 de julho de 1978 a 11 de dezembro de 1979 e 19 de dezembro a 2 de fevereiro de 1982. Portanto, as atas auxiliaram na compreensão da política externa argentina exercida no período ao lidar com eventos marcantes, como os efeitos da visita da CIDH e as respostas do governo às acusações de violações de direitos humanos no país.

Este trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro pretende contextualizar a ditadura civil-militar na Argentina entre 1976-1983, apresentando seus elementos constituintes de maneira histórica e teórica, como as fases da Junta Militar, seus objetivos, seus instrumentos contra a subversão e seus obstáculos para instaurar o Processo de Reorganização Nacional. Esses pontos auxiliaram a visualizar os obstáculos das Mães da Praça e Maio durante sua luta.

Ajustando a lente para as Mães da Praça de Maio, o segundo capítulo divide-se em três seções. A primeira constrói a história do grupo através da conquista do espaço público e dos conceitos de ação coletiva e identidade coletiva. Na segunda seção, analisam-se os instrumentos simbólicos e discursivos para denunciar a questão dos desaparecidos perante a ótica dos

⁵ O Departamento de Estado dos Estados Unidos, devido às diversas demandas de organismos internacionais, revisou documentos datados entre 1975 a 1984 relacionados a violações de direitos humanos na Argentina. No dia 20 de agosto de 2016, o resultado foi publicado e compõe o Projeto de Desclassificação da Argentina com 4.677 documentos completos. No dia 27 de abril de 2017, mais 932 documentos desclassificados foram enviados à Argentina, relacionados com violações de direitos humanos durante a ditadura de 1976-1983. Os documentos estão disponíveis através do *Freedom of Information Act Electronic Reading Room* (FOIA RR) no website do Departamento de Estado dos Estados Unidos (<https://foia.state.gov/Search/Search.aspx>). Disponível em: <https://ar.usembassy.gov/our-relationship/official-reports/argentina-declassification-projects/>. Acesso em: 23 maio 2017.

⁶ Os arquivos tornaram-se públicos e foram enviados para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 16 de setembro de 2014. Divididas em seis tomos, os temas das atas variam desde política, economia e direitos humanos. No caso dos direitos humanos, os tomos três e quatro demonstram a preocupação da Junta Militar para com a questão dos direitos humanos, especialmente a visita da CIDH e o caso dos desaparecidos. As atas das reuniões da Junta Militar encontram-se disponíveis nos websites da CIDH (<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2014/099.asp>) e do Ministério de Defesa da Argentina (<http://www.mindef.gov.ar/archivosAbiertos/index.php?sec=home>).

confrontos políticos. Por fim, com o apoio dos conceitos sobre atores e redes transnacionais, enquadramento, efeito bumerangue e modelo espiral, discute-se como as Mães da Praça de Maio cruzaram as fronteiras geográfico-políticas da Argentina para expor internacionalmente as violações de direitos humanos recorrentes no país e silenciadas pela Junta Militar.

No terceiro e último capítulo, discute-se sobre o surgimento de um regime internacional de direitos humanos na década de 70, o qual teria servido para estruturar uma política externa de direitos humanos dos EUA no período. Como principal fonte de análise, interpretaram-se os telegramas do Departamento de Estado dos Estados Unidos e as atas das reuniões da Junta Militar. A partir dessas fontes, verificou-se quais foram as estratégias transnacionais utilizadas pelas Mães da Praça de Maio para, através da Embaixada dos Estados Unidos, denunciar o caso dos desaparecidos e conseguir o apoio dos Estados Unidos na busca de informações.

1 A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1976-1983 E A METODOLOGIA DO DESAPARECIMENTO

O presente capítulo busca compreender a instauração, os objetivos e os instrumentos do governo militar na Argentina entre 1976-1983. Num primeiro momento, descreve-se o panorama histórico pré-Golpe de 24 de março de 1976. Em seguida, apresentam-se as fases e os objetivos do governo militar. Na sequência, discute-se o desaparecimento como instrumento singular do período para eliminar a subversão no país e desestruturar a sociedade argentina.

1.1 AS MARCAS DO AUTORITARISMO: ANTECEDENTES DO GOLPE DE 24 DE MARÇO DE 1976 NA ARGENTINA

O governo militar que se instaurou na Argentina em 1976 está inserido num contexto histórico repressivo dos países do Cone Sul. Durante as décadas de 60 e 80, observou-se uma onda de governos ditatoriais: Argentina (1976-1983), Brasil (1964-1985), Chile (1973-1990) e Uruguai (1973-1985). Naquele período, instrumentos políticos, legais e sociais legitimavam as atividades e metodologias repressivas através de justificativas e concepções nacionalistas e orgânicas de sociedade. Ainda que possuam particularidades, tais ditaduras compartilham características como a desmobilização político-social, o discurso antipolítico e as atividades repressivas (SZNAJDER, 2003).

O ciclo militar argentino começou em 1930 e perdurou até 1983, contabilizando seis Golpes de Estado⁷. A vida política no país que antecedeu 1976 é marcada por outros períodos de governos militares, dentre os quais formaram uma imagem traumática das instituições estatais, baseada no conflito social e político, os quais oscilaram entre largos períodos militares e poucas exceções de governos democráticos (VEZZETTI, 2003).

⁷ Segundo Norberto Bobbio *et al.* (1998), o significado de Golpe de Estado modificou-se através do tempo no que se entende por quem realiza o golpe (os atores) e pela sua forma (como se faz). O que não variou é que são os órgãos do próprio Estado responsáveis pelo Golpe. O termo consolidou-se através do surgimento de governos constitucionais, o qual passa a ter o sentido de violação da Constituição legal estatal. Durante a década de 70, muitos países como a Argentina encontravam-se sob governos militares ou que haviam saído de um. Nesses casos, Bobbio frisa um ponto relevante: a maioria de quem tomou o poder fazia parte de um setor específico da burocracia estatal, os chefes militares. Atualmente, para Bobbio, não há um Golpe de Estado sem a presença de pelo menos um grupo militar, o que também caracteriza a ação como um Golpe Militar. Assim, o Golpe de Estado – ou Militar – é a instauração de um novo poder que impõe a sua própria legalidade através de uma mudança da liderança política, realizado pelos órgãos estatais, seguido ou não por mobilizações políticas e sociais. Ademais, a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos coloca-se como uma característica normal dos golpes estatais.

Dentre esses governos militares, encontram-se os de 1930, 1943, 1955, 1962 e 1966⁸, os quais marcam a continuidade de golpes militares na história política argentina e deixaram pouco espaço para a democracia. De acordo com Hugo Quiroga (2005), os golpes militares na Argentina podem ser divididos em dois tipos: a) clássicos (1930, 1943 1955 e 1962), marcados pela prerrogativa de colocar ordem no Estado; e b) novos tipos (1966 e 1976), por garantir às Forças Armadas um papel estratégico não visto antes na reestruturação do Estado e da sociedade, configurando-se como um novo sistema de dominação autoritária.

Na Argentina, o século XX demonstrou a baixa crença dos cidadãos nos valores democráticos e a prevalência de “comportamentos pretorianos”, ou seja, o consenso de que os militares deveriam estar na esfera política: “a relação particular de civis e militares foi sedimentando uma cultura que aceitou, em maior ou menor medida, a politização das Forças Armadas e a sua participação no sistema político” (QUIROGA, 2005, p. 39, tradução nossa)⁹. Logo, sem o apoio civil, esses golpes seriam difíceis, denominando-se o que se compreende por uma ditadura não apenas militar, mas também civil.

O ano de 1966 marcou a denominada Revolução Argentina. Organizada por Juan Carlos Onganía, participaram diversos setores da sociedade (dirigentes sindicais nacionais, seguidores do peronismo¹⁰ e o próprio Juan Perón), onde se teve como objetivo realizar uma mudança estrutural no país contra um governo ineficaz e não-representativo. Na figura de Onganía, depositaram-se grandes expectativas para que a Argentina voltasse a crescer. Foi um governo marcado pelo autoritarismo-burocrático¹¹ e pelo anseio de modernização, espelhado em outros exemplos da época, como o Brasil durante a ditadura. A experiência de 1966 foi utilizada pelas

⁸ Conforme o Ministério de Educação da Nação da Argentina, os respectivos golpes militares foram protagonizados pelas Forças Armadas para “colocar ordem”: 1930 (-1943, encabeçado por José Félix Uriburu); 1943 (-1946, assumido por Pedro P. Ramírez); 1955 (-1958, liderado por Eduardo Lonardi. Antes desse golpe, o governo estava nas mãos de Juan Domingo Perón, eleito duas vezes pelo voto popular entre 1946-1955); 1962 (-1963, guiado por José M. Guido, antes estava o governo constitucional de Arturo Frondizi entre 1958-1962); e 1966 (-1973, coordenado por Juan C. Onganía após ter derrotado Arturo U. Illia, no poder entre 1963-1966) (ARGENTINA, 2017).

⁹ No original: "La particular relación de civiles y militares fue sedimentando una cultura que aceptó, en mayor o menor medida, la politización de las Fuerzas Armadas y su participación en el sistema político." (QUIROGA, 2005, p. 39).

¹⁰ O peronismo ou justicialismo não homogêneo. Enquanto movimento político, surge em meados da década de 40 sob a figura de Juan D. Perón. Desde então, expressa-se na vida política da Argentina por várias vertentes (centro-esquerda, centro direita, extrema esquerda, extrema direita por exemplo).

¹¹ Para Guillermo O'Donnell (1990), o Estado Burocrático-Autoritário (BA) é um tipo de Estado autoritário marcado pela dominação das classes abastadas (a burguesia), responsáveis por reimplantar a “ordem” social ao controlar as camadas mais populares, ao passo que se “normaliza” a economia. Excluem-se as possibilidades de participação política de determinados seguimentos populares para eliminá-los da vida política. Como consequência dessa exclusão, os canais democráticos de cidadania e participação popular são suprimidos, afastando-se o Estado do povo. Não obstante, as questões econômicas e sociais não levam em consideração a necessidade de se relacionarem com a opinião e a participação da população. Limita-se, assim, o controle do Estado às grandes corporações, organizações e principalmente às Forças Armadas.

Forças Armadas e abriu seus olhos para que em 1976, a relação do governo para com a sociedade fosse balanceada. Reduziram-se as negociações com todos os setores e grupos sociais, ou seja, o apoio social para projetos e ações como um instrumento de base de legitimação do governo era algo secundário. O objetivo dos militares não era que as forças políticas e sociais legitimassem a sua chegada ao poder, e sim, que se desarticulassem e para que novas organizações mais confiáveis fossem formadas (O'DONNELL, 1990; NOVARO; PALERMO, 2007).

Em 1973, realizaram-se as primeiras eleições democráticas na Argentina depois de mais de dez anos. Juan Perón voltou de seu exílio (1955-1973) e assumiu o poder com ampla maioria dos votos. O novo governo constitucional guardava grandes expectativas por parte da população, a qual lutou contra a ditadura de Onganía para alcançar uma mudança social profunda (alterações nas relações de poder, refutar o modelo capitalista e dependente vigente). Mesmo tendo apoiado Onganía, o peronismo foi o depósito das esperanças sociais, um governo que atraía amplos setores da sociedade (esquerda e direita), como era o caso dos militares e dos conservadores (NOVARO; PALERMO, 2007).

A cultura política vigente teve suas origens na violência e na eliminação do outro (o inimigo, opositores do governo), marcada pela intolerância política. Para governar, Perón restabeleceu alianças políticas com diversos e distintos grupos sociais da esquerda e da direita, tendo que lidar com problemas econômicos, conflitos dentro de seu partido e o crescimento da violência por grupos guerrilheiros e paramilitares. Ao falecer em 1 de julho 1974, um vazio de poder acirrou a disputa pelo poder na política, e as Forças Armadas, já bastante organizadas, estavam na frente (NOVARO; PALERMO, 2007).

O vazio de poder demonstrava a situação caótica e o desmembramento do corpo social da época, um vazio que permitiu à sociedade aceitar o discurso de ordem e autoridade da Junta Militar. A morte de Perón teria acabado com as esperanças do retorno da democracia em 1973, além de possibilitar que expectativas de desordem e fascinação pela violência fossem fatores que, conjugados, pudessem reestabelecer a ordem e colocar nas mãos dos militares a solução dos problemas do país (VEZZETTI, 2003).

A tática de ter colocado no poder sua mulher María Estela Martínez de Perón (Isabel Perón) no cenário político foi impossível de ser exercida, dada a incapacidade de existir uma liderança política capaz de balancear os diversos partidos políticos. O governo não foi capaz de manter e garantir a ordem estatal, onde grupos armados e civis (militares, forças policiais,

organizações guerrilheiras, cúpulas sindicais, empresários e políticos da extrema direita)¹² exacerbaram o medo e o desconcerto do cenário político na sociedade. Com o caos e o desgoverno, a população defrontava-se com descrença e inquietação sobre o governo (VEZZETTI, 2003; NOVARO; PALERMO, 2007).

Os atores sociais que participavam de movimentos políticos foram tomados por um misto de terror, repressão e autculpabilização da situação vigente, o que diminuiu a sua capacidade de articulação e contestação das medidas políticas estabelecidas. A descrença ou o descaso popular nas instituições políticas do século XX tornaram-se explícitas em 1975, período marcado pela crise econômica que assolava a Argentina e involucrava-se numa esfera política conturbada por causa da baixa liderança de Isabel Perón. Essa dissolução nacional dos grupos sociais abriu o caminho que os militares precisavam para se autointitular como os últimos agentes possíveis para a garantia da unidade e da ordem nacional, alinhando-se às expectativas da população ao prometer o reestabelecimento da ordem e garantir que o uso da violência estivesse a cargo do Estado, e não de grupos guerrilheiros (ROMERO, 2002; NOVARO; PALERMO, 2007).

Em 10 de março de 1976, as Forças Armadas ocuparam o Congresso Nacional e os edifícios governamentais no sistemático projeto chamado Processo de Reorganização Nacional (*Proceso de Reorganización Nacional*) e no vazio de poder deixado por Juan Perón. Para tomar o poder, uma operação de detenções multiplicou-se. A atuação dos militares atingiu vários ministros e figuras relevantes do governo de Isabel Perón, além de sindicalistas, militantes peronistas e de esquerda, jornalistas e intelectuais vistos como suspeitos por compactuarem com o regime peronista (NOVARO; PALERMO, 2007).

1.2 O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO NACIONAL COMO AGENTE TRANSFORMADOR DO ESTADO E DA NAÇÃO

Como ilustrado, a Argentina passou por outros períodos históricos conduzidos por governos militares, mas nunca como o iniciado em 1976, dadas as novas ferramentas de tortura, assassinato, desaparecimento e desmobilização da sociedade. O ano do golpe foi marcado pela violência política, pela crise institucional e econômica, além de antigos símbolos como mote ao novo projeto: a exaltação do conservadorismo e do nacionalismo.

¹² Autorizadas por Isabel Perón, as Forças Armadas acabaram com as guerrilhas, ou seja, já existia um reconhecimento tácito de seu papel na resolução das contendas nacionais (NOVARO; PALERMO, 2007).

A sociedade, em geral, estava desarticulada e também disposta a cooperar com os militares. Ela se conformou com a situação política vigente, dado que a instauração de mais um governo militar demonstrava-se difícil de ser impedida, segundo as experiências passadas de outros governos ditatoriais ao deixarem seus traços de autoridade e conservadorismo no seio social (VEZZETTI, 2003). As poucas experiências democráticas não foram capazes de impedir a apatia geral e o apoio público ao golpe:

Não obstante, a maioria dos argentinos não ofereceu resistência. Os cidadãos pareciam não sentir o governo e a democracia como próprios. Como consequência, o Estado democrático não pôde conter para si e muito menos resolver as tensões sociais acumuladas durante décadas. Talvez se encontre alí a causa principal pela qual foi rapidamente difundido o jogo incontrolável das corporações enraizadas, a economia estagnada e a violência generalizada dos diversos grupos privados que fizeram com que o poder público perdesse o controle do monopólio da 'violência física legítima' (QUIROGA, 2005, p. 36, tradução nossa).¹³

Para instaurar a ditadura, não foram utilizados apenas instrumentos de poder com base na violência (repressão, tortura, assassinato, desaparecimento etc), porquanto os militares também contavam com uma ampla base de apoio que amparava a sua retórica política para garantir certo grau de governabilidade. A crise de autoridade do governo de Isabel Perón demonstrou a falta de credibilidade das instituições democráticas e a deterioração da autoridade presidencial. Para os militares, desestruturar o governo peronista seria o caminho mais rápido e fácil para conquistar o poder (QUIROGA, 2005).

A sociedade era vista como um corpo orgânico, o qual, metaforicamente, estaria "doente" e necessitava de "reparos". Esses reparos na sociedade incluíam a sua desmobilização, o desligamento político e a reordenação. O diagnóstico era que o comunismo havia se infiltrado no corpo social, uma vez que os conflitos internos teriam permitido que a subversão externa entrasse na Argentina, deixando o país "doente". Para curá-lo, retirariam as partes que o estavam "adoecendo" (NOVARO; PALERMO, 2007).

Nesse sentido, as Forças Armadas colocaram-se como únicos agentes possíveis para restabelecer a ordem e reorganizar as instituições, através de uma "vigilância escrupulosa e um disciplinamento definitivo a todos os setores políticos e sociais" (NOVARO; PALERMO, 2003, p. 22). A disciplina rigorosa atingia até mesmo as próprias Forças Armadas, as quais possuíam responsabilidades estritamente delimitadas em áreas de atuação e, durante o governo,

¹³ No original: "No obstante, la mayoría de los argentinos no ofreció resistencia. Los ciudadanos parecían no sentir al gobierno y a la democracia como propios. En efecto, el Estado democrático no pudo contener en su interior, y mucho menos resolver, las tensiones sociales acumuladas durante décadas. Quizá se encuentre allí la causa principal por la que fue rápidamente desbordado por el juego incontrolable de las arraigadas corporaciones, la estancada economía y la violencia generalizada de los diversos grupos privados que hicieron perder al poder público el control monopólico de la 'violencia física legítima'" (QUIROGA, 2005, p. 36).

competiram entre si para demonstrar, através de bons resultados na execução das políticas governamentais, quem possuía a maior legitimidade e poder dentro da instituição (ROMERO, 2002).

A Junta Militar, organizada de acordo com o Processo de Reorganização Nacional, era formada pelos três comandantes das Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea). Os objetivos do Processo de Reorganização Nacional eram quatro: “[...] 1) restituição dos valores essenciais do Estado; 2) erradicação da subversão; 3) promoção do desenvolvimento econômico; e 4) posterior restauração de uma democracia republicana” (QUIROGA, 2005, p. 43, tradução nossa).

O *Proceso* não serviu apenas para intervir na estrutura do Estado e das instituições, mas na própria concepção de "Nação"¹⁴ a partir de uma regeneração social e política da mesma. Para atingir seus objetivos, a Junta optou por uma intervenção repressiva de um Estado terrorista¹⁵. Segundo Ernesto G. Valdes (1989), o terrorismo de Estado é

[...] um sistema político cuja regra de reconhecimento permite e/ou impõe a aplicação clandestina, imprescindível e difusa, também a pessoas manifestadamente inocentes, de medidas coativas proibidas pelo ordenamento jurídico proclamado, cria obstáculos ou anula a atividade judicial e converte o governo em agente ativo da luta pelo poder (VALDES, 1989, p. 39, tradução nossa).¹⁶

Dada essa definição, existia uma organização ideológica da Junta Militar que se estruturava pela tríade anticomunismo-família-igreja. Através dessa comunhão, houve a

¹⁴ Nação, conforme O'Donnell (1990, p. 27): “é o arco englobante de solidariedades que postula a homogeneidade de um ‘nós’ frente ao ‘eles’ de outras nações. Por outro lado, a efetividade da garantia coercitiva do Estado requer supremacia no controle dos meios de coerção. Esta supremacia está delimitada territorialmente; é dentro dessa delimitação que tende-se a constituir-se, pela sua própria dinâmica e como consequência de reiteradas invocações desde o aparelho estatal, o arco de solidariedades da nação. Por isso o Estado é, ou sempre tende a ser, um Estado nacional: sua territorialidade é o âmbito da sua supremacia coativa e os sujeitos sociais – enquanto nação – são o referente aludido pelo aparelho estatal na sua postulação de servir um interesse geral.”

¹⁵ Não há consenso sobre o termo Estado terrorista ou terrorismo de Estado, nem tipificação perante o Direito Internacional como um ato ilegal. Segundo Ruth Blakeley (2010), existem vários autores que justificam a impossibilidade dos Estados praticarem atos terroristas e sim, ações repressivas, por serem os únicos a terem a prerrogativa do monopólio do uso da força. Entretanto, para a autora, o terrorismo de Estado diferencia-se de outras formas de repressão estatal por ser instrumental, pois as ações ilegais (conforme as Convenções de Genebra e seus protocolos adicionais) envolvem pessoas que deveriam ser protegidas pelo Estado, com a intenção de gerar medo para uma determinada audiência num determinado contexto. Blakeley (2010, p. 15) traz quatro elementos para pensar o terrorismo estatal: “(a) there must be a deliberate act of violence against individuals that the state has a duty to protect, or a threat of such an act if a climate of fear has already been established through preceding acts of state violence; (b) the act must be perpetrated by actors on behalf of or in conjunction with the state, including paramilitaries and private security agents; (c) the act or threat of violence is intended to induce extreme fear in some target observers who identify with that victim; and (d) the target audience is forced to consider changing their behaviour in some way.”

¹⁶ No original: “[...] un sistema político cuya regla de reconocimiento permite y/o impone la aplicación clandestina, impredecible y difusa, también a personas manifestadamente inocentes, de medidas coactivas prohibidas por el ordenamiento jurídico proclamado, obstaculiza o anula la actividad judicial y convierte al gobierno en agente activo de la lucha por el poder.” (VALDES, 1989, p. 39).

aliança com os meios de comunicação para organizar uma propaganda a fim de formar uma sociedade modelo argentina que unisse o povo na luta contra a subversão.

As operações realizadas pela Junta Militar não contaram apenas com a burocracia estatal, mas também através da delegação, onde grupos paramilitares de extrema direita foram contratados com o objetivo de eliminar a oposição. Para Romero (2002, p. 216, tradução nossa), “os vários grupos paramilitares que estavam operando nos anos anteriores ao golpe foram dissolvidos e incorporados na máquina terrorista estatal do governo”¹⁷, o Estado, então, apropriou-se desses grupos de direita para reforçar a institucionalidade das táticas repressivas. Para tanto, os discursos políticos da Junta frisavam que havia uma guerra na Argentina e que era necessário derrotar a subversão (VEZZETTI, 2003). Nesse projeto, as Forças Armadas seriam o principal instrumento que colocaria em prática os objetivos propostos. Para tanto, uma Junta Militar elegeria um presidente, com um mandato de três anos, responsável por coordenar o governo militar, possuindo prerrogativas executivas, legislativas e judiciárias. Durante a ditadura, a Junta Militar foi controlada por quatro generais: Jorge Videla (1976-1981); Roberto Viola (1981); Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983).

Em primeiro lugar, foi necessário limitar ao máximo a personalização do poder, e para isso, colocaram-se três órgãos superiores do regime com mandatos trianuais, os quais não tinham suas prerrogativas claramente delimitadas, e sim, numa constante disputa por poder e influência interna. Em segundo lugar, o poder presidencial foi diminuído e o poder da Junta Militar sobre o Poder Executivo¹⁸ foi aumentado constitucionalmente. O presidente em exercício não poderia ser membro da Junta, a qual mandava nas tropas e compartilhava com o presidente a administração do Poder Executivo, além de vetar iniciativas e mudar periodicamente as autoridades (NOVARO; PALERMO, 2007).

Ademais da distribuição tripartite dos cargos públicos, esses cargos públicos foram altamente militarizados em quase todos os níveis e âmbitos estatais para dar lugar a um governo direto e efetivo das Forças Armadas nunca visto nos regimes militares precedentes. A finalidade da militarização dos cargos públicos era estabelecer uma forte separação entre os militares e a sociedade, constituindo uma intervenção política antes mesmo de uma intervenção militar. A militarização de outras instâncias estatais (prefeituras e setores administrativos) criou micropoderes no país:

¹⁷ No original: “the various paramilitary groups that had been operating in the years before the coup were dissolved and incorporated into the government’s state terrorist machinery.” (ROMERO, 2002, p. 216).

¹⁸ Composto pelo comando em chefe das Forças Armadas e responsável pela declaração de guerra e de Estado de Sítio, designação de membros da Corte Suprema e de outros altos funcionários.

[...] praticamente, não existiam limites legais para o exercício do poder, o qual funcionava como o poder discricionário do Estado. Essa corrupção de propósitos foi estendida para a administração pública, na qual a maioria dos funcionários foi demitida. **Decisões arbitrárias foram tomadas por pequenos burocratas, transformados em pequenos ditadores sem controle e sem a capacidade de se autocontrolarem** (ROMERO, 2002, p. 234, tradução nossa, grifo nosso).¹⁹

De acordo com general Videla, "As Forças Armadas, como instituição, deram uma resposta institucional a uma crise institucional" (*Clarín*, 26.05.1976, *apud* NOVARO; PALERMO, 2007, p. 67). Em geral, os planos eram amplos, tinham propostas concretas, todavia, eram contraditórias e polêmicas, além de aumentarem as tensões e conflitos ao invés de resolvê-los. A grande concentração de poder e a fragmentação interna da Junta Militar, marcou a impotência do Poder Executivo para executar determinadas decisões governamentais devido aos atritos internos. Faltou, pois, uma coesão de ideias e objetivos comuns entre os próprios militares (NOVARO; PALERMO, 2007).

1.2.1 O Governo de Jorge Videla: reformas econômicas e repressão política

O general Jorge Rafael Videla, comandante-chefe do Exército e integrante da Junta Militar, assumiu o cargo em 29 de março de 1976 até 1981. A primeira etapa de seu governo foi distribuir o poder tripartite da Junta e reorganizar os planos políticos. Apesar das tentativas para descentralizar a tomada decisória e procurar um consenso de ideias, as intenções do governo eram confusas e contraditórias. Além da redundante retórica de lutar contra a subversão, buscava-se unir a nação (QUIROGA, 2005).

O general Díaz Bessone, responsável pelo Ministério de Planejamento, foi encarregado de redigir os planos políticos e econômicos e implantar uma nova república. Já o Ministro da Economia José Alfredo Martínez de Hoz possuía uma perspectiva mais liberal-monetarista, ao contrário de Bessone, mais corporativista. No início do comando por Videla, a economia enfrentava uma crise econômica de escala multifacetada: alta inflacionária, recessão, problemas no balanço de pagamentos – somados à crise política e social ainda da época de Juan e Isabel Perón. A proposta de Martínez de Hoz era acabar com os mercados nacionais ineficientes e beneficiar aqueles capazes de responder de maneira rápida e eficaz às problemáticas econômicas, demonstrando uma forte intervenção estatal na economia. Já Bessone renunciou

¹⁹ No original: “[...] there were practically no legal limits on the exercise of power, which functioned as the discretionary power of the state. This corruption of purpose was extended to public administration, where the most able personnel were removed. Arbitrary decisions were made by minor bureaucrats, transformed into little dictators without control and lacking the ability to assert control themselves.” (ROMERO, 2002, p. 234).

em dezembro de 1977, dadas diferenças políticas internas do regime militar.²⁰ O governo ficou marcado pela abertura econômica ao mercado financeiro internacional, queda no poder aquisitivo, aumento da especulação financeira, queda na demanda externa e diminuição do mercado interno e pelo endividamento externo (causado pelo aumento da entrada de dólares no país, comum na América Latina durante as décadas de 70 e 80) (ROMERO, 2002; QUIROGA, 2005).

Uma das grandes promessas do golpe era o retorno à democracia, unicamente sob três condições, conforme a declaração de Viola em novembro de 1977:

1) terminar com a luta antissubversiva; 2) a consolidação de uma ordem econômica adequada; 3) a renovação dos partidos para que possam retomar o papel de liderança que os corresponde. Pode-se adicionar uma quarta condição presente no pensamento militar vinculada com a pretensão de contar com forças sindicais disciplinadas, sem identificação partidária e circunscritas apenas às suas atividades gremiais (QUIROGA, 2005, p. 48, tradução nossa).²¹

Além dos objetivos do *Proceso* serem de certa maneira gerais e subjetivos, não se definiram metodologias e etapas a serem seguidas, muito menos alianças políticas a serem construídas para garantir a legitimidade do governo militar. A transferência de poder, um dos objetivos de Videla, não seria mais gradual (como pretendia a Aeronáutica), através dos municípios num sistema de eleições escalonadas, e sim, num acordo entre o poder militar e as forças políticas. A nova ordem política seria baseada numa solução pactuada, consensual, na qual as forças políticas formariam uma convergência civil-militar.²²

O diálogo oficial não significava uma absoluta abertura política que possibilitasse ampla e irrestrita participação dos partidos políticos, pois se excluía os classificados como "subversivos" e "corruptos", participando apenas aqueles alinhados às ideias do governo, com o objetivo de garantir no futuro uma transição coordenada e comandada pela Junta. A transição controlada garantiria que o poder militar fosse o último agente político decisório e impediria intervenções em sua tomada decisória (QUIROGA, 2005).

Para combater a subversão, diversos instrumentos e metodologias foram criados, dentre elas a intimidação, a tortura, a morte e o desaparecimento de pessoas, formando um "Plano

²⁰ As diferenças internas da própria Junta afetaram a economia, pois parte dela criticava as alternativas econômicas de Martínez de Hoz, além de preocuparem-se que as políticas econômicas correspondessem às necessidades da população (necessidade de manter os empregos e evitar queda na renda), visão um tanto quanto paradoxal, pois não se preocupavam em dialogar com os setores sociais (ROMERO, 2002).

²¹ No original: "1) la conclusión de la lucha antissubversiva; 2) la consolidación de un orden económico adecuado; 3) la renovación de los partidos para que pudieran retomar el papel rector que les corresponde. Podría añadirse una cuarta condición presente en el pensamiento militar vinculada con la pretensión de contar con fuerzas sindicales disciplinadas, sin identificación partidaria, circunscritas a su actividad gremial." (QUIROGA, 2005, p. 48).

²² As Forças Armadas estariam responsáveis pela ordem institucional: a estratégia e a segurança nacionais e a defesa da Constituinte. Mas as medidas para reestruturar autoritariamente a sociedade foram tardias.

Criminal". O sistema de detenção-desaparecimento foi utilizado para colocar as pessoas em estado de solidão e desligá-las da sociedade, retirando-as da vida pública e privada. Tais violações foram além do âmbito individual e atingiram a ampla sociedade. Em sua defesa, as Forças Armadas justificavam as atrocidades cometidas por se tratar de um período de "guerra suja", ou seja, uma guerra não-convencional²³ que respondia também aos objetivos do governo de Isabel Perón para acabar com os grupos armados que queriam desestabilizar a Argentina. O general Roberto Eduardo Viola, membro da Junta Militar, comunicou ao jornal nacional *La Nación* em 30 de maio de 1979 as justificativas para violar direitos humanos:

Esta guerra, como todas, deixa uma sequela, tremendas feridas que o tempo e somente o tempo podem estancar. Elas são dadas pelas baixas produzidas; os mortos, os feridos, os detidos, os ausentes para sempre [...] **o pior não é perder a vida. O pior teria sido perder a guerra [...]** Cumprimos com nossa missão (QUIROGA, 2005, p. 59, tradução nossa, grifo nosso).²⁴

Retomando as noções de terrorismo de Estado supracitadas, um dos argumentos para justificar as violações de direitos humanos não reconhecidas pela Junta Militar e solidificar a legitimação do governo foi a preservação do próprio Estado. Ou seja, segundo o discurso da Junta Militar, caso a subversão (ou o terrorismo, visto não somente nas guerrilhas²⁵, mas em qualquer indivíduo que subvertesse as diretrizes do *Proceso*) não fosse combatida, a existência do Estado estaria em risco:

²³ A partir do século XX a guerra ganhou novas facetas. Não se limitou mais às mãos do Estado, e sim, dinamizou-se ao ser prospectada e concretizada por atores civis. Os novos eixos caracterizam as guerras não-convencionais, os quais são os grupos guerrilheiros e os grupos terroristas. Eles, por precariedade na definição de conceitos e princípios, são confundidos dada a má compreensão de suas características e disparidades. A guerra não-convencional de acordo com Vezzetti (2003) é caracterizada por uma situação de luta contrainsurgente com metodologia própria, organizada principalmente por guerrilhas. Por ser uma guerra não-convencional, o uso de instrumentos ilegais era justificado (tortura, desaparecimento, assassinato) para enfrentar e desarticular as forças opositoras.

²⁴ No original: "Esta guerra, como todas, deja una secuela, tremendas heridas que el tiempo y solamente el tiempo puede restañar. Ellas están dadas por las bajas producidas; los muertos, los heridos, los detenidos, los ausentes para siempre [...] lo peor no es perder la vida. Lo peor hubiera sido perder la guerra [...] Hemos cumplido nuestra misión." (QUIROGA, 2005, p. 59).

²⁵ Entende-se por guerrilha o choque de forças entre suas formações irregulares contra um exército regular num determinado espaço territorial do Estado. Por possuir objetivos mais políticos que militares, visa a emancipação social e política das populações ao seu redor. Quando prolongada, observa-se o auxílio da própria população através da propagação de uma ideologia, a qual personaliza o governo vigente como ilegítimo e incapaz de garantir os direitos da primeira. Pode ser dividida em duas, as que lutam contra a ocupação de forças estrangeiras em seu território e as que lutam contra governos ilegítimos (ÁVILA; RANGEL, 2009). Para Bobbio *et al.* (1998), a guerrilha baseia-se na tática e na estratégia. A primeira é marcada pela ameaça do uso da força, ou seja, usufruir do aparato psicológico para afetar o moral do adversário. A tática atua contra forças não secundárias do inimigo, visando improvisar e obter posições favoráveis. Age sob o elemento paralisante, que atribui à guerrilha a sensação de que está em todo lugar e em qualquer hora (ataca e dispersa-se), pois atinge o oponente em situações de despreparo. A estratégia visa analisar quais combates serão feitos e como serão realizados em relação ao uso da força. Por essa perspectiva, a insurreição opera mais pelo desgaste do que pelo choque direto entre forças. Essas duas formas de ações servem para manter o apoio popular ao assegurar o moral, a segurança e a legitimidade do grupo guerrilheiro, todavia, é difícil que a população o apoie em guerras pelo limite de sua força moral.

As forças legítimas do Estado geralmente ficam aprisionadas entre a angustiada demanda de segurança dos setores golpeados pela subversão e forças políticas contrárias ao governo em exercício, sempre dispostas a explorar ao seu favor falhas humanas ou erros da Polícia e do Exército (defensor do ex-general Roberto Eduardo Viola, doutor Marutian, *El Diario del Juicio*, Nº 28, 3 de dezembro de 1985, *apud* VALDES, 1989, p. 44, tradução nossa).²⁶

A Junta Militar justificou a perda de vidas humanas como um efeito secundário da necessidade de resguardar a existência do Estado. A partir dos princípios da guerra não-convencional e dos objetivos de acabar com a subversão no país, vê-se que a defesa da integridade do Estado estava acima de tudo; ou seja, se ceifar vidas fosse necessário para salvar a nação, não se mediriam esforços e/ou dispositivos (VALDES, 1989).

No decorrer de tamanha violência, os questionamentos acerca dos desaparecidos na Argentina tornaram-se recorrentes. Nesse caminho, o movimento de direitos humanos cresceu e desenvolveu-se durante a década de 70 no país ao questionar o paradeiro de milhares de pessoas desaparecidas. Dentre esses movimentos e grupos estão a *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* (APDH); o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS); o *Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos* (MEDH); o *Servicio Paz y Justicia* (SERPAJ) e o objeto de estudo deste trabalho, as *Madres de Plaza de Mayo*.²⁷

Esses e outros organismos criaram espaços políticos para que o campo dos direitos humanos pudesse florescer. Os direitos humanos como retórica tornaram-se também prática cotidiana ao alcançarem o espaço público e político das ruas da Argentina ao tensionarem o discurso estatal, que negava a responsabilidade e o excesso pelos atos cometidos. É relevante frisar a relação estabelecida desses movimentos de direitos humanos com atores internacionais, como a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, a qual prestou serviços aos familiares e vítimas da repressão ao ouvir seus depoimentos e trocar informações (BOUVARD, 1994; SCHMIDLI, 2013).

A indiferença e a ambiguidade da opinião pública para acreditar no discurso dos movimentos de direitos humanos e familiares foi, de certa maneira, repensada após a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pela Organização dos Estados

²⁶ No original: “Las fuerzas legítimas del Estado suelen quedar aprisionadas entre la angustiada demanda de seguridad de sectores golpeados por la subversión y fuerzas políticas contrarias al gobierno en ejercicio, siempre dispuestas a explotar en su favor fallas humanas o errores reales de la Policía y el Ejército (defensor del ex general Roberto Eduardo Viola, doctor Marutian, *El Diario del Juicio*, núm. 28, del 3 de diciembre de 1985).” (VALDES, 1989, p. 44).

²⁷ A Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos (APDH), o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS), o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos (MEDH), o Serviço Paz e Justiça (SERPAJ) e as Mães da Praça de Maio (tradução livre).

Americanos (OEA) em setembro de 1979. Na Casa Rosada, Videla festejava a vitória do time da seleção de futebol argentino no Japão, enquanto os familiares e os movimentos de direitos humanos faziam fila na sede da CIDH para denunciar o que ocorria no país. Apesar da indiferença, não se pode afirmar se as violações de direitos humanos eram de um desconhecimento geral, porquanto o silêncio também era sinal de um Estado que constantemente vigiava seus cidadãos²⁸ (QUIROGA, 2005).

Em relação aos partidos, a única atividade política permitida era a gestão das estruturas partidárias, para os transgressores, sobravam os "castigos", ou seja, detenções e perseguições políticas. Entre 1978 e 1981, houve uma coincidência de demandas pelos partidos resumidas em quatro pontos: a) participação política; b) reestabelecimento do Estado de Direito; c) liberdades políticas; d) vigência dos direitos humanos; e e) modificação da política econômica. Num primeiro momento, era difícil chamar a atenção da população para essas demandas. Todavia, a situação política tornou-se menos rígida dado um conjunto de acontecimentos na década de 1980, como o distanciamento da população no sentido de acreditar nos propósitos do governo militar, a baixa legitimidade econômica, o descontentamento social e as pressões internacionais de diversos governos, instituições e movimentos de direitos humanos (QUIROGA, 2005).

Mesmo com a saída de Videla em março de 1981, as reformas para um novo sistema político não foram atingidas. As políticas econômicas e a abertura política (pelo menos nos discursos) eram fatores por si mesmos irreconciliáveis, e não acabaram com as próprias tensões militares internas. Apenas dois projetos foram colocados em prática: a eliminação da subversão através dos desaparecimentos e o programa de reestruturação econômica de Martínez de Hoz. Nem mesmo nos próximos governos de Viola e Galtieri os objetivos do Processo foram de fato alcançados (QUIROGA, 2005).

1.2.2 O Governo de Roberto Viola: tensões internas e retomada da resistência civil

O general Roberto Viola assumiu a presidência em 29 de março de 1981 com grandes problemas internos dentro da Junta Militar devido às discordâncias político-econômicas. Num cenário desgastado politicamente, o general ficou no poder apenas por oito meses e doze dias,

²⁸ A partir do informe de 1979 da CIDH e do Prêmio Nobel a Adolfo Pérez Esquivel (renomado integrante do movimento de direitos humanos), a sociedade argentina em geral passou a legitimar a pauta dos movimentos de direitos humanos e ater-se às suas propostas e objetivos (QUIROGA, 2005).

sendo que os últimos 21 dias foram exercidos pelo Ministro do Interior do Poder Executivo. Houve um distanciamento das políticas econômicas de Martínez de Hoz, tanto como o continuismo da esperança de uma abertura política, angariando grandes críticas da Junta Militar.

Reconhecendo que a movimentação política da sociedade resgatou seu espaço nas ruas, o clima menos tenso possibilitou que a população, os meios de comunicação de massa, escritores, artistas e intelectuais se fizessem ouvir com maior visibilidade e segurança. A reconquista do espaço público e das esferas políticas pela sociedade era um caminho sem volta, além do acentuamento das discussões sobre a transição democrática.

A abertura política de Viola era um tanto quanto contraditória e limitada. Dentre os principais pontos para sua execução estavam: 1) a organização dos partidos poderia ser apenas realizada após a sanção do estatuto dos partidos; 2) a liberação de Isabel Perón seria feita em julho, com o objetivo de negociar com a ala peronista; 3) a comunicação seria com os partidos, e não com suas figuras políticas; e 4) a maior participação de civis no gabinete nacional (principalmente na área econômica).

Em contrapartida, foi criada a Multipartidária, um partido político originado das alas mais radicais do país, formada por diversas frentes do espectro político (entidades empresariais e organismos sindicais, por exemplo). Através da Multipartidária, tentaria-se negociar com as Forças Armadas a fim de estruturar os caminhos para a transição democrática. Tratava-se, pois, de uma resposta à abertura política de Viola, além de ter a intenção de recompor politicamente as forças partidárias (QUIROGA, 2005).

A crise institucional nesse nível do governo estava mais profunda. Entre o governo e a cúpula militar, persistiu uma relação conflituosa. Diferentemente de Videla, Viola não possuía o apoio e as prerrogativas de governabilidade. A direita autoritária questionava a abertura política e criava obstáculos para censurar as políticas dos dirigentes do partido. Dadas as dificuldades políticas e também econômicas, Viola deixou o cargo e assumiu interinamente o Ministro do Interior, o General Horacio Liendo.²⁹

A escolha do general Leopoldo Fortunato Galtieri era a melhor para as Forças Armadas no período, pois ele mantinha boas relações com os círculos políticos, além de ter apoio da Armada e do governo dos Estados Unidos (EUA) (QUIROGA, 2005).

²⁹ Conforme Quiroga (2005), na gestão de Galtieri, o principal acontecimento político e militar que marcou o período foi a derrota na Guerra das Malvinas em 1982. Pode-se dizer que é através desse momento que se iniciou o processo de abertura política e de recomposição partidária, dada a desestabilização e descrédito das Forças Armadas por não serem mais capazes de salvar a nação.

1.2.3 O Governo de Leopoldo Galtieri: acirram-se as crises internas e externas

A Junta Militar denominou o general Leopoldo Fortunato Galtieri presidente em 22 de dezembro de 1981 até 18 de junho de 1982. Com Galtieri, observa-se uma recuperação da figura presidencial como autoridade política que havia se perdido com Viola. Entretanto, o fracasso econômico aumentou, somado ao desprestígio das Forças Armadas. Após a derrota nas Malvinas, parecia inevitável que Galtieri renunciasse.

Sua política pautou-se nas “origens do Processo”, posto que visou melhorar o diálogo com os outros setores da Junta Militar ao tentar unir as ideologias político-econômicas. Ao contrário dos outros governos, Galtieri não pretendia organizar a transição para a democracia, e sim, restabelecer o projeto autoritário de 1976 em estado de crise. Para isso, foram estabelecidos dois pontos a serem trabalhados: o fracasso econômico e o desprestígio político das Forças Armadas perante a sociedade. A guerra das Malvinas, em certo sentido, foi uma tentativa do governo para resgatar a legitimidade política perdida através da exaltação do nacionalismo argentino. A economia e a política uniram-se através de quatro pontos estratégicos do novo governo:

- 1) [...] um plano de ajuste estrutural, apoiado em severas políticas monetárias e fiscais;
- 2) o desenvolvimento de uma abordagem para aproximar-se dos Estados Unidos;
- 3) [...] formação um novo partido que ocupasse um lugar destacado como terceira força no futuro mapa partidário;
- 4) a ocupação das ilhas Malvinas como uma maneira de organizar o consenso social e proporcionar legitimidade a um regime carente de outras alternativas, utilizando uma reivindicação histórica muito tocante aos argentinos (QUIROGA, 2005, p. 74, tradução nossa).³⁰

Portanto, percebe-se que uma repaginação da situação era necessária, não apenas na política (aproximação com partidos políticos para não voltar a desvencilhar-se dos grupos políticos), mas principalmente na economia, para que o Processo pudesse retomar seu caminho de reordenar o Estado. A economia, em teoria, colocou-se como prioridade, mas a questão das Malvinas tensionou esse foco econômico ao deixar a Junta em alerta.

O contexto das Malvinas era marcado pelo fracasso do projeto econômico, o desprestígio do governo, a baixa unidade das Forças Armadas e a reorganização da sociedade civil enquanto agente ativo na política. Um dos objetivos de entrar numa guerra como a das Malvinas era comover a sociedade para reaproximá-la do governo, numa operação audaciosa e

³⁰ No original: “1) [...] un plan de ajuste estructural, apoyado en severas políticas monetarias y fiscales; 2) el desarrollo de una línea de acercamiento con Estados Unidos; 3) [...] formación de un nuevo partido que ocupara un lugar destacado, como tercera fuerza, en el futuro mapa partidario; 4) la ocupación de las islas Malvinas como un modo de organizar el consenso social y de proporcionar legitimidad a un régimen carente de otras alternativas, utilizando una reivindicación histórica muy sentida por los argentinos.” (QUIROGA, 2005, p. 74).

irresponsável na tentativa de fortalecer a unidade militar. Esperava-se que houvesse o apoio dos EUA, todavia, o país colocou-se ao lado da Inglaterra. Tratou-se de uma “expedição lançada sem nenhuma preparação militar e com uma percepção errônea sobre as possibilidades de apoio que brindariam os Estados Unidos” num período em que a Argentina encontrava-se internacionalmente vulnerável às severas críticas em relação aos direitos humanos (QUIROGA, 2005, p. 76-77, tradução nossa).³¹

A rendição das forças argentinas em 11 de junho demonstrou que a derrota nas Malvinas era uma luz à inevitável democracia. A dissolução da Junta Militar ocorreu a partir da saída das Forças Aéreas e Armada, mas antes firmaram-se dois acordos para o processo político: a) o próximo governo seria de transição; e b) mudanças na política econômica finalizariam as etapas do Processo. Com a situação em crise, Galtieri renunciou e designou-se o general Reynaldo Bignone à presidência (QUIROGA, 2005).

1.2.4 O Governo de Reynaldo Bignone: a inevitável queda da Junta Militar

A chegada ao poder do general Reynaldo Bignone como presidente da Nação ocorreu em 1º de julho de 1982. O momento marcava o ápice da crise pela dissolução contínua da Junta Militar e o desligamento das Forças Aérea e Armada. Bignone tentou impor determinadas condições para a transição democrática, como consta através da Lei de Auto-Anistia³². A retirada desordenada dos militares tentou ser evitada a qualquer custo. Mas, incapazes de controlar a transferência de poder, o objetivo dos militares passou a ser a garantia de que não seriam julgados pelas atrocidades cometidas.

A transição democrática poderia ser completa, mas também incerta, permeada por vários rumores e riscos. Os partidos políticos ganharam espaço na cena política e prepararam-se para eleições livres e competitivas. Uma das partes mais difíceis da negociação em debate foi a temática de não julgar os responsáveis pelas violações de direitos humanos cometidas contra a subversão. Raúl Alfonsín, membro da *Unión Cívica Radical*, foi eleito com 52% dos votos. Ele

³¹ No original: “la expedición fue lanzada sin ninguna preparación militar y con una apreciación errónea sobre las posibilidades de apoyo que brindarían los Estados Unidos.” (QUIROGA, 2005, p. 76-77).

³² A Lei de Auto-Anistia ou Lei de Pacificação Nacional Nº 22. 924 foi promulgada em 22 de setembro de 1983. Ela retirava a responsabilidade penal pelas violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura de 1976-1983 aos membros das Forças Armadas. Foi anulada pelo Congresso da Nação durante o no governo de Raúl Alfonsín. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/tort/junta/bignone/>>.

propôs um governo em prol dos direitos humanos, que reconstruísse a democracia e consolidasse um sistema político civil.³³

1.3 A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS REPRESSIVAS

Como visto, durante as décadas de 1960 e 1980, o Cone Sul foi palco da violência e da repressão através do estabelecimento de ditaduras militares. A intervenção militar por si mesma não era uma novidade, mas a maneira pela qual a repressão foi utilizada, tanto como os objetivos de reformar e regenerar a sociedade através da perseguição e destruição de um "inimigo" são características singulares desse período.

A má conjuntura político-econômica compactuava com o discurso de que eram necessários atores e medidas fortes para concentrar o poder e reorganizar o Estado, fatores que culminaram na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A DSN surgiu no panorama do período entre-guerras, no qual a definição de guerra total³⁴ foi construída e utilizada durante a Segunda Guerra Mundial (II GM). Como instrumento tático e racional para a guerra, a guerra é total por ultrapassar a área militar e atingir outros níveis, sejam eles o civil, o político, o econômico, o social e o cultural (SZNAJDER, 2003).

É a partir dessa noção que extrapola o âmbito militar que a guerra estava por todas as partes do corpo social e o medo caminhava em todas as estruturas da sociedade. O objetivo era destruir as organizações armadas e qualquer forma de ativismo e protesto social. Justificava-se o uso da força para defender a nação do "mal" comunista e de seus valores degradantes. O diagnóstico era que o país estava numa guerra revolucionária, não declarada, não-convencional.

³³ Em seu governo, Alfonsín anulou a Lei de Anistia, ainda da época da ditadura, estabeleceu a CONADEP e julgou o alto escalão das Juntas Militares e membros de organizações armadas da esquerda, entre os dias 22 de abril e 9 de dezembro de 1984. Entretanto, com a perda do partido governante em 1987 e crises econômicas, o poderio de instituições financeiras internacionais e o alto descontentamento das Forças Armadas, Alfonsín promulgou as Leis de Obediência Devida e Ponto Final (QUIROGA, 2005). Essas leis tentaram deter os ânimos militares e das elites políticas que haviam sustentado o golpe. A primeira isentava de responsabilidade penal todos os militares de patente de tenente-coronel e inferiores, tanto como contingentes de tropas das Forças Armadas, Polícias e Penitenciárias. Já a Lei de Ponto Final fixava um prazo de 30 dias para a apresentação de novas acusações e limitava em 60 dias o início de trâmites legais. Oficiais não indicados até 22 de fevereiro de 1987 seriam considerados inocentes indeterminadamente. Em 2003 com Néstor Kirchner no poder, essas leis foram anuladas. Os pactos políticos revelam a incapacidade do governo de controlar as Forças Armadas e de ter apoio nas coalizões políticas (VASCONCELOS, 2013).

³⁴ As teorias sobre guerra total começaram a surgir a partir do âmbito dos próprios militares. O alemão Erich Ludendorff foi um dos principais articuladores da estratégia e concepção de guerra total ao ter participado na vitória de Tannenberg em agosto de 1914. Foi também deputado nazista no Reichstag entre 1924 e 1928 (SZNAJDER, 2003).

Nota-se o grande conservadorismo do governo, ainda mais com a adesão católica fundamentalista e anticomunista no período, setores que apoiaram o governo (ROMERO, 2002; NOVARO; PALERMO, 2003).

A gestão das Forças Armadas não previu nenhuma articulação com forças políticas e sociais dissidentes, e sim, a rearticulação com organismos mais confiáveis e controláveis. Seus instrumentos de dominação vão desde o terror ao medo, a repressão e a culpabilização de indivíduos que eram dissidentes do governo, constituindo uma violação massiva das liberdades civis, como a tortura, o desaparecimento de pessoas e o assassinato em massa. As Forças Armadas, enquanto instituição, colocaram-se como “guardião último da ordem e do destino da nação” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 41), dada a construção discursiva de sua imagem patriótica, honesta, pura e nacionalista ao visar ser o melhor defensor do desenvolvimento nacional (SZNAJDER, 2003).

Antes mesmo de 1976, a situação política na Argentina já estava conturbada. “Isabelita”, como era conhecida pela população, lidou com problemas sociais, políticos e econômicos que pareciam não ter uma base sólida que proporcionasse bons resultados. O início da década de 1970 demonstra que o governo, as elites políticas, os partidos políticos (somados à insatisfação popular) eram incapazes de garantir condições de governabilidade:

O fracasso das elites políticas democráticas em suas tentativas de conter a polarização e mobilização popular, assim como os frequentes escândalos políticos associados ao clientelismo e à corrupção, exacerbaram um quadro que possibilitava o estabelecimento de uma ideologia militar sobre o destino nacional (SZNAJDER, 2003, p. 157, tradução nossa).³⁵

Logo, o objetivo das Forças Armadas era restabelecer a ordem e a reorganização das instituições³⁶, através de uma “vigilância escrupulosa e uma disciplina definitiva a todos os setores políticos e sociais” (NOVARO; PALERMO, 2007, p. 29-30). Não era a partir da sociedade que viriam os “remédios” para salvar a Nação, e sim, pelas Forças Armadas que governariam desde acima, sem diálogo com a sociedade, e conduziriam-na a uma nova ordem que a regenerasse (NOVARO; PALERMO, 2007).

³⁵ No original: “El fracaso de las elites políticas democráticas en sus intentos de contener la polarización y movilización popular, así como los frecuentes escándalos políticos, asociados con clientelismo y corrupción exacerbaron un cuadro que daba pie para el establecimiento de una ideología militar sobre el destino nacional.” (SZNAJDER, 2003, p. 157).

³⁶ O populismo era visto como uma das principais causas da desordem e da instabilidade. O protecionismo industrial e as medidas estatais eram combatidos por se associarem às massas populares e à penetração subversiva, difundida nos movimentos sociais e sindicais. Adotou-se uma visão político-econômica livrecambista e antiestatal que ia de encontro às políticas econômicas desde 1973, as quais possuíam um viés estatal. A decisão do governo militar foi de eliminar a subversão, e nela estava inclusa o protagonismo da classe trabalhadora e do empresariado ineficiente. O cerne da política militar foi restabelecer uma visão economicista, individualista e atômica da cidadania e da vida social (NOVARO; PALERMO, 2007).

1.3.1 A sistematização do desaparecimento: metodologia para eliminar a subversão

O uso de ações repressivas³⁷ na América Latina colocou-se como uma forma generalizada para garantir a ordem e a disciplina social. Na Argentina, os métodos de desaparecimento forçado e tortura sistemática já eram utilizados entre 1966 e 1973. Entretanto, apenas com o Processo de Reorganização Nacional que o desaparecimento veio a tornar-se na principal tática repressiva para reorganizar a sociedade argentina.

Embora as Forças Armadas propusessem uma reconstrução do país em matéria econômica, sindical, educativa e de relações externas, não existia um programa político coerente que fosse além da repressão clandestina de um inimigo amplo e onipresente, ou seja, o subversivo. Quem é subversivo? Como caracterizá-lo? Abria-se margem para que qualquer um fosse suspeito, e assim, justificou-se a violência generalizada. A metodologia de tortura contra a subversão já era conhecida antes de 1976, ainda nos anos 1960 com o governo de Onganía. O uso sistemático da violência baseava-se na atuação francesa na Argélia e na Indochina, tanto como nos ensinamentos dos diversos centros militares provenientes dos Estados Unidos. Entretanto, diferentemente da década de 60, a doutrina e os objetivos da metodologia militar de segurança modificaram-se em relação ao inimigo a ser combatido; não se tratava mais de garantir a segurança perante um inimigo externo, e sim, de um inimigo interno (VEZZETTI, 2003).

A Junta Militar implantou uma “cultura do medo”, tática que paralisou a ampla sociedade e impediu-a de reagir frente às investidas governamentais, além de afetar a sua vida pública e privada. O medo visou controlar a sociedade para que não houvesse organização suficientemente capaz de desestabilizar o governo. Para tanto, a Junta atuou de maneira dupla: pública, ao legitimar sua autoridade através de leis (proibição de atividades político-partidárias e greves trabalhistas); e outra oculta, ao praticar os atos de repressão de maneira clandestina e indiscriminada (ROMERO, 2002).

³⁷ Segundo Luciano Alonso (2014), a repressão é a violência política desde cima (pelo Estado), circunscrito também às estratégias de dominação social para conter, deter ou castigar movimentos de resistências. Já os regimes repressivos são aqueles que contêm as insurgências ou anulam as resistências através da repressão física direta, como um dos instrumentos para eliminar dissidências políticas e formar mecanismos de controle social. Dentre outros mecanismos de repressão estão as demissões, a censura da imprensa, as sanções disciplinares no trabalho e na educação, a correção de determinadas condutas sociais, os exílios, as imposições culturais ou de estilos de vida etc.

Apesar da repressão institucionalizada do governo, parcelas da população praticavam a autocensura e desvinculavam-se de sua vida social.³⁸ A internalização da repressão estatal não era um fim em si mesmo, ou seja, expandiu-se do âmbito pessoal ao comunitário. A autocensura e a constante vigilância pessoal de suas atitudes ramificou-se ao ponto de praticar a vigilância em outras pessoas. Espiava-se amigos, colegas, familiares, vizinhos para auxiliar ao *Proceso* e/ou servir como uma proteção pessoal.

Em grande medida, os instrumentos repressivos utilizados dividem-se em quatro categorias não-lineares: abdução, tortura, prisão e execução. Os patotas (*la patota*) – como eram conhecidas as gangues patrocinadas pelo governo militar – percorriam as ruas das cidades e campos através de seus notáveis e reconhecidos carros verdes *Ford Falcons* na busca de cidadãos considerados subversivos. Geralmente, a empreitada ocorria à noite na casa das vítimas, que muitas vezes eram não apenas separadas de suas famílias, mas também levadas com elas. Os locais de trabalho, as fábricas e até mesmo os países contíguos foram ambientes marcados pelas operações, nas quais muitas foram realizadas com apoio das autoridades responsáveis e de governos estrangeiros³⁹. Após o sequestro da vítima, era comum o uso sistemático da tortura (física e psicológica), como o submarino (imersão da cabeça num recipiente com água para causar inconsciência), choques elétricos e estupro, técnicas utilizadas para obter não apenas informações sobre dissidentes políticos, subversivos, locais de residência e operações guerrilheiras, mas para findar as resistências sociais ao destruir as identidades individuais (ROMERO, 2002).

Pilar Calveiro (2006), uma das pessoas desaparecidas e que viveu nos campos de concentração, afirma que o Estado argentino utilizava-se de um poder desaparecedor, responsável por perseguir as organizações sociais e políticas de esquerda, conjuntamente com os campos de concentração. A estratégia, todavia, começou antes da Junta assumir o poder. Em 1973, grupos paramilitares já estavam em diálogo com o Estado para eliminar a subversão, como é o caso da Aliança Anticomunista Argentina ou a *Triple A* (AAA), durante o governo de

³⁸ Cornejo e Moreschi demonstram como a autocensura – ou estratégias de invisibilização – funcionou como um instrumento para sobreviver à perseguição da Junta Militar em Córdoba. Dentre as estratégias de invisibilização, constam o exílio e o insílio. O primeiro seria a migração forçada por motivações políticas, ideológicas e religiosas a outros países, rompendo laços familiares e com a identidade individual, ao modificarem-se comportamentos e personalidade. Já o insílio – ou exílio interno – consiste não apenas na migração residencial, mas também nas condutas, nas amizades, na aparência física e de ideias. Ambas estratégias de sobrevivência caracterizam uma dupla-dimensão: física (migrar para outro local, dentro ou fora do país) e psicológica (afastar-se do convívio social, de sua personalidade e identidade).

³⁹ Existiu uma cooperação entre os serviços de segurança nacionais do Cone Sul, como também a participação das agências de segurança dos EUA para a troca de informações, treinamento e cursos de especialização para militares (PENNA FILHO, 2009).

Perón. Houve uma escalada da violência entre a esquerda e a direita nos anos de 1974 e 1975. Já com o golpe em 1976, a violência atingiu todos os estratos da sociedade, não apenas a guerrilha, tornando a política de desaparecimento da AAA como a modalidade repressiva sistemática do governo militar:

O golpe de 1976 representou uma mudança substancial: **o desaparecimento e o campo de concentração-extermínio deixaram de ser uma das formas da repressão para se tornarem na modalidade repressiva do poder**, executada de maneira direta desde as instituições militares. Desde então, o eixo da atividade repressiva deixou de girar em torno de prisões para se estruturar em torno de um sistema de desaparecimento de pessoas, que se construiu desde e dentro das Forças Armadas (CALVEIRO, 2006, p. 27, grifo do autor, tradução nossa).⁴⁰

A desumanização nos campos de concentração na Argentina era uma tática de guerra para descaracterizar os indivíduos de sua condição humana. Não eram mais pessoas, e sim números. Entre 1976 e 1982, foram registrados 340 campos de concentração-extermínio (oficialmente chamados de Centros Clandestinos de Detenção)⁴¹ na Argentina (conhecidos também como *chupaderos*, por literalmente “chuparem” as pessoas repentinamente), onde cerca de 15 a 20 mil pessoas passaram e 90 por cento foram assassinadas (CALVEIRO, 2006). Nos *chupaderos*, a última técnica do desaparecimento era a execução. Coordenada pelo alto escaladão militar responsável pelo local, uma análise do perfil da vítima era levada em consideração, dado que o mesmo prisioneiro poderia ser útil às investigações e detenções futuras. Todas as execuções

[...] eram clandestinas. Às vezes, os corpos apareciam nas ruas, como se as pessoas tivessem morrido em combate ou na tentativa de fugir. Em alguns casos, pilhas de corpos eram explodidas com dinamites como represália às ações das guerrilhas. Mas, na maioria dos casos, os corpos eram escondidos, enterrados em sepulturas anônimas, queimados em valas comuns cavadas pelas próprias vítimas antes da execução, ou fundidas com cimento e jogadas no mar após sedar a vítima com uma injeção. Dessa forma, não existiam mortos, apenas os ‘desaparecidos’ (ROMERO, 2002, p. 218, tradução nossa).⁴²

⁴⁰ No original: “El golpe de 1976 representó un cambio sustancial: la desaparición y el campo de concentración-extermínio dejaron de ser una de las formas de la represión para convertirse en la modalidad represiva del poder, ejecutada de manera directa desde las instituciones militares. Desde entonces, el eje de la actividad represiva dejó de girar alrededor de las cárceles para pasar a estructurarse en torno al sistema de desaparición de personas, que se montó desde y dentro de las Fuerzas Armadas.” (CALVEIRO, 2006, p. 27).

⁴¹ Conforme o “Proyecto Desaparecidos” da Argentina, os Centros Clandestinos de Detenção estavam por todo o país em suas diversas regiões e cidades. Os dois maiores encontram-se em Buenos Aires (*Escuela de Mecánica de la Armada – ESMA*) e em Córdoba (*La Perla*), mas existem outros nas províncias de Santa Fé, Mendoza, Tucumán e Jujuy. Conforme os depoimentos colhidos pela CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas), há duas categorias guarda-chuva sobre os locais de detenção: a) Lugar Transitório (LT), lugares com tempo curto de permanência, destino inicial após o sequestro ou até que se analisasse a libertação pelo Poder Executivo Nacional; e b) Lugar de Detenção de Detidos (LRD), locais em que os presos ficavam por um tempo até que se decidia seu destino final (PROYECTO DESAPARECIDOS, 2017). No Anexo A encontra-se um mapa com os centros clandestinos de detenção.

⁴² No original: “[...] were clandestine. At times, the bodies appeared on the streets, as if people had been killed in combat or in attempting to flee. In some cases, piles of dead bodies were dynamited in reprisal for some action by the guerrillas. But in the majority of cases, the bodies were hidden, buried in unmarked graves, burned in collective

O uso de métodos de violência era justificado para extrair informações que fossem essenciais para a guerra antissubversiva. A luta antissubversiva estatal visou eliminar o inimigo interno em nome de uma democracia que não tinha definição e prazo para iniciar. Luciano Alonso (2014) retoma as discussões sobre os tipos de violência estatal cometidas, e no caso do *Proceso*, teria ocorrido o crime de genocídio⁴³. De acordo com o Artigo 2º da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio da Organização das Nações Unidas (ONU) de 1948, o genocídio pode ser definido como:

Atos abaixo indicados, cometidos com a intenção de destruir, **no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso**, tais como: a) Assassinato de membros do grupo; b) Atentado grave à integridade física e mental de membros do grupo; c) Submissão deliberada do grupo a condições de existência que resultarão na sua destruição física, total ou parcial; d) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no grupo; e) Transferência forçada das crianças do grupo para outro grupo (UNITED NATIONS, 1948, tradução nossa, grifo nosso).⁴⁴

Daniel Feierstein (2006) também discute o termo genocídio ao caso argentino. Em sua análise, a definição da ONU suscita discussões sobre o universo dos sujeitos na condição de genocídio – “[...] no todo ou em parte”⁴⁵ –, como também pela sua definição qualitativa, quando os define como “[...] grupo nacional, étnico, racial ou religioso”⁴⁶. No primeiro aspecto sobre o todo ou determinada parte, Feierstein relembra casos como o da Ex-Iugoslávia, no qual alguns especialistas afirmavam determinar qual parte da população foi aniquilada para ser passível de crime de genocídio. Para o autor, a questão substancial de “qual parte” não pode ser levada em conta, e sim, o contexto da situação, independentemente da população total em comparação com a porcentagem de fato aniquilada. Ademais, grupos políticos não figuram na Convenção, o que impediria classificar o caso argentino como crime de genocídio, dada a interpretação do documento. Todavia, o *Proceso* foi aquém da esfera política ao englobar outras áreas:

[...] no caso da Argentina, os objetivos da ditadura de ‘reorganização nacional’ não foram apenas políticos. [...] procurou uma ruptura absoluta e uma transformação total na maneira pela qual as identidades eram constituídas dentro de seu território. [...] foi mais que eliminar membros de uma ou várias forças políticas; foi para transformar a sociedade, eliminar aqueles que incorporaram determinadas maneiras de construir

graves dug by the victims themselves before execution, or cast into the sea weighted with cement blocks, after the victim was sedated with an injection. In that way, there were no dead, only the ‘disappeared.’” (ROMERO, 2002, p. 218).

⁴³ Particularmente, o termo foi difundido no pós-II GM durante a década de 60 com Frantz Fanon sobre o colonialismo e Jean-Paul Sartre perante a intervenção estadunidense no Vietnã (ALONSO, 2014).

⁴⁴ No original: “[...] any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnical, racial or religious group, as such: a) Killing members of the group; b) Causing serious bodily or mental harm to members of the group; c) Deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part; d) Imposing measures intended to prevent births within the group; e) Forcibly transferring children of the group to another group.” (UNITED NATIONS, 1948).

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

uma identidade social. Foi uma eliminação material e simbólica da possibilidade de adotar esse tipo de construção social (FEIERSTEIN, 2006, p. 159, tradução nossa).⁴⁷

Não obstante, o nível de articulação estratégica da Junta era notório ao se observar que o país foi dividido em cinco regiões de atuação e em 19 subáreas. Na grande mídia, o primeiro uso do termo genocídio apareceu no jornal *La Opinión* de Buenos Aires em 30 de janeiro de 1976, ao se referir à situação como um "verdadeiro genocídio". Depois, o uso do termo faria alusão à “[...] violência sobre uma população indefesa, no sentido de que não se referia ao imaginário da guerra colonial, e sim, ao modelo dos regimes fascistas opressores de seus próprios povos.” (ALONSO, 2014, p. 199, tradução nossa).⁴⁸

Conforme dados da CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas)⁴⁹, as vítimas da repressão são diversas. Em sua maioria, estão a classe trabalhadora (30,2%), os estudantes (21%) e os profissionais (10,7%). Na época, a Comissão registrou 8.961 casos de desaparecimentos, número referente às denúncias recebidas e aos dados de organismos nacionais e internacionais. Contudo, segundo organizações de direitos humanos, mais de 30 mil desaparecidos são registrados. Dentre o montante da CONADEP, 70% desses eram homens e 30% eram mulheres, com idades entre 16-25 anos (43,23%) e 26-35 anos (38,16%) respectivamente (CONADEP, 1984).

Os maiores casos de desaparecimento ocorreram entre 1976 e 1978. As denúncias de movimentos sociais e organizações nacionais e internacionais de direitos humanos frearam momentaneamente a atuação do governo, mas o mesmo viu a oportunidade como estratégica: ao adequar-se às demandas internacionais, manteve uma imagem condescendente às diretrizes internacionais de direitos humanos e recebeu novamente empréstimos de fundos internacionais, como o Banco Interamericano (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), principalmente do governo estadunidense.

⁴⁷ No original: “[...] in the case of Argentina, the aims of the dictatorship’s ‘national reorganization’ were not only political. [...] it sought an absolute rupture and a total transformation of the ways in which identities were constituted inside their territory. [...] it was about more than eliminating the members of one or several political forces; it was about transforming the society, eliminating those who embodied certain ways of constructing social identity. It was about materially and symbolically eliminating the possibility of adopting this social construction.” (FEIERSTEIN, 2006, p. 159).

⁴⁸ No original: “[...] la violencia sobre una población indefensa, en un marco de sentido que hacía referencia no ya al imaginario de la guerra colonial, sino al modelo de los regímenes fascistas como opresores de sus propios pueblos.” (ALONSO, 2014, p. 199).

⁴⁹ A CONADEP surgiu do Decreto Presidencial N° 187 de 15 de dezembro de 1983, já com Raúl Alfonsín no poder. A Comissão seria responsável por “Intervir ativamente no esclarecimento dos atos relacionados com o desaparecimento de pessoas ocorridos no país, averiguando seu destino ou paradeiro como também toda circunstância relacionada com a sua localização”. Presidida por Ernesto Sabato, os trabalhos iniciaram dia 27 de dezembro de 1983, com 180 dias para a conclusão dos trabalhos, mas acabou em setembro de 1984, com o relatório *Nunca Más*, inspiração para outros países (Brasil, Chile e Uruguai). Disponível em: <<http://atom.ipcdh.mercosur.int/index.php/conadep-comision-nacional-sobre-la-desaparicion-depersonas-2>>.

2 DO LOCAL AO GLOBAL: AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A DENÚNCIA DO CASO DOS DESAPARECIDOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Conforme explanado no primeiro capítulo, a ditadura civil-militar argentina de 1976-1983 reconfigurou o método de desaparecimento ao sistematizá-lo enquanto prática institucionalizada na tentativa de desestruturar e desmobilizar a sociedade. Naquele período, a resistência de movimentos sociais e grupos de direitos humanos contra o governo militar é ilustrada neste segundo capítulo a partir da experiência Mães da Praça de Maio face à questão dos desaparecidos.

Este capítulo está dividido em três seções; a primeira versa sobre o surgimento das Mães da Praça de Maio, a sua construção identitária enquanto grupo e a sua ocupação do espaço público como local de denúncia do caso dos desaparecidos. A segunda busca analisar quais foram os instrumentos para denunciar o caso dos desaparecidos e como foram postos em prática pelas Mães na cena pública. Por último, visa-se entender as motivações que as levaram a ampliar a sua luta do âmbito nacional ao internacional nas seguintes oportunidades: a visita da Anistia Intenacional em 1976; a Copa do Mundo de 1978; a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 1979; e, por fim, a Guerra das Malvinas em 1982.

2.1 AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO COMO LOCAL DE DENÚNCIA

A partir do contexto de repressão política⁵⁰ e do cerceamento das liberdades civis expostos no primeiro capítulo, surgiram as Mães da Praça de Maio ou *Madres de Plaza de Mayo*. Em virtude das frustrantes visitas aos oficiais do governo, representantes eclesiásticos e organismos de direitos humanos, em 30 de abril de 1977, mães de filhas e filhos desaparecidos, encontraram-se pela primeira vez na Praça de Maio (*Plaza de Mayo*) na capital da Argentina, Buenos Aires. O apelo partiu de Azucena Villaflor: “Nós estamos perdendo nosso tempo. Esse não é o lugar que devemos procurar pelas nossas crianças. Temos que ir para a Praça de Maio

⁵⁰ Segundo Waldo Ansaldi e Mariana Alberto (2014), a repressão ou a violência política é a ação realizada: 1) por el Estado contra sus propios ciudadanos, contra organizaciones revolucionarias, contra militares sediciosos o golpistas, contra grupos terroristas [...] para preservar la estructura de poder y, por tanto, el poder político y social constituido. Esa violencia puede ser legal (lo que es usual en los Estados de derecho) o bien ilegal (mediante organizaciones paraestatales y manifiestamente bajo la forma de Estados Terroristas); 2) por organizaciones creadas para alcanzar cambios estructurales más o menos radicales [...]; 3) por jefes militares [...]; 4) grupos terroristas; 5) organizaciones paramilitares [...] (ANSALDI; ALBERTO, 2014, p. 31).

e então falar com Videla, porque ele não sabe o que está acontecendo” (NAVARRO, 2001, p. 250, tradução nossa).⁵¹

As Madres, em sua maioria, eram donas de casa de meia-idade, parte da classe média operária, das quais poucas terminaram os estudos secundários ou tiveram contato na política. Naquele sábado de abril, quatorze mulheres sentaram-se nos bancos da praça para preencher solicitações de entrevistas com o governo. Com o passar do tempo, essas mães passaram a identificar-se enquanto grupo e a autointitular-se como as Mães da Praça de Maio (BOUVARD, 1994; NAVARRO, 2001).⁵²

2.1.1 A construção identitária das Mães da Praça de Maio enquanto movimento social

No sentido de compreender como mulheres comuns⁵³, com pouco ou quase nenhum envolvimento na política ocuparam as ruas em plena ditadura, discute-se acerca da identidade coletiva e da ação coletiva na constituição de um movimento social⁵⁴.

Alberto Melucci (2001, 2004) preocupa-se em entender de que maneira os indivíduos compreendem a sua realidade: “Como as pessoas relacionam-se com textos, práticas e artefatos para que esses produtos culturais sejam significativos para elas? E, por último, como essas pessoas produzem significado?” (MELUCCI, 2001, p. 42, tradução nossa).⁵⁵ Por esse ângulo, analisa-se como as Madres interpretavam a sua realidade enquanto mães que, afastadas de seus filhos, descobriram em suas histórias a fonte de resistência necessária para combater a Junta

⁵¹ No original: “We are wasting our time. This is not where we must look for our children. We have to go to the Plaza de Mayo and then speak with Videla, because he does not know what is happening.” (NAVARRO, 2001, p. 250).

⁵² As quatorze mulheres, reunidas na Praça de Maio foram Azucena Villaflor, Berta Braverman, Haydée García Buelas, María Adela Gard, Julia Gard, María Mercedes Gard e Cándida Gard (irmãs), Delicia González, Pepa García de Noia, Mirta Baravalle, Kety Neuhaus, Raquel Arcushin, Antonia Cisneros e Ada Feingenmüller de Senar. Outras Madres consolidaram o movimento como Aline Moreno del Hodel, Aurora Alonzo, Evel Aztarbe de Petrini, Hebe de Bonafini, Hebe Maria Pavero de Mascia, María Adela Antokoletz, Maria Berigellietti de Miani, María del Rosario e Susanna de Gudano.

⁵³ A categoria “mulher” faz parte dos estudos das ciências sociais. Neste trabalho, as questões de gênero não são discutidas por motivos de tempo e espaço. Todavia, não se desconhece o trabalho desenvolvido na área de Gênero e Relações Internacionais, dada a clara importância do gênero como categoria de análise em trabalhos como Sylvester (1994), Tickner (1992, 2001); Enloe (1990); Halliday (1991).

⁵⁴ Conforme Melucci (2001, p. 35) um movimento social seria “[...] a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para a apropriação e o controle de recursos valorizados por ambos”. Os movimentos sociais não são respostas para crises, e sim, expressões de situações de conflito, no qual dois ou mais atores disputam por recursos. Nesse caso, o embate estaria entre os discursos das Madres e da Junta acerca da (in)existência dos desaparecidos e de seus responsáveis.

⁵⁵ No original: “How do people relate to texts, practices, and artifacts so that these cultural products are meaningful to them? And, ultimately, how do they produce meaning?” (MELUCCI, 2004, p. 42).

Militar através de táticas particulares. Assim posto, o conceito de identidade coletiva para o autor refere-se a

[...] uma definição interativa e compartilhada produzida por vários indivíduos (ou grupos num nível mais complexo), preocupados com as orientações das ações e o **campo de oportunidades e constrangimentos** no qual a ação ocorre. Por 'interativa e compartilhada', entendo como uma definição que deve ser concebida como um processo, porque ela é **construída e negociada através de uma repetida ativação das relações que unem indivíduos (ou grupos)** (MELUCCI, 2004, p. 44, tradução nossa, grifo nosso).⁵⁶

A maternidade, parte constituinte das trajetórias dessas mães, serve para observar a construção identitária das Madres. Antes da institucionalização do movimento, cada mãe procurava individualmente seus filhos desaparecidos. Todavia, com o passar do tempo, perceberam que para enfrentar a Junta Militar na descoberta da verdade, deveriam unir-se. A maternidade expressou a sua força e passou a incorporar a identidade das Madres não como um fato isolado, individual, e sim, compartilhado ao reconhecê-la como uma “maternidade socializada”: “Isso significa que cada Madre não era mais a mãe de apenas uma pessoa desaparecida; ao contrário, cada Madre representava o universo de todas as mães de crianças desaparecidas, incluindo aquelas mulheres que nunca se tornaram ativistas (BOSCO, 2001, p. 311, tradução nossa).⁵⁷

Não obstante, a maternidade enquanto elemento identitário das Madres não foi estática, e sim, contingencial de acordo com o contexto e necessidades. Num primeiro estágio, a imagem maternal de compaixão, sabedoria, carinho e cuidado facilitaram a ocupação dos espaços públicos, pois se alinhava às expectativas sociais que uma mãe deveria seguir. Não havia grandes represálias do governo, mas existia certo descaso da população, a qual não só as apoiava como também duvidava que seus filhos realmente não tivessem feito algo para estarem desaparecidos. Fez-se necessário adotar uma posição mais assertiva enquanto mães na cena pública, equilibrando-se a dupla jornada de donas de casa e ativistas:

Entretanto, as Madres subverteram o conceito de maternidade como meramente biológico e saíram de seus papéis de pessoas passivas e privadas. [...] **As Madres recusaram-se a lamentar ou chorar pelas suas crianças porque elas concluíram que esse comportamento ajudava o governo a dominá-las ao absorver a energia que deveria ser usada na luta política.** [...] Quando se tornaram ativas, as Madres trabalharam pela continuidade e consistência entre a sua vida privada e pública. [...] **as Madres demandavam espaço político e objetivos radicais, ao mesmo tempo**

⁵⁶ No original: "[...] an interactive and shared definition produced by several individuals (or groups at a more complex level) and concerned with the orientations of action and the field of opportunities and constraints in which the action takes place. By 'interactive and shared' I mean a definition that must be conceived as a process because it is constructed and negotiated through a repeated activation of the relationships that link individuals (or groups)." (MELUCCI, 2004, p. 44).

⁵⁷ No original: "This means that each member is no longer the individual mother of a disappeared person; rather, each member embodies the universe of all mothers of disappeared children, including those women who never turn into activists." (BOSCO, 2001, p. 311).

que mantiveram seus valores tradicionais de cuidado do lar; elas continuaram a insistir em suas identidades de donas de casa e Madres. A humanização do comportamento político é uma característica importante nas mudanças que elas buscaram trazer (BOUVARD, 1994, p. 184-185, tradução nossa, grifo nosso).⁵⁸

Essa mudança na compreensão da maternidade enquanto um dos pilares identitários das Madres relaciona-se ao que Sidney Tarrow (2011) frisa sobre a não homogeneidade das identidades de um movimento, e sim, susceptível a conflitos internos:

Dada a importância de estabelecer legitimidade e certificar que o movimento é um autêntico representante daquilo que advoga, a construção identitária é provavelmente mais importante durante o surgimento do movimento, tornando-se menos importante ao passo que se institucionaliza, e desaparece com o estabelecimento do movimento ao falar de sua constituição. **Visto que muitos indivíduos negociam entre diversas identidades, a identidade política reivindicada pelo movimento deve ser constantemente reforçada, especialmente depois que certo nível da mobilização decaiu** (TARROW, 2011, p. 152, tradução nossa, grifo nosso).⁵⁹

No trecho anterior, a necessidade de salientar constantemente as motivações de identidade e do agir político encontra-se no contato das Madres com a população:

Quando dizíamos aos pedestres na Praça de Maio o porquê de estarmos lá, eles nos perguntavam, 'Desaparecidos? Mas você sabe onde eles estão.' Não, isso é o que queremos saber. 'Mas eles não estão presos, eles não foram julgados?' Não. **E todas as quintas-feiras, todos os dias, tentávamos explicar essa realidade indescritível, a qual nossos compatriotas eram incapazes de compreender, ao menos que eles fossem tocados por isso diretamente ou indiretamente** (*Disappearances, a Workbook*, p. 117, *apud* BOUVARD, 1994, p. 33, tradução nossa, grifo nosso).⁶⁰

Os encontros nas delegacias, igrejas, cafés e praças proporcionaram espaços oportunos para trocar experiências, as quais somadas construíram as Madres como mulheres na luta pelo paradeiro de seus filhos desaparecidos. Esse momento de auto-reconhecimento das Madres criou laços afetivos pautados não somente na maternidade, mas também em seu papel como agentes responsáveis por dar continuidade à luta de seus filhos. Entretanto, ao terem tomado a

⁵⁸ No original: "The Mothers have subverted the concept of motherhood as merely biological, however, and stepped out of their roles as passive and private persons. [...] They have refused to mourn or weep for their children because they have concluded that such behavior helps the government dominate them by absorbing the energy that should be used for political struggle. [...] When they became active the Mothers worked for continuity and consistency between their private and public lives. [...] The Mothers claim political space and radical goals while maintaining the more traditional values of caring that come from the household; they continue to insist upon their identities as housewives and Mothers. Humanizing political behavior is an important thread in the changes they seek to bring about." (BOUVARD, 1994, p. 184-185).

⁵⁹ No original: "Given the importance of establishing legitimacy and certifying a movement as an authentic representative of the constituency it claims to represent, identity construction is probably most important during the emerging phase of the movement, becomes less important as it is institutionalized, and disappears with the movement's establishment in speaking for its constituency. But because most individuals negotiate among a variety of identities, the politicized identity that a movement claims may need to be constantly reinforced, especially after mobilization has peaked." (TARROW, 2011, p. 152).

⁶⁰ No original: "When we told the passersby in the Plaza de Mayo why we were there, they would ask us, 'Disappeared? But you know where they are.' No, that is what we want to know. 'But they are not in prison, they have not been tried?' No. And every Thursday, every day, we tried to explain this ineffable reality, which our compatriots were unable to understand unless they had been touched by it either directly or indirectly." (*Disappearances, A Workbook*, p. 117, *apud* BOUVARD, 1994, p. 33).

Praça de Maio como seu local de denúncia, enfrentaram vastos obstáculos: a Junta Militar e a estrutura patriarcal⁶¹ que invisibilizava a mulher na sociedade e na política, dificultando o acesso aos canais de comunicação para que fossem ouvidas (BOUVARD, 1994; NAVARRO, 2001).

A escolha da Praça de Maio é crucial para entender a força política que os espaços públicos possuem. Tendo em vista o conceito de identidade coletiva de Melucci, pode-se começar a compreender as motivações das Madres ao escolher a Praça de Maio como local inicial de denúncia a partir do conceito de ação coletiva do autor:

Como o resultado de fins, recursos e limites, como uma orientação intencional construída por meio de relações sociais dentro de um sistema de oportunidades e constrangimentos. Portanto, não se pode considerar nem como um simples efeito de pré-condições estruturais ou a expressão de valores e crenças. Os indivíduos atuando coletivamente 'constroem' sua ação através de significados de investimentos 'organizados': **eles definem o campo de possibilidades e limites que percebem em termos cognitivos, ao mesmo tempo que ativam suas relações para dar sentido para seu 'estar junto' e aos objetivos que perseguem** (MELUCCI, 2004, p. 43, tradução nossa, grifo nosso).⁶²

Nesse trecho, o autor não apenas ressalta a construção dos indivíduos perante seus movimentos, como também salienta que a estrutura social é sim importante, mas não deve ser levada em conta como único fator ao se estudar os movimentos sociais. Os atores produzem ação coletiva pois são capazes de definir por eles mesmos a maneira pela qual interpretam a sua relação com seu ambiente. Entretanto, a definição da ação coletiva não segue uma lógica linear, e sim, permeada por interações, negociações, oposições e entraves entre atores internos e externos ao grupo.

A ação coletiva das Mães da Praça de Maio também é estudada a partir da rede de relações por elas estabelecida ao decorrer dos anos, nacionalmente e internacionalmente. Segundo Fernando J. Bosco (2001), para que uma ação coletiva seja sustentável – perdure por

⁶¹ Segundo Nader e Morgante (2014), inexistiu consenso sobre o uso do termo patriarcado entre os estudos feministas. A partir dos estudos de Max Weber sobre o patriarcalismo (estrutura natural e ahistórica que determina a origem da sociedade dominada por um indivíduo consoante as normas hereditárias dos grupos sociais) distanciam-se dessa concepção adjetiva para uma mais substantiva: "O uso de *patriarcado* enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais. [...] O conceito *patriarcado* permite visualizar estes dois âmbitos, a dominação e a exploração das mulheres, que estão estreitamente interligados." (NADER; MORGANTE, 2014, p. 3-8, grifo do autor).

⁶² No original: "As the result of purposes, resources, and limits, as a purposive orientation constructed by means of social relationships within a system of opportunities and constraints. It therefore cannot be considered either the simple effect of structural preconditions or the expression of values and beliefs. Individuals acting collectively 'construct' their action by means of 'organized' investments: they define in cognitive terms the field of possibilities and limits they perceive while at the same time activating their relationships so as to give sense to their 'being together' and to the goals they pursue." (MELUCCI, 2004, p. 43).

determinado período –, é preciso que as partes envolvidas na ação coletiva construam redes geograficamente flexíveis, em diferentes locais e com distintas formas de atuar.

Compreender as motivações da persistência das Madres até a atualidade faz parte dessa análise. A ação coletiva enquanto elemento constituinte da identidade de um grupo, a partir de relações entre seus membros e de outros grupos, e o resultado esperado dessas interações, também depende do espaço geográfico ocupado pelo grupo:

[...] há uma espacialidade inerente às redes de movimento social que varia no escopo dos locais e lugares que facilitam a prática do ativismo para as teias transnacionais que interligam os ativistas. E como muitos demonstraram, essa espacialidade estabelece uma diferença crítica nos resultados intencionais da ação coletiva (BOSCO, 2001, p. 310, tradução nossa).⁶³

A espacialidade abordada faz referência à Praça de Maio, elo de ligação entre as Madres, as quais através de fortes laços emocionais, iniciaram um processo de identificação ao descobrirem que a sua luta pela verdade de seus filhos desaparecidos não era individual, e sim, compartilhada pela maternidade social. Durante a ditadura, as Madres costuraram laços geograficamente consistentes não apenas na Argentina, mas mundialmente, formando uma identidade coletiva transnacional de resistência:

Mesmo quando algumas das Madres viajavam ao exterior para promover sua campanha ou participar em atividades com outros movimentos sociais, elas continuavam com os rituais coletivos semanais. **Por exemplo, as Madres são conhecidas por escolher uma praça num lugar específico onde elas se encontravam, calcular e ajustar o relógio conforme o fuso horário para continuar a caminhar por meia hora em torno de um monumento ou qualquer outro marco na praça para se sentirem juntas de outras Madres na Argentina.** Ao longo do tempo, as marchas semanais das Madres tornaram-se realmente rituais coletivos transnacionais que deram visibilidade a sua rede em todo o mundo. **Por exemplo, uma das Madres me disse que uma de suas melhores recordações das marchas semanais no exterior foi quando um grupo de Madres reuniu-se na Praça da Revolução em Cuba para realizar seu ritual semanal** (comunicações pessoais, setembro de 1999) (BOSCO, 2001, p. 316, tradução nossa, grifo nosso).⁶⁴

Por conseguinte, o encontro das Madres, ao caracterizar a Praça de Maio como um espaço social de identidade política, ultrapassou a praça física ao ampliar a ação coletiva de

⁶³ No original: “[...] there is an inherent spatiality to social movement networks that ranges in scope from the locations and places that facilitate the practice of activism to the transnational webs that link activists together. And as many have shown, this spatiality makes a critical difference in the outcomes of purposive collective action.” (BOSCO, 2001, p. 310).

⁶⁴ No original: “Even when some of the Madres travel abroad to promote their campaign or to participate in activities with other social movements, members continue with the weekly collective rituals. For example, the Madres have been known to select a square in the particular place where they find themselves, calculate and adjust for time differences, and then proceed to walk for half an hour around a monument or any other landmark in the square in order to feel together with other Madres in Argentina. Over time, the Madres’ weekly marches have actually become transnational collective rituals that render their network visible around the world. For example, one of the Madres told me that one of her fondest memory of a weekly march abroad was when a group of Madres gathered in the Plaza de La Revolución in Cuba to perform their weekly ritual (personal communication, September 1999).” (BOSCO, 2001, p. 316).

resistência a outras localidades. A simbologia política semeada mutualmente entre a Praça de Maio e as Madres ao ir além de Buenos Aires, permitiu a sustentabilidade do movimento ao longo desses 40 anos de atuação, posto que “[...] laços coesos comuns não são incentivados pela proximidade geográfica física, mas sim por uma proximidade simbólica socialmente construída baseada na identificação do grupo com um determinado lugar” (BOSCO, 2001, p. 317, tradução nossa).⁶⁵

2.2 PRAÇA DE MAIO, 15:30, QUINTA-FEIRA: OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS PELAS MADRES NA DENÚNCIA DO CASO DOS DESAPARECIDOS NA DITADURA

A Praça de Maio tornou-se um lugar de interações, disputas, negociações e oposições políticas às Madres. Localizada em frente ao palácio presidencial, ela havia sido palco de diversos acontecimentos da história política argentina. Rodeada pela catedral, bancos e negócios empresariais, a Praça foi e é um local de passagem diário de milhares de pessoas. Nela, as Madres reuniam-se nas quintas-feiras às 15:30 para compartilhar informações acerca de suas filhas e filhos desaparecidos. A escolha de machar às quintas-feiras era estratégica, pois a circulação de pessoas nos sábados era baixa e a sexta-feira era vista como um dia de azar por algumas delas (BOMBAL, 1992). Nos Anexos B e C observa-se a adesão de diversas pessoas à Praça para apoiar o grupo.

O propósito inicial das Madres não era realizar demonstrações públicas de suas preocupações, mas passaram a funcionar desse modo quando a polícia começou a ameaçá-las. Na Praça, sentavam-se nos bancos ou ficavam em grupos para trocar informações ou discutir os nomes de mulheres que poderiam aderir à causa. Num desses encontros, foram notificadas pelos policiais que não poderiam ficar em grupos. Contudo, não era proibida a circulação ao redor da Praça, momento no qual as Madres somaram-se num ato de marcha local de trinta minutos no sentido antihorário em torno da pirâmide da praça, constituindo seu novo espaço político. A insistência em denominar o ato de circular pela praça como uma marcha é explicada por uma das Madres numa entrevista:

Quero dizer-lhes que nós não gostamos que chamem de ronda o que fazemos. E eu explicava a alguns companheiros que estão escrevendo um livro por que não queremos dizer ronda e dizemos marcha. Porque a ronda é circular sobre a mesma

⁶⁵ No original: “[...] cohesive communal bonds are not encouraged by physical geographic proximity but rather by a socially constructed symbolic proximity based on the group’s identification with a particular place.” (BOSCO, 2001, p. 317).

coisa, mas marchar é marchar até algo. E nós, Madres, cremos que ainda que seja em círculo, estamos marchando até algo (AMPM, 1995, p. 9, tradução nossa).⁶⁶

A ação de circular carregava a simbologia de ir de encontro às ordens policiais e, através da Praça, demonstrar a persistência política das Madres, as quais unidas, registravam simbolicamente a dúvida do paradeiro dos desaparecidos (BOMBAL, 1992; BOUVARD, 1994; NAVARRO, 2001).

A fim de ilustrar como as Madres romperam com o silêncio dos desaparecidos na sociedade argentina e enfrentaram a Junta Militar em plena ditadura, parte-se da teoria dos repertórios de confronto político. Segundo Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly (2009, p. 11-12):

O confronto político tem início quando, de forma coletiva, as pessoas fazem reivindicações a outras pessoas cujos interesses seriam afetados se elas fossem atendidas. As reivindicações vão desde súplicas humildes até ataques brutais, passando por petições, reivindicações através de palavras de ordem e manifestos revolucionários. O confronto, portanto, depende da mobilização, da criação de meios e de capacidades para a interação coletiva.

Com isso posto, os repertórios representam as ações dos movimentos sociais, constituídos por práticas alternativas ao longo da história, com o objetivo de reivindicar um propósito num embate de ideias inovadoras com seus opositores (McADAM *et al.*, 2009). Ao ocuparem os espaços públicos, as Madres desenvolveram amplos repertórios de confronto político, mas nem sempre com a mesma intensidade positiva e chamativa para a população, sendo necessária a modificação de suas táticas. Os confrontos políticos, localizados culturalmente e socialmente nos indivíduos, não surgem de maneira isolada. Para Tarrow (2011), o confronto político surge "[...] em resposta às mudanças nas oportunidades políticas e ameaças, quando os participantes percebem e respondem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários e baseados em grupos, de longa data ou episódicos" (TARROW, 2011, p. 16, tradução nossa)⁶⁷.

A inevitabilidade de modificar as táticas de ação é correlata ao efeito desejado pelas Madres de causar uma resposta positiva e/ou provocativa na sociedade e na Junta Militar, ao qual se assemelha aos resultados eficazes esperados pelos repertórios:

A eficácia instrumental de um repertório deriva basicamente de sua novidade, de sua habilidade de, temporariamente, **pegar desprevenidos oponentes ou autoridades e**

⁶⁶ No original: "Quiero decirles que nosotras no nos gusta que la llamen ronda a lo que hacemos. Y yo le explicaba a unos compañeros que están por hacer un libro por qué no le queremos decir ronda y le decimos marcha. Porque la ronda es rondar sobre lo mismo, pero marchar es marchar hacia algo. Y las Madres creemos que, aunque sea en círculo, estamos marchando hacia algo." (AMPM, 1995, p. 9).

⁶⁷ No original: "[...] in response to changes in political opportunities and threats when participants perceive and respond to a variety of incentives: material and ideological, partisan and group-based, long-standing and episodic." (TARROW, 2011, p. 16).

de criar exemplos de desordem pública que são custosos aos interesses estabelecidos. **O uso repetido do mesmo repertório diminui sua eficácia instrumental e, desta forma, encoraja a inovação tática** (McADAM *et al.*, p. 25 grifo nosso).

O elemento surpresa que unifica a identidade das Madres é constituído pela maternidade enquanto artífice político para contrastar tudo aquilo que se esperava de uma mulher numa sociedade conservadora: o âmbito privado. Ao mesmo tempo, a maternidade política das Madres criou paradoxos na sociedade, pois ao corresponder aos papéis sociais de maternidade, também ocupou o espaço público em plena ditadura.

2.2.1 A audácia de circular pela Praça de Maio⁶⁸: emoções, maternidade política e resistência das Mães da Praça de Maio

A Praça, local de concentração do poder estatal, tornou-se um espaço de luta. Ao colocarem a questão da justiça pelo direito de saber a verdade sobre os desaparecidos, ressignificaram os espaços públicos como locais políticos. Para facilitar o reconhecimento entre as Madres, elas utilizaram fraldas como lenços na cabeça⁶⁹. Segundo Domenici e Foss (2001), as fraldas tornaram-se símbolo de resistência, bordadas com o nome de seus filhos desaparecidos para representar uma geração que havia sumido. Além do lenço, elas carregavam fotos de seus filhos em placas numa demonstração visual com grande densidade simbólica e imagética de seus sentimentos para a sociedade e a mídia (BOMBAL, 1992).

O porquê da saída das Madres à Praça de Maio, ao torná-la um espaço público e político para os seus atos, pode ser compreendido através da forma pela qual elas ressignificaram o seu estado sentimental de tristeza pelos seus filhos desaparecidos. A reflexão proposta baseia-se em Thornton (2016). A autora preocupa-se em analisar o caminho trilhado pelas Madres ao transformarem a sua tristeza em ação, ou seja, como saíram do âmbito privado de seus recintos familiares e alcançaram as ruas.

Há de se reconhecer que, primeiramente, o medo instaurado pelo governo militar através dos desaparecimentos fez com que a própria sociedade argentina exercesse controle entre seus familiares, amigos, colegas e vizinhos. Após o desaparecimento de um membro da família, não

⁶⁸ Evitar análises anacrônicas é essencial na observação de determinado período histórico. Atualmente, diversos e distintos protestos ocorrem na Praça de Maio, e um dos grupos partícipes desses movimentos são as Madres. No entanto, durante a ditadura, ocupar a Praça de Maio era um ato perigoso por representar uma ação direta contra o símbolo do poder da Junta Militar, a qual proibia qualquer tipo de manifestação e/ou demonstração pública. Não se pode dizer que hoje, a Praça de Maio possui a mesma função estratégica daquele tempo (BOSCO, 2001).

⁶⁹ A ideia surgiu durante a participação das Madres na procissão da comunidade católica de Buenos Aires na cidade de Luján (BOUVARD, 1994; AMPM, 1995)

havia – ou era difícil existir – apoio de amigos, vizinhos ou terceiros. Ocorria um processo de isolamento dos círculos sociais, muitas vezes pelo medo que outras pessoas tinham de sofrer as mesmas consequências. Outro aspecto relevante é que a inexistência de um corpo que representasse a morte, ou melhor, a inexistência de vida fazia com que as famílias permanecessem num limbo jurídico. Essas duas consequências do desaparecimento constituíram a base para que as famílias se autoculpassem, ou seja “magnificando grandemente o sentimento de que considerar a pessoa como morta, a pessoa em estado de luto [estava] de alguma forma matando-a” (ANDERSEN, 1993, p. 17, *apud* THORNTON, 2016, p. 285, tradução nossa).⁷⁰

Essa pode ser uma das razões que explicam o não silenciamento das Madres ao recusarem as justificativas da Junta Militar, a qual relatava que os desaparecidos estavam mortos ou haviam saído do país. Não satisfeitas, elas negavam a morte de seus filhos como um preceito ético e político: a luta pela prisão dos algozes. Mercedes Moreno, uma das Madres, frisa a persistência da luta política: “Eu quero saber quem a matou e eu quero que o assassino seja preso. Se eu pedir por ela como um corpo, estaria matando-a, não estaria pedindo por aquele que a assassinou” (BOUVARD, 1994, p. 139, tradução nossa)⁷¹, e noutro relato “Para que meu filho esteja morto, seu assassino deve ir para à cadeia” (BOUVARD, 1994, p. 147, tradução nossa)⁷².

Thornton traz três fatores que auxiliam na compreensão das alternativas escolhidas pelas Madres para lidar com a tristeza ao transformá-la em ação política: a) o apoio mútuo entre as Madres que, ao compartilharem suas experiências, consolidaram laços sentimentais;⁷³ b) as ações conjuntas públicas com símbolos e slogans contra o governo; e c) o movimento além de seu sofrimento pessoal, que alcançou o público em geral, muitas vezes lido como a continuidade da luta de seus filhos⁷⁴.

⁷⁰ No original: "greatly magnifying the feeling that by giving the person up for dead, the mourner [was] somehow killing him." (ANDERSEN, Martin Edwin, 1993, p. 17, *apud* THORNTON, 2016, p. 285).

⁷¹ No original: "I want to know who killed her and I want the assassin to be put in jail. If I ask for her as a corpse, then I am killing her, not the one who assassinated her." (BOUVARD, 1994, p. 139).

⁷² No original: "For my son to be dead, his murderer has to go to jail." (BOUVARD, 1994, p. 147).

⁷³ O autoreconhecimento nas emoções atenta para o caso de que não se abalaram com a indiferença do governo militar, de suas ameaças e pela morte de companheiras, familiares e amigos e apoiadores, ao ponto de desistirem de sua luta, mas sim, uniram-se ainda mais para continuar com a sua luta. Segundo Alessandro Pizzorno (1978, 1986, *apud* MELUCCI, 2004, p. 48, grifo nosso): "During a conflict the internal solidarity of the group reinforces identity and guarantees it. **People feel a bond with others not because they share the same interests, but because they need this bond in order to make sense of what they are doing**".

⁷⁴ As próprias Madres diziam que "nasceram" de seus filhos com a frase *Paridas por Nuestros Hijos*, pois perceberam que a luta política deles teria despertado a sua vontade de lutar contra o regime militar (BOUVARD, 1994; THORNTON, 2016).

As palavras de ordem das Madres surgiram para chamar a atenção da população. Dentre essas estão *Aparición con Vida*⁷⁵ (Aparição com Vida, tradução livre) num primeiro momento, como protesto à Junta Militar, aos grupos políticos e organismos de direitos humanos que persistiam em dizer que os desaparecidos estavam mortos. Em 1983, mais perto do final da ditadura, no qual se discutia sobre a responsabilidade pelos crimes cometidos, utilizaram a frase *Juicio y Castigo a los Culpables* (Julgamento e Castigo para Todos os Culpados, tradução livre) (DOMENICI; FOSS, 2001; BOUVARD, 1994).

Com o decorrer do tempo, as Madres serviram de exemplo para outras mães em diversos lugares da Argentina. Formou-se uma rede de Madres em diversas províncias do país que transcendeu o espaço da praça física, por compreender a localidade não como uma escala geográfica, e sim, enquanto uma rede de relações sociais que percorre os espaços. Essa visão, defendida por Bosco (2006), observa que as Madres, através da emoção – aqui emoção entendida com laços afetivos – foram capazes de criar, fortalecer e atuar politicamente enquanto um movimento social.

Durante o final da década de 70 e início da década de 80, mais de 20 grupos de Madres organizaram-se pelo país, com diferentes formas de ativismo perante o governo, acusando-o de terem feito desaparecer seus filhos. As Madres de Buenos Aires alertaram as outras mães que essas não estavam sozinhas na busca por seus filhos. Assim, focaram-se em criar uma estrutura organizacional formal pelas Madres,

[...] a rede das Madres já era autossustentável, pois as mulheres compartilhavam de sua dor por terem perdido seus filhos e de sua felicidade e força que surgia como resultado de encontrar outras pessoas como elas. Na verdade, foram os laços emocionais entre as mulheres que permitiram a expansão da rede e a integração de novos membros em primeiro lugar (BOSCO, 2006, p. 351, tradução nossa).⁷⁶

A Praça de Maio deslocou-se simbolicamente de Buenos Aires a outras regiões do país⁷⁷ e fortaleceu os laços emocionais que uniam essas mulheres, sendo o local para compartilhar experiências e empoderar-se em ativistas. Surgiu, pois, uma identidade coletiva: as mães dos desaparecidos da Praça de Maio, que se reconheciam enquanto tal, independentemente da localidade e da proximidade geográfica (BOSCO, 2006).

⁷⁵ Ver Anexo D.

⁷⁶ No original: “[...] but the Madre’s network was already self-sustaining because women shared both the pain of having lost their children and the joy and strength that arose as the result of finding others like themselves. It was actually the emotional bonds among women that permitted the expansion of the network and the addition of new members in the first place.” (BOSCO, 2006, p. 351).

⁷⁷ De acordo com Bosco (2006), as outras cidades que formaram outros grupos de Madres são: Mendoza, La Rioja, Catamarca, Ledesma, Calilegua, Salta, Concordia, Río Cuarto, Mar del Plata, Zárate, Quilmes, Punta Alta, Bahía Blanca, Guleguyachú, La Plata, Tucumán, Ayacucho, Junín, Lomas de Zamora e San Juan. Não é citado, mas a cidade de Córdoba (segunda maior do país) também possuía um grupo de Madres.

Com o tempo, as Madres abandonaram seu papel inicial de vítima e adotaram uma posição ativa de sujeito de direitos. Para Bombal (1992, p. 52), a definição de vítima "corresponde a essa posição em que se encontra quem não pode demonstrar o dano sofrido, porque foi privado dos meios de prova necessários para fazer valer sua denúncia". Já o sujeito de direitos é quando a vítima passa a ter "acesso a um tribunal que julgue a verdade do que se sustenta, conforme procedimentos estipulados acerca da apresentação de provas" (BOMBAL, 1992, p. 53). Para as Madres, o tribunal não foi apenas as instituições jurídicas, mas a própria sociedade. Houve um processo de ressignificação de seus discursos que inseriu a questão dos desaparecidos no cotidiano argentino.

As Madres foram as primeiras vítimas que, ao saírem dessa posição, romperam com o discurso da Junta Militar de justificar as suas ações repressivas perante a política nacional. Ao andarem pela Praça de Maio na busca pela verdade, elas iam em oposição à lógica estatal de despolitizar os espaços públicos e encurralar a sociedade através da ameaça e do medo: "Mas houve um tempo em que o direito à vida não estava subentendido para o sujeito político. E as Mães necessitaram voltar a proclamá-lo" (BOMBAL, 1992, p. 54).

A dificuldade de legitimar o discurso dos desaparecidos perante uma sociedade desconfiada e levada pelo medo de questionar a Junta Militar, facilitava a desestabilização da organização das Madres pelos militares. Com o tempo, o regime militar passou a chamá-las de "As loucas da Praça de Maio" (*las locas*), na intenção de desacreditá-las para findar com seu movimento. Os militares as ameaçavam individualmente em suas casas e no seu trajeto à Praça, além dos pedestres que passavam, desviavam ou as insultavam no caminho. Na tentativa de deslegitimar a atuação pública das Madres ao chamá-las de loucas, a Junta Militar buscava impedir que o silêncio dos desaparecidos fosse quebrado, sendo necessário que elas repensassem a sua abordagem para resgatar o apoio social (BOUVARD, 1994; NAVARRO, 2001; BOSCO, 2006).

Para Melucci (2004), existem duas definições de identidade, a interna (aquela que o próprio autor da ação tem sobre si mesmo, nesse caso, as Madres) e a externa, quando há a identificação por terceiros (a Junta Militar e a sociedade argentina). Dessa maneira, as Madres encontraram um de seus primeiros "constrangimentos" de seu campo de oportunidades ao serem taxadas de loucas: "Atores sociais entram num conflito para afirmar a identidade que o seu oponente negou a eles, para reapropriar algo que pertence a eles, pois eles são capazes de

reconhecer isso como deles mesmos” (MELUCCI, 2004, p. 48, tradução nossa)⁷⁸. A tentativa da Junta Militar de desestruturar a ação das Madres tornou ainda mais complicado para que a população acreditasse na existência dos desaparecidos e que realmente fossem isentos de quaisquer crimes cometidos. Ou seja, a Junta Militar ao chamar as Madres de loucas, buscava negar que houvessem desaparecidos ou violações de direitos humanos por parte do Estado. Fez-se necessário repensar as maneiras de atuar nos espaços públicos, ou seja, como reconfigurar sua imagem pública para que as pessoas pudessem reconhecer que a sua luta era legítima:

Deverá encontrar formas de verificar seu testemunho, legitimar sua palavra e elaborar uma significação alternativa dos fatos. Deste modo poderá (ou não) alcançar logo o apelo ao reconhecimento de um terceiro, para que julgue conforme uma regra comum a verdade de sua demanda (BOMBAL, 1992, p. 52).

A maternidade, enquanto elemento identitário, foi utilizada como instrumento político dos repertórios das Madres, mas a sua eficácia variou ao decorrer do tempo. Para que a atuação das Madres fosse considerada legítima e aceitável na esfera pública, utilizaram-se do mesmo papel materno que lhes era esperado, reconfigurando-o a partir das características esperadas de boas mulheres: a sua responsabilidade enquanto mães, mães que ao desejarem saber o paradeiro de seus filhos desaparecidos, cumpririam com seu papel maternal.⁷⁹ No início de sua jornada, apesar do uso estratégico da maternidade para chamar atenção da população e da Junta, não foram levadas a sério:

Para muitos... o reconhecimento de que os sequestros estavam acontecendo com a cooperação dos países vizinhos, dos industrialistas, do sistema legal e com a benção das autoridades da Igreja trouxe consigo um senso de impotência e terror. Parecia inconciliável que esse grupo de mulheres na sala de espera do Ministério do Interior poderia oferecer qualquer tipo de desafio para essa aliança poderosa (FISHER, Jo, 1989, s.p., *apud* THORNTON, 2016, p. 282, tradução nossa).⁸⁰

Nesse sentido, Taylor (2001) ao descrever o espetáculo criado pelas Madres na cena política argentina e internacional, destaca que a ação delas teria contestado os pilares da Junta ao expor a violência e a hipocrisia do *Proceso* para reorganizar a nação, além de contestar, mesmo sem intenção, o papel privado resignado à mulher da cena política.

⁷⁸ No original: "Social actors enter a conflict to affirm the identity that their opponent has denied them, to reappropriate something that belongs to them because they are able to recognize it as their own." (MELUCCI, 2004, p. 48).

⁷⁹ Segundo Thornton (2016), as Madres nunca relegaram seu papel maternal. Ao contrário, utilizaram a maternidade como um meio para transmitir justiça, paz e amor, de encontro à visão paternal, militar, violenta e baseada pela força que a Junta queria com o *Proceso* para reorganizar a sociedade e o país.

⁸⁰ No original: "For many... the recognition that the kidnappings were taking place with the co-operation of neighboring countries, industrialists, the legal system and with the blessing of the church authorities brought with it a sense of powerlessness and terror. It seemed inconceivable that these groups of women in the waiting room of the Ministry of the Interior could offer any real challenge to this powerful alliance." (FISHER, Jo, 1989, s.p. *apud* THORNTON, 2016, p. 282).

Entretanto, a eficácia da tática de utilizar a maternidade enquanto instrumento político para garantir segurança ao movimento durou por pouco tempo, dado que a Junta, ao não mais entendê-las como mães ingênuas e passivas, ameaçou-as psicologicamente e fisicamente.⁸¹ O governo passou a vê-las como uma ameaça nacional e internacional:

O papel virginal permitia que as mulheres performassem qualidades femininas aceitáveis – auto-sacrifício, sofrimento, irracionalidade, até mesmo se tomassem os passos mais ousados imagináveis em seu contexto político particular: elas afirmavam a sua passividade e a sua impotência (TAYLOR, 2001, p. 102, tradução nossa).⁸²

Em 5 de outubro de 1977, as Madres apresentaram um artigo no jornal *La Prensa* que pedia a verdade sobre as 237 pessoas desaparecidas e enviaram uma carta ao Congresso dos Estados Unidos, seguida de uma petição com 24.000 assinaturas que pedia a investigação dos desaparecimentos registrados (NOVARO; PALERMO, 2007). Nas manifestações, houve repressão policial com gás de pimenta e prisão de mais de 300 mulheres, além da prisão de funcionários da imprensa estrangeira, única a cobrir o evento:

Elas organizaram grandes manifestações e marchas, algumas delas envolvendo mais de 200.000 pessoas: a Marcha de Resistência em 1981, como também no outro ano; em 1982 a Marcha para a Vida e a Marcha para a Democracia; em 1983, ao final da última Junta Militar, elas colaram por Buenos Aires os nomes e as silhuetas dos desaparecidos (TAYLOR, 2001, p. 102, tradução nossa).⁸³

Reconhecido o alcance das Madres, a Junta Militar decidiu agir. No dia 8 dezembro de 1977, funcionários da ESMA sequestraram Azucena Villafalor, Esther Ballestrino, María Ponce de Bianco, duas freiras francesas (Alice Domon e Léonie Duquet) e sete ativistas de direitos humanos ligados ao grupo, no momento em que recolhiam dinheiro para publicar outra matéria nos jornais, os quais foram desaparecidos e mortos pelo governo. A situação chocou as Madres, porém não pararam suas atividades e seguiram seu caminho sob a liderança de Hebe de Bonafini e René Epelbaum (BOUVARD, 1994; TAYLOR, 2001; NOVARO; PALERMO, 2007).

⁸¹ Ver Anexo E.

⁸² No original: “The virginal role allowed the women to perform traditionally acceptable “feminine” qualities – self-sacrifice, suffering, irrationality, even as they took one of the most daring steps imaginable in their particular political arena: they affirmed their passivity and powerlessness.” (TAYLOR, 2001, p. 102).

⁸³ No original: “They organized massive demonstrations and marches, some of them involving up to 200,000 people: the March of Resistance in 1981, and again the following year; in 1982 the March for Life and the March for Democracy; in 1983, at the end of the last military junta, they plastered Buenos Aires with the names and silhouettes of the disappeared.” (TAYLOR, 2001, p. 102).

2.3 LAS LOCAS NO CENÁRIO INTERNACIONAL: A DENÚNCIA PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS NACIONAIS

Em 1977, segundo ano da Junta Militar no poder, a conjuntura na Argentina era de extrema repressão e perseguição política. Como demonstrado, as Madres não eram mais senhoras comuns que caminhavam pela Praça de Maio, e sim, obstáculos do governo militar a serem derrubados. Perseguidas, ameaçadas psicologicamente e fisicamente pela Junta Militar, decidiram procurar outro público além da sociedade argentina para denunciar o caso dos desaparecidos: o exterior.

A Praça de Maio serviu como um trampolim ao impulsionar as Madres para o cenário internacional. Parecia que por todos os lados estavam encurraladas: as barreiras criadas pela burocracia estatal ao acesso de seus direitos civis e jurídicos e a indiferença da Junta Militar, a qual aliada a determinados setores sociais, negava quaisquer envolvimento com o caso dos desaparecidos, taxando-as de loucas. Outra opção para obterem respaldo às suas respostas sobre o paradeiro dos desaparecidos, além de criar novas oportunidades de denúncia, localizava-se nos canais internacionais.

2.3.1 O ativismo transnacional das Madres e o embate com a Junta Militar na cena internacional

No intuito de compreender as dimensões das ações das Madres como ativistas transnacionais que, entre 1976 e 1983, colocaram a questão dos desaparecidos na agenda internacional de direitos humanos, busca-se explicar as relações transnacionais, atores transnacionais e estratégias de grupos e movimentos sociais para alcançar seus objetivos.

A discussão acerca de relações e atores transnacionais é relevante ao permitir analisar a atuação das Madres como um ator não-estatal. As relações transnacionais e os atores transnacionais são conceitos contíguos. O primeiro pode ser caracterizado como “contatos, coalizões e interações através das fronteiras estatais que não são controladas pelos órgãos centrais da política externa dos governos” (NYE; KEOHANE, 1971, p. 331, tradução nossa)⁸⁴, já os atores transnacionais são aqueles que atuam na esfera transnacional, distinguidos pelo seu espaço de atuação, sua estrutura interna e seus propósitos constitutivos (RISSE, 2013).

⁸⁴ No original: “Contacts, coalitions, and interactions across state boundaries that are not controlled by central foreign policy organs of governments.” (NYE; KEOHANE, 1971, p. 331).

Em relação ao espaço de atuação, os atores transnacionais podem se organizar globalmente ou numa região específica; focar suas ações para uma única questão ou para vários propósitos. Já a estrutura interna divide-se em duas: organizações formais e redes. As organizações formais caracterizam-se geralmente por possuírem um estatuto formal forte e graus de hierarquia entre seus membros na formulação e implementação das decisões, ao passo que as redes constituem formas voluntárias, recíprocas e horizontais de comunicação, dentre as quais os indivíduos compartilham valores comuns, informações e serviços (KECK; SIKKINK, 1998; RISSE, 2013).

Os propósitos que modelam a atuação dos atores transnacionais são ora auto-interessados, por promoverem o bem-estar do grupo e/ou dos membros das redes, ora promotores do bem comum, ao multiplicarem crenças e princípios morais. No caso dos auto-interessados, são formados pelo empresariado multinacional, mas também por grupos de ativistas transnacionais que, ao passar do tempo, modificam suas estratégias e são passíveis de se distanciarem de seus objetivos morais originários (RISSE, 2013).

O caso mais comum para analisar o ativismo transnacional refere-se aos atores transnacionais, guiados por princípios morais na promoção do bem comum. Por isso, a atuação das Madres se encaixa nessa categoria ao direcionarem o horizonte de sua denúncia ao âmbito internacional e terem estabelecido laços com atores, movimentos e organismos internacionais. Em suma, os ativistas transnacionais são

[...] indivíduos ou grupos que mobilizam domesticamente e internacionalmente recursos e oportunidades para avançar em suas reivindicações em nome de atores externos, contra oponentes externos, ou em favor de objetivos que possuem em comum com aliados transnacionais (TARROW, 2005, p. 43, tradução nossa)⁸⁵.

Os ativistas transnacionais, enquanto grupos guiados por princípios morais, buscam “[...] mover informações estrategicamente para ajudar a criar novos problemas e categorias para persuadir, pressionar e ganhar influência perante organizações e governos muito mais poderosos” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 2, tradução nossa)⁸⁶. A partir disso, formam-se as redes transnacionais de advocacia.

As redes transnacionais de advocacia, de acordo com Keck e Sikkink (1999), são “formas de organização caracterizadas por modelos voluntários, recíprocos e horizontais de

⁸⁵ No original: “[...] as individuals and groups who mobilize domestic and international resources and opportunities to advance claims on behalf of external actors, against external opponents, or in favor of goals they hold in common with transnational allies.” (TARROW, 2005, p. 43).

⁸⁶ No original: “[...] to mobilize information strategically to help create new issues and categories and persuade, pressure, and gain leverage over much more powerful organizations and governments.” (KECK; SIKKINK, 1998, p. 2).

comunicação e troca”, chamam-se redes de advocacia por defenderem a “promoção de causas, ideias, princípios e normas, e regularmente envolverem indivíduos defendendo mudanças políticas que não podem ser facilmente relacionadas aos seus ‘interesses’” (p. 91, tradução nossa)⁸⁷. Segundo Della Porta e Tarrow (2005), as ações coletivas transnacionais são caracterizadas como “[...] campanhas internacionais coordenadas por redes de ativistas contra atores internacionais, outros estados, ou instituições internacionais” (DELLA PORTA; TARROW, 2005, p. 2-3, tradução nossa)⁸⁸.

2.3.1.1 Legitimar e consolidar a ação coletiva: o uso de “framings” ou enquadramentos

Os movimentos, em sua ação coletiva, enquadram os confrontos políticos. Uma das maneiras de mover estrategicamente informações ocorre através do enquadramento ou *framing*. Para Keck e Sikkink (1998), o *framing* é compreendido como o uso estratégico de informações por atores, redes transnacionais de advocacia e demais grupos de pessoas para chamar a atenção do público-alvo e persuadi-lo de que a estratégia utilizada é eficaz, estimulando outras pessoas a tomarem uma atitude. No caso dos ativistas, há a identificação de um problema que deve ser explicado de forma tal que, as causas defendidas pelos grupos sejam convincentes ao ponto de serem a causa de outros atores. Ademais, Benford e Snow (2000) salientam que existem diversos tipos de *framings*. Os *framings*, ao tornarem os acontecimentos significativos ao permitir que a experiência pessoal torne-se em ação, produzem *collective action frames* (quadros de ação coletiva, tradução livre): “[...] quadros de ação coletiva são ações orientadas por um conjunto de crenças e significados que inspiram ou legitimam as atividades e campanhas de uma organização de movimento social (OMS)” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).⁸⁹

No caso das Madres, destacam-se os *emotional framings* ou enquadramento das emoções. Através da maternidade e símbolos como a Praça de Maio e os lenços na cabeça de forma político-tática, conseguiram realinhar seus sentimentos de raiva, tristeza, solidão e luto para chamar a atenção da sociedade argentina e de atores internacionais. Segundo Jasper (1997), as emoções constroem as ideias, os interesses e as identidades dos ativistas. Ao contrário do

⁸⁷ No original: “[...] forms of organization characterized by voluntary, reciprocal and horizontal patterns of communication and exchange. [...] to promote causes, principled ideas and norms, and often involve individuals advocating policy changes that cannot be easily linked to their ‘interests’.” (KECK; SIKKINK, 1999, p. 91).

⁸⁸ No original: “[...] coordinated international campaigns on the part of networks of activists against international actors, other states, or international institutions.” (DELLA PORTA; TARROW, 2005, p.2-3).

⁸⁹ No original: “[...] collective action frames are action-oriented sets of beliefs and meanings that inspire and legitimate the activities and campaigns of a social movement organization (SMO).” (BENFORD; SNOW, 2000, p. 614).

que alguns cientistas sociais pensam, as emoções não são opostas à racionalidade, e sim, parte da ação racional. As emoções não são apenas sensações corporais, são igualmente fruto de construções sociais e “sentidas” de determinada maneira. Segundo Berbrier (1998), os objetivos dos atores podem ser enquadrados ao lado de seus sentimentos, potencializando a sua ação coletiva ao passo que esses mesmos sentimentos estão localizados numa determinada cultura em determinado tempo e espaço.

Os atores que geralmente compõem as redes transnacionais de advocacia são: Organizações Não-Governamentais (ONGs) domésticas e internacionais (ONGIs); movimentos sociais locais; fundações de pesquisa; intelectuais; e mídias. Esses atores em rede compartilham valores comuns e trocam informações e serviços, constituindo diversas formas de conexão entre os grupos, sejam essas formais ou informais. Há três formas para que as redes transnacionais de advocacia surjam: a) quando os canais entre os grupos domésticos e os seus governos estão bloqueados ou são ineficazes para resolver um conflito; b) quando os ativistas creem que as redes promoverão suas missões e campanhas; e c) quando conferências e outras formas de contato internacional criam plataformas para formar e fortalecer as redes (KECK; SIKKINK, 1999).

2.3.2 Vínculos internacionais e oportunidades políticas para a denúncia dos desaparecidos

A atividade política das Madres transcendeu as fronteiras nacionais ao alcançar visibilidade internacional, tendo em conta os canais de contato construídos ao longo do tempo que permitiram levar as denúncias internas para fora da Argentina. Vários grupos e movimentos de direitos humanos auxiliaram as Madres, sejam eles da França, Holanda, Itália e Suécia, além de argentinos exilados, organismos internacionais e governos⁹⁰ (BOUVARD, 1994; BOSCO, 2006).

2.3.2.1 A pressão internacional como estratégia de denúncia: o efeito bumerangue e o modelo espiral

A base teórica que sustenta as estratégias utilizadas pelas Madres para atingir o cenário internacional pauta-se nos trabalhos de Keck e Sikkink (1998) e Risse e Sikkink (1999). Nesses

⁹⁰ Lisbeth Den Uyl, esposa do primeiro ministro holandês, organizou o *Support Group for the Mothers of the Plaza de Mayo* (SAAM - Grupo de Apoio para as Mães da Praça de Maio). O governo foi responsável por ajudar as Madres na construção de seu primeiro escritório em 1980 (BOUVARD, 1994; AMPM, 1995).

estudos, os autores buscam compreender de que maneira atores e grupos em situações de repressão estatal recorrem a atores e outros canais internacionais para pressionar seu Estado, como visto durante a vigência da Junta Militar na Argentina.

Keck e Sikkink (1998) criaram um modelo teórico chamado *the boomerang effect* ou efeito bumerangue (sistematizado no Anexo F). Quando não se pode recorrer ao Estado – ou seja, os canais de relação Estado-atores domésticos encontram-se bloqueados –, os atores e grupos nacionais apelam para outros Estados, atores estatais e não-estatais fora de suas fronteiras nacionais para que se pressione o Estado repressor desde fora, visando a promoção de seus objetivos políticos. O efeito bumerangue alinha-se ao caso das Madres. Quando elas perceberam que a Junta Militar não daria respostas sobre os desaparecidos, e sim, criaria diversos empecilhos para deslegitimar suas demandas, decidiram lançar-se ao exterior. Nesse sentido, os movimentos ou as redes transnacionais de advocacia⁹¹, para alcançarem seus objetivos, podem pressionar, persuadir e tornar públicos seus valores através de quatro estratégias:

a) política de informação – geração de informação útil de maneira precisa e dramática para alcançar o maior impacto possível. As Madres articularam-se nacionalmente e internacionalmente, ora pela ramificação de seu movimento em outras cidades ao trocarem informações com outras Madres, além do contato com ex-presos/desaparecidos e seus familiares através de testemunhos, ora em suas viagens à Europa, EUA e Organizações Internacionais (OIs) (BOUVARD, 1994; BOSCO, 2001);

b) política simbólica – serve para convencer o público sobre a importância das questões levantadas pelo grupo através de símbolos, ações ou histórias. O *framing* das emoções representa a carga simbólica utilizada pelas Madres para chamar atenção de maneira imagética, como o uso das fraldas na cabeça e as marchas na Praça de Maio;

c) política de influência – responsável por construir e estabelecer laços com atores relevantes, aumentando a arena de atuação do grupo em locais mais difíceis de se conseguir influência. Para influenciar e introduzir a temática dos desaparecidos na agenda internacional, as Madres contaram com o apoio de representantes diplomáticos da Europa, dos EUA e de OIs (BOUVARD, 1994);

⁹¹ As redes transnacionais de advocacia são relevantes enquanto transformadoras das normas domésticas de direitos humanos conforme três propósitos: a) aumentam a consciência do Estado violador da norma e de outros Estados na agenda internacional; b) mobilizam a oposição doméstica, movimentos sociais e ONGs para chamar atenção; c) desafiam os Estados que infringem as normas de direitos humanos ao pressioná-los internacionalmente (*from above*) e domesticamente (*from below*) (RISSE; SIKKINK, 1999).

d) política de responsabilização – demandar respostas perante às questões dos grupos, visando que governos e outros atores mudem suas posições ou políticas. Em 1976 e 1977, embaixadores argentinos na Europa e nos EUA foram solicitados a prestarem esclarecimentos sobre a situação dos desaparecidos (BOUVARD, 1994).

O modelo do efeito bumerangue foi revisado por Sikkink e Risse (1999) para formar o *spiral model* ou modelo espiral. O modelo espiral seria o resultado de diversos processos do efeito bumerangue, o qual visa analisar a internalização das normas, princípios e regras dos Estados em relação aos direitos humanos. O modelo espiral, como um processo de socialização das normas internacionais, é formado por quatro esferas: a) a internacional-transnacional, constituída pelos atores e redes transnacionais; b) a sociedade doméstica do Estado violador das normas; c) as conexões existentes entre a oposição social e as redes transnacionais; e d) o governo nacional do Estado violador. A partir desses níveis, os autores elencam cinco fases presentes na Tabela 1 abaixo⁹²:

Tabela 1 – As fases do modelo espiral

Fase	Características
1ª – Repressão e ativação da rede	Níveis de repressão variam entre os Estados violadores de direitos humanos; dificuldade das redes e atores domésticos e internacionais para conseguirem informação e colocar os problemas do país na agenda internacional;
2ª - Negação	A produção e disseminação das violações de direitos humanos tem o objetivo de chamar a atenção da opinião pública internacional; as redes e organismos internos podem contar com o apoio de organismos internacionais; a negação ocorre quando o Estado violador recusa aceitar as acusações e, geralmente, defende-se através da soberania nacional; nesse estágio o Estado já demonstra estar dentro do processo de socialização por responder, negativa ou positivamente, às acusações;
3ª – Concessões Táticas	O Estado violador realiza mudanças domésticas para diminuir as críticas e sanções internacionais; abrem-se caminhos para que os organismos domésticos atuem através da ajuda das redes internacionais e transnacionais (as quais passam a ser tratadas com maior cautela pelo Estado violador);
4ª – Status prescritivo	Implementação doméstica das normas internacionais de direitos humanos; criação de canais que permitem à sociedade denunciar as violações de direitos humanos; diálogo entre o governo nacional e a sociedade doméstica; essa fase é mais observada nos casos que já iniciaram o processo de transição democrática e liberalização das instituições no começo dos anos 1980 e 1990;
5ª – Comportamento consistente em regras	As violações de direitos humanos podem continuar; acompanhamento das redes transnacionais, internacionais e domésticas (pressão); institucionalização das normas internacionais ao âmbito doméstico;

Fonte: RISSE; SIKKINK (1999). Elaborado pelo autor.

O modelo do efeito bumerangue e do modelo espiral, servem para analisar os percursos trilhados pelas Madres no cenário internacional, em especial entre as fases 1 e 3. Na fase 1, as Madres estavam num estágio inicial de formação, onde ainda não existiam laços de pertencimento a uma mesma causa, dadas as dificuldades de comunicação e troca de

⁹² Ver original no Anexo G.

informações. Na fase 2, já existia a solidariedade e o reconhecimento mútuo entre elas ao defenderem uma mesma causa; elas já estavam institucionalmente e estrategicamente organizadas para chamar a atenção nacional e internacional. A Junta Militar negava suas acusações e de outros organismos (AI, CIDH), chamando-as de antinacionalistas e de *locas* na tentativa de desqualificar seu discurso. Na fase 3, os militares realizaram pequenas mudanças na área de direitos humanos para melhorarem sua imagem internacional e alcançarem seus objetivos, como o financiamento e o auxílio econômico dos EUA. Já as fases 4 e 5 ilustram o processo de transição democrática no país, mas não condiz com o recorte temporal abordado pela presente pesquisa.

Portanto, o ativismo das Madres transnacionalizou-se desde o âmbito nacional e estabeleceu laços com atores e redes locais, internacionais e transnacionais. As Madres notaram que não bastava estar apenas na Praça de Maio, e sim, colocarem-se presentes em todos os eventos e espaços públicos que pudessem chamar a atenção. A seguir, ilustram-se alguns eventos notórios no processo de legitimação do caso dos desaparecidos perante a comunidade internacional, conforme as estratégias utilizadas pelas Madres.

2.3.2.2 A visita da Anistia Internacional em 1976

Em 5 novembro de 1976, após a Junta Militar ter concordado em aceitar a visita⁹³ da Anistia Internacional (AI), uma delegação da organização chegou em Buenos Aires designada a documentar as violações de direitos humanos cometidas pela Junta Militar. A AI já acompanhava a situação na Argentina deste o golpe de março, ao ter publicado notícias sobre os desaparecimentos, prisões, torturas e assassinatos (SCHMIDLI, 2013). Após a missão de dez dias (6-15 de novembro), a AI publicou um relatório em 23 de março de 1977, expondo suas conclusões. Conforme a AI, na época de sua visita, existiam entre cinco e seis mil prisioneiros políticos, dos quais ao menos dois-terços não foram julgados, mas permaneceram detidos indefinidamente pelo Poder Executivo e cerca de 15.000 pessoas estavam desaparecidas (AMNESTY INTERNATIONAL, 1977a).

As Madres nessa época não estavam organizadas institucionalmente, porém Azucena Villaflor já estava em contato com algumas das mães dos desaparecidos, como é o caso de María Adela Antokoletz. Antokoletz, entrou em contato com a AI e relatou que seu filho, Daniel

⁹³ Alguns autores como Weissbrodt e Bartolomei (1991) questionam a decisão da Junta Militar de aceitar a visita da Anistia Internacional. Sua hipótese baseia-se na possibilidade do governo militar poder descobrir como a AI conseguia suas informações.

Victor Antokoletz e sua nora Liliana María Andres, haviam desaparecido justamente no período da visita da AI (AI, 1977a; BOUVARD, 1994).

Os desaparecimentos, de acordo com o governo militar, ocorriam por motivações particulares, ou seja, as pessoas decidiam viver escondidas ou emigrar para outro local sem deixar notícias. Essa informação é questionada pelos casos recebidos pela AI, os quais ilustram os diversos pedidos de *habeas corpus* para advogados (ameaçados pelo governo por estarem prestando auxílio às vítimas) feitos pelas futuras Madres e outros grupos, como também testemunhas que presenciaram as prisões públicas repentinas (AI, 1977b).

Após a visita, Robert Drinan, membro da delegação da AI, auxiliou a divulgar o relatório entre as organizações de direitos humanos nos EUA. Ele também enviou uma carta ao recém eleito presidente Jimmy Carter, solicitando-o que tomasse uma posição firme para acabar com o caso dos desaparecidos na Argentina (BOUVARD, 1994).

2.3.2.3 A Copa do Mundo de 1978: reconhecendo obstáculos e aprimorando estratégias

A Copa do Mundo de 1978 na Argentina representou uma boa oportunidade para que as Madres utilizassem as suas estratégias discursivas e simbólicas para chamar a atenção internacional. Não foi uma tarefa fácil, pois o evento causou um sentimento ufanista na Argentina que permitiu aos militares acobertarem as violações de direitos humanos que ocorriam no país.⁹⁴ Para as Madres, o Mundial representou um momento difícil:

Provocavam-se mais sequestros. A repressão se acentuava. Acentuava-se na Praça. Levavam-nos presas a cada momento. Batiam-nos. Colocavam cachorros na Praça. [...] Sofremos com a indiferença do povo. Os meios de comunicação eram terríveis. O ataque desde o exterior, dizendo que os que falavam contra o Mundial eram antinacionalistas. Mas também vimos que quando se iniciou o Mundial, havia mais jornalistas estrangeiros na Praça do que no próprio Mundial (AMPM, 1995, p.16-19, tradução nossa).⁹⁵

As Madres tinham ciência de que milhares de turistas e a mídia internacional viriam ao país, e assim, precisavam ter acesso a esses canais. Apesar da dificuldade para se comunicar

⁹⁴ De acordo com Gustavo M. Dias (2015), havia grande esforço da Junta para melhorar a imagem da Argentina: “Os comentaristas locais eram obrigados a elogiar a equipe nacional, apesar das fracas exhibições da seleção e de toda a desconfiança que girava em torno de um time que não havia se classificado para a Copa do Mundo de 1970 e que havia fracassado na Copa do Mundo de 1974. Além disso, para maquiagem ainda mais o que acontecia no país, Videla, teria pago meio milhão de dólares a uma empresa para promover a imagem do país, a *Burson-Masteller*.” (DIAS, 2015, p. 21).

⁹⁵ No original: “Se provocaban más secuestros. Se acentuaba la represión. Se acentuaba en la Plaza. Nos llevaban presas a cada rato. Nos golpeaban. Ponían perro en la Plaza. [...] Sufrimos con la indiferencia del pueblo. Los medios de comunicación, que eran terribles. El ataque desde el extranjero diciendo que éramos antinacionales los que hablábamos en contra del Mundial. Pero también vimos que cuando se inició el Mundial, había más periodistas extranjeros en la Plaza que en el propio Mundial.” (AMPM, 1995, p.16-19).

em inglês, quando os jornalistas perguntavam algo, elas simplesmente diziam “Nós queremos nossas crianças. Eles devem nos dizer onde elas estão” (BOUVARD, 1994, p. 81, tradução nossa)⁹⁶. Elas enviaram diversas cartas para líderes internacionais e para a imprensa internacional⁹⁷. Correspondentes da televisão holandesa aproximaram-se delas em frente à Casa Rosada, curiosos pelas mulheres vestidas com lenços brancos em suas cabeças; jogadores da seleção holandesa e sueca relataram que acompanharam os protestos das Madres e sabiam da existência da Escola de Mecânica da Armada, o maior centro de detenção da Argentina (DIAS, 2015; FIGUEIREDO, 2016).

A experiência da Copa do Mundo abriu os olhos das Madres para a comunidade internacional. Elas perceberam que era necessário expandir sua audiência para fora da Argentina, onde os canais de comunicação e os governos pudessem ouvir suas demandas, ao contrário do silêncio argentino. Logo, organizaram duas importantes viagens para os EUA e para a Itália, oportunidades que amadureceram o grupo enquanto movimento político, posto que precisaram levantar fundos para pagar as passagens, demonstrar de maneira clara e concreta seus objetivos às OIs, além de estabelecer contato com representantes políticos. Nos EUA, em Washington, compareceram à Organização dos Estados Americanos (OEA) e exclamaram a seguinte frase em seu discurso de apresentação: “Somos as Mães dos desaparecidos de Buenos Aires, Argentina, e viemos aqui para discutir direitos humanos” (BOUVARD, 1994, p. 87, tradução nossa)⁹⁸. Na ocasião, solicitaram uma entrevista com Patricia Derian – coordenadora da política externa para direitos humanos –, a qual realizou visitas à Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires. Estiveram também em Nova Iorque, onde participaram da Assembleia Geral da ONU para a discussão sobre o desaparecimento de pessoas. Já na Itália, foram para Roma e conseguiram conversar com o presidente da república Sandro Pertini⁹⁹, bem como um encontro frustrado na multidão com o Papa, no qual Bonafini segurou imagens dos desaparecidos com frases como “Por favor, ajude os *desaparecidos*”, “Faça algo pelos *desaparecidos*”. O Papa, em resposta, disse “Eles estão *desaparecidos* em vários países”¹⁰⁰

⁹⁶ No original: “We want our children. They must tell us where they are.” (BOUVARD, 1994, p. 81).

⁹⁷ A mídia francesa e belga demonstraram apoio às Madres através cartazes que denunciavam as violações de direitos humanos e boicotavam o Mundial. Ver Anexos H e I.

⁹⁸ No original: “We are the Mothers of the disappeared from Buenos Aires, Argentina, and we are coming to discuss human rights”. (BOUVARD, 1994, p. 87).

⁹⁹ O presidente italiano recusou a visita de Jorge Videla (FIGUEIREDO, 2016).

¹⁰⁰ Para alguns autores como Catela (2001) e Gorini (2006) a recusa ou descaso do Vaticano em não receber as Madres demonstra a cumplicidade entre a Igreja e a ditadura, principalmente no que se refere à Igreja argentina e ao conservadorismo do *Proceso* (FIGUEIREDO, 2016).

(BOUVARD, 1994, p. 88-89, grifo do autor, tradução nossa).¹⁰¹ Esses casos ilustram, pois, as altas e baixas das oportunidades políticas enfrentadas pelas Madres.

2.3.2.4 A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 1979

A visita da OEA na Argentina representou esperança para as Madres. Em 1979, a OEA enviou uma missão pela CIDH, a fim de realizar um relatório sobre a situação dos desaparecidos no país.¹⁰² Em 1978, o governo argentino permitiu a visita da CIDH, porém, apenas para revisar legalmente a situação no país. Com a recusa da CIDH para trabalhar nesses termos, em dezembro de 1978, o governo argentino aceitou que a comissão fizesse a inspeção conforme seus próprios objetivos. A visita da CIDH foi relevante às Madres, as quais chamaram milhares de mulheres do país – cerca de 3 mil – que se dirigiram a Buenos Aires para prestar seus depoimentos. Antes mesmo da visita da CIDH, as Madres já tinham enviado relatório para a organização. A oportunidade serviu como uma plataforma para expor a situação interna no país, ao permitir que grupos e movimentos de direitos humanos, como as Madres, chamassem atenção nacional e internacional para a gravidade das violações de direitos humanos orquestradas pela Junta Militar (BARTOLOMEI; WEISSBRODT, 1991; NAVARRO, 2001; TAYLOR, 2001).

Contudo, o papel da CIDH em investigar a Argentina foi dúbio. As Madres mantiveram contato com a organização através do envio de cartas e relatórios durante um ano. No primeiro dia que a comissão se reuniu, a Junta Militar organizou um concerto musical na Praça de Maio para impedir as atividades das Madres. Entretanto, as mesmas foram ao local e, silenciosamente, continuaram na Praça e atraíram a atenção dos presentes. Após a visita em 1978 na Argentina, produziu-se um relatório publicado em 1980, no qual atestou a necessidade de realizarem-se julgamentos aos crimes de lesa-humanidade. O documento expressa a política de responsabilização ao recomendar que “1. [...] se iniciem as investigações correspondentes para julgar e punir, com toda a força da lei, os responsáveis [...]” e, especificamente para o caso dos desaparecidos, que se “2. [...] informe circunstancialmente sobre a situação destas pessoas”

¹⁰¹ No original: “Please help the *disappeared!*”; “Do something for the *disappeared!*”; “There are *disappeared* in many countries.” (BOUVARD, 1994, p. 88-89, grifo do autor).

¹⁰² Em 1975, a CIDH fez o primeiro contato com a Junta Militar para visitar o país, mas não obteve resposta. De acordo com Schmidli (2013, p. 141), “a Junta Militar argentina teria recusado a CIDH por ser uma questão de soberania nacional”, argumento que integra a fase 2 do modelo espiral.

(OEA, 1980).¹⁰³ Embora o relatório endossasse o discurso das Madres, pouco tempo depois a CIDH afirmou que os casos de desaparecimento haviam diminuído após a sua visita, e isso beneficiava não as Madres, e sim, a própria Junta Militar ao melhorar internacionalmente sua imagem. A visita, para algumas Madres, serviu mais para colocar um véu sobre o caso dos desaparecidos e ter permitido que, na realidade, os casos aumentassem (AMPM, 1995). O apoio dessas organizações alerta para a disputa de discursos entre as Madres e a Junta, ao não constituir apenas oportunidades para que elas pudessem expor sua causa internacionalmente, mas também constrangimentos gerados pelo relatório da OEA ao ser benéfico ao governo.

2.3.2.5 A Guerra das Malvinas em 1982: entre o nacionalismo e a resistência

*Las Malvinas son argentinas, los desaparecidos también*¹⁰⁴ (As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também, tradução livre) representa a solidariedade das Madres com as próprias Madres de soldados na guerra das Malvinas em 1982, mas não deixa de demonstrar a persistência na busca pela verdade e pelos responsáveis dos desaparecidos. A perda da guerra contra a Inglaterra consolidou o fim da Junta Militar, a qual não possuía mais apoio político, social e internacional para continuar no poder. Já em 1982, os partidos políticos, reunidos nas chamadas multipartidárias, decidiram como seria feita a transição democrática. Grande parte dos presentes nas reuniões eram membros da ala radical, acusados pelas Madres de serem aliados da Junta Militar e terem se calado perante o caso dos desaparecidos (AMPM, 1995).

A partir desses exemplos, observa-se que as Madres desafiaram a Junta Militar não apenas nacionalmente, mas também internacionalmente. Com o passar do tempo, aprimoraram suas táticas políticas e simbólicas na denúncia do casos dos desaparecidos e receberam convites para participar em conferências de direitos humanos pelo mundo (BOUVARD, 1994). Contudo, existiam obstáculos e disputas de discursos, como se observa no caso infrutífero de se obter maior apoio do Papa ou com as controvérsias da visita da CIDH. As Madres, ao reconhecerem a importância da mídia e da comunidade internacional, esforçaram-se em direcionar o foco internacional na repressão da Junta Militar. Portanto, o presente capítulo buscou apresentar quem são as Mães da Praça de Maio e como elas tornaram-se um movimento transnacionalizado

¹⁰³ No original: “1. [...] abrir las investigaciones correspondientes y enjuiciar y sancionar, con todo el rigor de la ley, a los responsables de esas muertes.” e “2. [...] informar circunstancialmente sobre la situación de estas personas.” (OEA, 1980).

¹⁰⁴ Ver Anexo J.

através da denúncia do caso dos desaparecidos. No capítulo 3, analisar-se-á o contato das Madres com a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires e os resultados obtidos dessa relação.

3 AS ESTRATÉGIAS TRANSNACIONAIS DAS MÃES DA PRAÇA DE MAIO NA INTERAÇÃO COM A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS EM BUENOS AIRES

No capítulo anterior, explicou-se a formação das Mães da Praça de Maio enquanto um movimento autônomo que, ao passar do tempo, desenvolveu laços de reconhecimento pela dor e perda de suas filhas e filhos desaparecidos. Em 30 de abril de 1977, essas mães, com pouca ou nenhuma experiência na vida política, decidiram ocupar a Praça de Maio e iniciar as suas marchas na busca pela verdade, memória e justiça dos desaparecidos. O confronto dessa mulheres com a Junta Militar esteve permeado de diversas dificuldades, ameaças e inseguranças que visavam deslegitimar e acabar com a sua luta. Todavia, elas não deixaram de criar e buscar novas oportunidades políticas para denunciar o caso dos desaparecidos. Devido às frustrações nacionais, ao serem ignoradas pelo governo quando questionado pelo paradeiro dos desaparecidos, as Madres notaram que era necessário ampliar suas táticas de denúncia ao âmbito internacional.

A primeira seção do capítulo ilustra o surgimento de um regime internacional de direitos humanos na década de 70. Num segundo momento, analisa-se como as Madres direcionaram as suas estratégias transnacionais aos EUA através da Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires, a fim de denunciar ao país o caso dos desaparecidos e buscar informações sobre seu paradeiro. As fontes que sustentam a discussão partem dos telegramas do Projeto de Desclassificação dos documentos da ditadura civil-militar argentina, disponibilizadas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos (DoS). O segundo conjunto de fontes analisadas são as atas das reuniões da Junta Militar. Nelas, investiga-se como a crítica internacional às violações de direitos humanos na Argentina era tratada pelo governo.

3.1 A DÉCADA DE 70 E O SURGIMENTO DE UM REGIME INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

A década de 70 foi um marco para os direitos humanos na agenda internacional, na qual diversos instrumentos jurídicos internacionais foram assinados pelos Estados em busca de um maior controle e responsabilização pelas violações de direitos humanos. Entretanto, foi no pós-II GM que a trajetória à construção e consolidação de uma agenda de direitos humanos mais assertiva começou. Novos mecanismos internacionais foram criados para que os Estados

cumprissem e exigissem que seus pares respeitassem os tratados internacionais (SIMMONS, 2009; DONNELLY; 2013).

3.1.1 O regime internacional de direitos humanos no século XX

O século XX modificou a maneira pela qual as relações internacionais são conduzidas na atualidade. Nele, os eventos no pós-II GM criaram espaços para que os Estados compartilhassem informações sobre um futuro menos belicoso e mais coordenado; diversas necessidades entre os Estados e suas populações se articularam para garantir melhores relações no cenário internacional através de um regime internacional de direitos humanos.

Os regimes não surgem “do nada”. Eles são o produto de diversas interações entre os Estados e, para alguns autores, inclusive relações com atores estatais e não-estatais. Os regimes são construções humanas, ou seja, não existem ou não possuem significado desconectados dos comportamentos dos indivíduos. Logo, os regimes pertencem aos sistemas sociais ao invés de sistemas naturais (KRASNER, 1983; YOUNG, 1983).

Conforme Stephen Krasner (1983), regimes internacionais são definidos como “princípios, normas, regras e procedimentos de tomada decisória dos quais as expectativas dos atores convergem numa determinada área temática” (KRASNER, 1983, p.1, tradução nossa)¹⁰⁵. Os princípios seriam as crenças nos fatos, nas causalidades e na integridade dos membros. Já as normas seriam padrões de comportamento, caracterizados de acordo com direitos e obrigações. As regras são prescrições específicas ou orientações para determinada ação. Por fim, os procedimentos de tomada decisória são as práticas dominantes para realizar e implementar escolhas coletivas (KRASNER, 1983).

Para Oran R. Young (1983), os regimes representam instituições, estruturas sociais que guiam as ações dos Estados interessados em determinadas atividades. Os regimes são a expressão de diversos comportamentos de vários indivíduos ou grupos, concebidos como

uma resposta a problemas de coordenação ou situações em que a busca de interesses definidos em termos individuais limitados, caracteristicamente leva a resultados socialmente indesejáveis [...] isso ajuda a explicar a ênfase comum sobre o caráter normativo das convenções sociais e o desejo geral de socializar atores para se adequar às necessidades das instituições sociais por uma questão de rotina (YOUNG, 1983, p. 97, tradução nossa).¹⁰⁶

¹⁰⁵ No original: “[...] principles, norms, rules, and decision-making procedures around which actor expectations converge in a given issue-area.” (KRASNER, 1983, p. 1)

¹⁰⁶ No original: “[...] a response to coordination problems or situations in which the pursuit of interests defined in narrow individual terms characteristically leads to socially undesirable outcomes.” “[...] this helps to explain the common emphasis on the normative character of social conventions and the widespread desire to socialize actors to conform to the requirements of social institutions as a matter of course.” (YOUNG, 1983, p. 97).

Por fim, Robert O. Keohane (1983) preocupa-se em estudar a demanda pelos regimes. Para o autor, os regimes surgem segundo dois processos: a imposição de restrições e a tomada decisória. As restrições referem-se não apenas aos fatores do ambiente, e sim, às restrições impostas por atores poderosos, responsáveis por influenciar na tomada decisória dos outros atores envolvidos. A tomada decisória levará em conta as relações de poder entre os mais poderosos e menos poderosos, constituindo, assim, os regimes internacionais.

De acordo com Keohane (1983), os regimes são “[...] mais como contratos, quando esses envolvem atores com objetivos a longo prazo, que buscam estruturar as suas relações de maneira estável e mutualmente benéficas” (KEOHANE, 1983, p. 146, tradução nossa)¹⁰⁷. A função dos regimes não serve apenas para coordenar negociações, mas permitir que as expectativas de comportamento dos atores sejam visíveis, facilitando a criação de relações que permitirão às partes adaptarem suas práticas para novas situações. A demanda pelos regimes, pois, provém do desejo de maximizar resultados e da necessidade de facilitar os acordos entre os atores.

Tendo em conta a discussão sobre regimes, entende-se que hoje não é mais aceitável no cenário internacional que um governo utilize a soberania estatal para se defender de suas graves violações de direitos humanos (SIMMONS, 2009). Os regimes internacionais de direitos humanos garantiram um consenso mínimo comportamental acerca do que é direito humano, na espera de que os Estados cumpram com os tratados internacionais. Todavia, para chegar nesse consenso, um longo e sinuoso caminho foi percorrido por Estados e atores não-estatais em instituições para formar tratados e convenções internacionais.

Após a II GM, líderes mundiais e atores não-estatais uniram-se para estruturar diversos arranjos de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e não-discriminatórios com o objetivo de transformá-los em acordos juridicamente vinculantes. A partir dos tribunais de Nuremberg (1945-1946) e Tóquio (1946), passou-se a construir a ideia de uma proteção internacional dos indivíduos e da responsabilidade criminal individual, não mais apenas sobre a figura do Estado, e sim, de indivíduos responsáveis por violações de direitos humanos, mesmo que tenham agido sob ordens superiores:

A inovação do meio do século não era que os governos deveriam ser responsabilizados pelos seus compromissos legais uns com os outros. Pelo contrário, era a ideia de que os direitos humanos – os direitos dos cidadãos nacionais – poderiam ser trazidos sob

¹⁰⁷ No original: “[...] more like contracts, when these involve actors with long-term objectives who seek to structure their relationships in stable and mutually beneficial ways.” (KEOHANE, 1983, p. 146).

essa tendência mais ampla de responsabilidade no direito internacional público (SIMMONS, 2009, p. 31, tradução nossa).¹⁰⁸

Para Jack Donnelly (2013), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e demais convenções internacionais de direitos humanos, são mecanismos que fornecem as normas basilares ao regime internacional de direitos humanos, um sistema de regras e procedimentos de implementação centralizado na ONU. O regime de direitos humanos tem o objetivo de solucionar problemas de ações estatais mal reguladas ou insuficientemente coordenadas. Contudo, como outros tratados internacionais, é limitado pela dificuldade de ser respeitado pelos Estados, inseridos num sistema internacional anárquico:

O regime global de direitos humanos é um regime de promoção relativamente forte que inclui normas substantivas amplamente aceitas, procedimentos normativos multilaterais autorizados e algumas atividades promocionais, **mas com uma implementação internacional muito limitada que raramente ultrapassa a troca de informações e a assistência internacional voluntariamente aceita para a implementação nacional de normas internacionais. Não existe nenhuma polícia internacional** (DONNELLY, 2013, p. 170, tradução nossa, grifo nosso).¹⁰⁹

Segundo N. G. Onuf e V. Spike Peterson (1984), os regimes internacionais alinham-se às estruturas sociais definidas em regras por Krasner *et al.* (1983), as quais podem ser públicas ou não, permitir ou influenciar comportamentos e, sobretudo, garantir que as ações humanas tenham um significado socializado ou intersubjetivo (costumes). Quando as regras, especificamente as de direitos humanos, tornam-se formais, ou seja, descritas em tratados internacionais, elas possibilitam a institucionalização de papéis a serem seguidos pelos Estados. Logo, um direito humano é “[...] uma regra que engloba todos os seres humanos, ou alguma classe genericamente definida, como mulheres e trabalhadores, na mesma condição de uso ou posse individual das regras” (ONUF; PETERSON, 1984, p. 333, tradução nossa)¹¹⁰. Essas regras são capazes de constranger a imagem de governos repressores, fazer com que um Estado sirva de exemplo a outros Estados e ainda facilitar aos cidadãos o acesso a canais de denúncia de violações de direitos humanos¹¹¹.

¹⁰⁸ No original: "The innovation of mid-century was not that governments should be held accountable for their legal commitments to one another. Rather, it was the idea that human rights – rights of domestic citizens – could be brought under this broader accountability trend in public international law." (SIMMONS, 2009, p. 31).

¹⁰⁹ No original: "The global human rights regime is a relatively strong promotional regime comprising widely accepted substantive norms, authoritative multilateral standard-setting procedures, and some promotional activity but very limited international implementation that rarely goes beyond information exchange and voluntarily accepted international assistance for the national implementation of international norms. There is no international enforcement." (DONNELLY, 2013, p. 170).

¹¹⁰ No original: “[...] a rule allocating to all human beings, or some generically defined class of them like women or workers, the same stated condition for their individual use or possession.” (ONUF; PETERSON, 1984, p. 333).

¹¹¹ Como o regime interamericano, amparado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (1979) e o regime europeu, através da Corte Europeia de Direitos Humanos (1998) (ONUF; PETERSON, 1984).

As regras, após a II GM, universalizaram¹¹² os regimes internacionais de direitos humanos no intuito de criar um marco legal internacional básico para que, em outras esferas geográficas¹¹³, os direitos humanos coordenassem o comportamento dos Estados. Para Beth Simmons (2009), a aplicação do regime internacional de direitos humanos durante a Guerra Fria não foi prioritária. No início do período, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) utilizaram os direitos humanos estrategicamente para, muitas vezes, servir ao seu exercício de poder sobre suas áreas de influência:

O quadro da Guerra Fria teve, de fato, um efeito importante no desenvolvimento do regime de direitos humanos. A competição com a União Soviética tinha muito a ver com a política dos Estados Unidos – tanto doméstica como internacional – em matéria de direitos [...] Uma divisão precoce, agravada pela política da Guerra Fria, abriu-se sobre os direitos civis e políticos versus os direitos econômicos, com os Estados Unidos e alguns de seus aliados defendendo os primeiros e a União Soviética e grande parte do Terceiro Mundo defendendo os últimos (SIMMONS, 2009, p. 43-45, tradução nossa).¹¹⁴

A separação entre os direitos civis e políticos dos econômicos, sociais e culturais pelos EUA, durante o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961), estava relacionada à visão de que os direitos econômicos seriam análogos ao estabelecimento de “tratados socialistas”. Defendia-se a liberdade de discurso, de expressão e de propriedade, na tentativa de ir de encontro à percepção econômica da URSS, dando continuidade ao combate ao comunismo (SIMMONS, 2009).

Conforme Dalenogare Neto (2016), até esse momento, os direitos humanos só entravam em discussão na política externa dos EUA para combater o maior dos problemas: o comunismo. A situação piorou quando Fidel Castro tomou o poder em Cuba, tornando as perspectivas para uma política externa que se preocupasse com os direitos humanos ainda mais distantes de um regime de direitos humanos. Os governos de John F. Kennedy (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1969) foram incapazes de melhorar as relações diplomáticas com a URSS, ainda caracterizadas pelo medo e tensão, dificultando que os presidentes estadunidenses levassem adiante as diretrizes da Declaração da ONU.

¹¹² A universalização dos direitos nessa época foi a universalização de regras já estabelecidas em regimes nacionais, principalmente os ocidentais (ONUF; PETERSON, 1984).

¹¹³ Os regimes internacionais de direitos humanos podem ser nacionais (pertencente a um Estado), supranacionais (diversos governos nacionais), internacionais (acima dos governos nacionais, são regionais ou globais, de tutela ou de regulamentação) ou universais (ONUF; PETERSON, 1984).

¹¹⁴ No original: “The gathering Cold War in fact had an important effect on the development of the human rights regime. Competition with the Soviet Union had a great deal to do with U.S. policy - both domestic and international - in the realm of rights [...] An early divide, aggravated by Cold War politics, opened up over civil and political versus economic rights, with the United States and some of its allies championing the former and the Soviet Union and much of the developing world the latter.” (SIMMONS, 2009, p. 43-45).

Durante a década de 70, os EUA passaram por um período de queda de sua hegemonia, a qual refletiu em sua capacidade de exercer influência em determinadas regiões do globo. O governo de Richard Nixon (1969-1974) decidiu exercer uma política mais voltada às questões nacionais e deixou claro que combateria fortemente o comunismo. As tensões com a URSS iniciaram um processo de diálogo sobre o uso de armas, através dos *Strategic Arms Limitation Talks* (SALT, ou Conversações sobre Limites para Armas Estratégicas) I em (1972). Com os escândalos de violações de direitos humanos na Guerra do Vietnã (1955-1975) e os primeiros relatos de abusos dos governos militares na América Latina, o Congresso dos EUA iniciou uma política externa mais alinhada ao regime de direitos humanos.

Segundo William M. Schmidli (2013), a tentativa de institucionalizar os direitos humanos como parte integrante de sua política externa começou no início da década de 70. Lobistas e pessoal engajado nos direitos humanos em Washington¹¹⁵ e membros do Congresso simpáticos à causa, propuseram uma política contrária à antiga visão anticomunista de Eisenhower e Nixon que até então guiava as diretrizes do país na Guerra Fria.

Um dos responsáveis pela institucionalização dos direitos humanos na política externa dos EUA foi Donald M. Fraser. Fraser era membro da Câmara dos Representantes (1963-1979), e em 1973, iniciou seu trabalho pró-direitos humanos ao demandar a liderança dos EUA na questão. Ele propôs a criação de um Departamento de Direitos Humanos, tanto como a elaboração de relatórios periódicos sobre cada país e que a ajuda externa considerasse o peso dos direitos humanos em sua análise¹¹⁶.

Em 1973, o *Foreign Assistance Act* (Ato de Ajuda Externa, tradução livre) buscava garantir aos direitos humanos maior notoriedade no Congresso. Caso os direitos humanos fossem violados em determinado país, os EUA poderiam modificar as suas relações exteriores com esse, visto que “[...] o presidente deve negar qualquer ajuda econômica ou militar para o

¹¹⁵ Os parlamentares discutiram a necessidade da integração de ONGs de direitos humanos no processo decisório. Uma dessas era o *Washington Office on Latin America* (WOLA) (Escritório de Washington para a América Latina), responsável por manter contato com grupos de direitos humanos, exilados e organizações latinoamericanas, chamando a atenção da política dos EUA para a região (SCHMIDLI, 2013).

¹¹⁶ O DoS expandiu suas embaixadas no exterior para elaborar relatórios sobre os direitos humanos. Em 1975, foi estabelecido o Escritório para Assuntos Humanitários (SCHMIDLI, 2013).

governo de qualquer estado estrangeiro que pratica a internação ou encarceramento de seus cidadãos por causas políticas”¹¹⁷ (SCHMIDLI, 2013, p. 63, tradução nossa)¹¹⁸.

Embora o Ato de Ajuda Externa fosse importante, a tipologia das violações de direitos humanos que incluía era vaga. Em 1974, Fraser conseguiu aprovar uma emenda ao Ato, tornando mais explícita quais violações motivariam negar a ajuda externa:

exceto em circunstâncias extraordinárias, o Presidente deverá reduzir substancialmente ou findar a ajuda securitária para qualquer governo que esteja envolvido num quadro consistente de graves violações de direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo a tortura, tratamentos ou punições cruéis e degradantes; detenção prolongada sem queixas; ou outros instrumentos que impeçam o direito à vida, liberdade e a segurança da pessoa (COHEN, 1982, p. 251, *apud* SCHMIDLI, 2013, p. 65, tradução nossa).¹¹⁹

Um dos grandes opositores à guinada aos direitos humanos foi o Secretário de Estado Henry Kissinger, com o argumento de que se tratava de uma visão particularista e ideológica, desviada dos interesses geopolíticos e estratégicos do país (SCHMIDLI, 2016). Ele descartava a possibilidade de integrar os direitos humanos na política externa; e sobretudo, recusava-se a cortar a ajuda econômica por causa de violações de direitos humanos a fim de preservar os interesses nacionais.

Apesar das atitudes beligerantes dos EUA e da URSS no início da Guerra Fria, os escândalos políticos e de direitos humanos possibilitaram que, na década de 70, os EUA discutissem os direitos humanos em sua agenda de política externa. Ao estreitar seu vínculo com os direitos humanos, o país enquadrou governos estrangeiros a se submeterem a melhorias nas violações de direitos humanos, como uma condicionante a outros objetivos, como acordos financeiros e empréstimos econômicos internacionais (SIMMONS, 2009).

Com a pressão dos EUA na década de 70, houve uma aceleração e diversificação dos direitos humanos. A ampliação da agenda deveu-se também aos movimentos sociais, ONGs e ONGIs que questionaram as declarações estatais e denunciaram as violações de direitos humanos. A soberania como instrumento de defesa dos Estados sobre acusações foi criticada,

¹¹⁷ A previsibilidade no corte de investimentos e ajuda econômica aos países que violassem ou fossem suspeitos de violações de direitos humanos permaneceu com Carter. Os direitos humanos seriam levados em conta na realização de empréstimos perante OIs como o BID e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (RUSSELL, 1984; SCHMIDLI, 2013).

¹¹⁸ No original: “[...] the President should deny any economic or military assistance to the government of any foreign country which practices the internment or imprisonment of that country's citizens for political purposes.” (SCHMIDLI, 2013, p. 63).

¹¹⁹ No original: “except in extraordinary circumstances, the President shall substantially reduce or terminate security assistance to any government which engages in a consistent pattern of gross violations of internationally recognized human rights, including torture or cruel, inhuman, or degrading treatment or punishment; prolonged detention without charges; or other flagrant denials of the right to life, liberty, and the security of the person.” (COHEN, 1982, p. 251, *apud* SCHMIDLI, 2013, p. 65).

pois se recordava a importância do compromisso e do respeito para com os tratados internacionais através do princípio *pacta sunt servanda* (“os pactos devem ser cumpridos”, tradução livre) (SIMMONS, 2009).

3.2 A RELAÇÃO ENTRE AS MÃES DA PRAÇA DE MAIO E A EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO CASO DOS DESAPARECIDOS

Nesta parte, o objetivo é verificar como as estratégias transnacionais das Madres, explanadas no segundo capítulo, foram articuladas para chamar a atenção dos EUA através de sua Embaixada em Buenos Aires ao caso dos desaparecidos. Nesse período, os EUA estiveram sob os governos de Jimmy Carter (1977-1981) e Ronald Reagan (1981-1983)¹²⁰, os quais servem para examinar a responsividade de suas políticas externas de direitos humanos às estratégias transnacionais das Madres na denúncia do caso dos desaparecidos.

3.2.1 “O governo americano é a única esperança que temos”: promessas, avanços e recuos iniciais do apoio dos EUA às Mães da Praça de Maio (1976-1980)

Como exposto na seção anterior, antes mesmo de James Earl “Jimmy” Carter Jr. entrar no poder (1977-1981), já existia a preocupação com a questão de violações de direitos humanos na cena internacional. Mesmo que incipiente, os EUA observavam a situação política e os direitos humanos na Argentina no pré-Golpe de 24 de março. Os arquivos do Departamento de Estado dos Estados Unidos (DoS) demonstram relatórios de sequestros de oficiais estadunidenses, violações de direitos humanos, assassinatos de deputados, censura da mídia e outros casos na escalada repressiva do país. Com base nos telegramas do DoS, analisa-se como as estratégias transnacionais das Madres foram articuladas para chamar a atenção dos EUA através da Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires.

Em 1977, no seu discurso de posse, Carter expressou a necessidade de uma política externa conduzida pelos direitos humanos:

Nosso compromisso com os direitos humanos deve ser absoluto [...] não pode haver uma tarefa mais nobre e mais ambiciosa para a América empreender neste dia de um novo começo do que ajudar na construção de um mundo justo e pacífico que seja verdadeiramente humano. [...] Por sermos livres, nunca poderemos ser indiferentes ao

¹²⁰ De fato, o governo de Ronald Reagan durou até 1989, onde terminou o seu segundo mandato. As relações diplomáticas com a Argentina após 1983 inserem-se num novo período de democracia ao país. Com a queda da Junta Militar e com as eleições organizadas a partir da abertura dos partidos políticos, iniciou-se um regime democrático que não engloba o recorte temporal deste trabalho até o final da candidatura de Reagan.

destino da liberdade em outro lugar. Nosso sentido moral determina uma clara preferência por essas sociedades que compartilham conosco um respeito permanente pelos direitos humanos individuais. Não procuramos intimidar, mas é claro que um mundo dominado pela impunidade de outros seria inóspito à decência e uma ameaça ao bem-estar de todas as pessoas (CARTER, 1977, tradução nossa).¹²¹

No entanto, o envolvimento de Carter com a agenda de direitos humanos não constituiu inicialmente a sua bandeira, o que apenas aconteceu ao final de 1976. Somente durante o segundo debate presidencial em São Francisco (6 de outubro, menos de um mês para o dia da eleição) que a maioria dos eleitores dos EUA associaram sua campanha ao esforço de institucionalizar os direitos humanos na política externa do país.

Ao contrário dos governos de Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977), a gestão de Carter aproximou-se dos movimentos de direitos humanos em escala governamental e não-governamental. A preocupação em melhorar as relações com atores não-governamentais deu-se pela crítica desses grupos em relação ao passado dos EUA, pois o país tinha apoiado a instauração de governos militares na América Latina e violado direitos humanos na Guerra do Vietnã. Exigia-se o reconhecimento dos erros do passado para que a política de direitos humanos fosse realmente concreta, não apenas presente em discursos.

Anteriormente, as iniciativas para institucionalizar os direitos humanos na política externa partiam do Congresso e de ONGs (SCHMIDLI, 2013). Com o decorrer da gestão de Carter, transferiu-se a responsabilidade à Casa Branca e ao Escritório de Direitos Humanos do DoS. Contudo, no início de 1977, não estava claro como os direitos humanos seriam implementados na política externa dos EUA. O novo Conselheiro de Segurança Nacional, Zbigniew Brzezinski, advertiu que era necessário encontrar um caminho construtivo para integrar concretamente os direitos humanos na política externa do país (SKIDMORE, 1994). A proposta mantinha algumas lacunas, como quais direitos humanos deveriam ser protegidos pelos EUA, quando a política seria aplicada e qual abordagem seria mais eficaz.

Dentre os encarregados na institucionalização da política externa de direitos humanos estava Patricia “Patt” Derian, designada Coordenadora do Departamento de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários. Ela visitou a Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires em março de 1977 para se encontrar com o embaixador Robert C. Hill. Durante a visita, Derian percebeu que não apenas Hill era pouco entusiasta da política externa para os

¹²¹ No original: “Our commitment to human rights must be absolute [...] there can be no nobler nor more ambitious task for America to undertake on this day of a new beginning than to help shape a just and peaceful world that is truly humane. [...] Because we are free we can never be indifferent to the fate of freedom elsewhere. Our moral sense dictates a clearcut preference for these societies which share with us an abiding respect for individual human rights. We do not seek to intimidate, but it is clear that a world which others can dominate with impunity would be inhospitable to decency and a threat to the well-being of all people.” (CARTER, 1977).

direitos humanos, mas a própria Embaixada em Buenos Aires não parecia estar alinhada às diretrizes de Carter. Os horríveis depoimentos recolhidos por Derian fizeram com que trabalhasse de maneira ainda mais incisiva para, através de seu poder e influência, redefinir a relação dos EUA com a Argentina. Iniciou-se um processo de denúncia pública da violência cometida pela Junta Militar e bloqueio da assistência econômico-militar dos EUA ao país através da emenda Humphrey-Kennedy¹²² de 1978 (SCHMIDLI, 2013).

A redução da ajuda econômica dos EUA à Argentina por causa de violações de direitos humanos, conforme o embaixador Hill, teriam enfurecido ainda mais a Junta Militar. Para a Junta, os cortes de Carter não eram somente por uma questão de direitos humanos, mas devido a uma queda na importância da Argentina na política externa dos EUA:

Funcionários do governo estão feridos e ainda avaliam a decepção. Eles se sentem desiludidos pela repercussão de nossa ação. A sua reação é moldada pela convicção de que em luta pela sua própria sobrevivência, eles também têm defendido os valores ocidentais – e, coincidentemente, os interesses dos EUA. [...] Embora não tenham pedido ajuda material dos EUA para lidar com o problema do terrorismo, eles sentem que merecem nosso apoio moral e não este golpe cruel, visto que pensavam sermos um poder amigável (DoS, 1977b, tradução nossa).¹²³

A resposta da Junta Militar aos cortes econômicos dos EUA refletem as duas primeiras fases do modelo espiral de Risse e Sikkink (1999).¹²⁴ No segundo capítulo, a primeira fase (**repressão e ativação da rede**) é representada pelo *framing* dos desaparecidos na Argentina através das estratégias transnacionais de denúncia das Madres Unidas de outros movimentos de direitos humanos, elas reuniram informações capazes de estruturarem a sua luta dentro da agenda internacional dos direitos humanos.

Agora, com o repúdio do governo militar às medidas dos EUA, a segunda fase (**negação**) expõe que as estratégias das Madres de publicizarem internacionalmente as violações de direitos humanos chamaram a atenção internacional e fizeram com que a Junta Militar respondesse às acusações. Dentre as atenções conquistadas pelas Madres, está a de Patricia Derian, a qual construiu laços com o grupo, sendo a principal articuladora entre a política externa dos EUA e os movimentos de direitos humanos da Argentina. A Madre Alicia Moreau de Justo, numa entrevista com Derian, disse que a situação na Argentina era bárbara e

¹²² O nome da emenda deve-se aos senadores Edward Kennedy e Hubert Humphrey, os quais instauraram as primeiras medidas para cortar as vendas militares e comerciais para a Argentina (DUMBRELL, 1997; SCHMIDLI, 2013).

¹²³ No original: “Government officials are hurt and are still assessing the repercussions of our action. They feel let down. Their reaction is shaped by the conviction that in fighting for their own survival they also have been defending western values--and, coincidentally, US interests. [...] Although they have not asked for US material aid in dealing with the terrorist problem, they feel that they deserve our moral support and not this unkind blow from what they thought was a friendly power.” (DoS, 1977b).

¹²⁴ Ver capítulo 2, p. 60.

necessitavam de ajuda externa, principalmente dos EUA. Diversas pessoas recorreram à Derian para lhe contar as suas histórias e mostrar que as petições de *habeas corpus* estavam sendo arquivadas pela Junta Militar (SCHMIDLI, 2013).

A insatisfação dos militares com os EUA ilustra a fase da negação ao ver que o governo argentino passou a se preocupar com o impacto do ativismo das Madres. A necessidade de ter que responder negativamente ou positivamente às acusações do grupo constrangia o Estado argentino por infringir as regras do regime internacional de direitos humanos que se consolidava no período. Em sua defesa, contestava a ingerência dos EUA por ferir a sua soberania nacional quando a Junta combatia o terrorismo em nome do “mal comunista”, exposto no capítulo 1.

As Madres, ao reunirem-se na Embaixada, construíram e estabeleceram laços com os diplomatas estadunidenses. Numa dessas ocasiões, em janeiro de 1977, é evidente o uso pelo grupo de um dos objetivos das redes transnacionais de advocacia: a **política de influência**¹²⁵. Ao testemunharem sobre a situação na Argentina, elas advertiam aos EUA da necessidade de constranger a Junta Militar. A Embaixada demonstrou a pressão da administração Carter para a questão de direitos humanos e como a Junta Militar preocupava-se com a sua imagem: a pressão externa de cortes na ajuda militar dos EUA pela emenda Humphrey-Kennedy auxiliaria a pressão interna para melhorar a situação de direitos humanos (DoS, 1977a).

Nessa reunião, estiveram presentes as Madres María Adela Gard de Antokoletz, Maria del Rosario de Cerruti e Juana de Pargament. Elas ressaltaram que não pediam que seus filhos fossem soltos, apenas saber onde estavam e se tinham recebido o devido processo legal. A Embaixada questionou se os EUA estariam ajudando; elas responderam que “Sim. Mas gostaríamos de ver ainda um pouco mais de pressão, embora não necessariamente sanções contra o governo argentino. O governo americano é a única esperança que temos”¹²⁶ (DoS, 1977a, p. 5, tradução nossa).

Embora as Madres não solicitassem exatamente sanções contra o governo argentino, o embaixador Fernando E. Rondon dos EUA enviou uma carta à Robert C. Hill, embaixador em Buenos Aires. Rondon disse que a administração de Carter acompanhava o desaparecimento da filha de Alicia Moreau de Justo e que esse caso e de outros desaparecidos¹²⁷ expressavam ainda

¹²⁵ Ver capítulo 2, p. 59.

¹²⁶ No original: "Yes. But we would like to see even a little more pressure, though not necessarily sanctions against the Argentine government. The American government is the only hope we have." (DoS, 1977a p. 5).

¹²⁷ No dia 11 e 12 de dezembro de 1977, mais casos de desaparecimentos foram registrados. Lucia Berardo, uma das Madres, foi à Embaixada relatar o desaparecimento de seu irmão e solicitar que o DoS as auxiliassem a soltar os presos. Castro encontrar-se-ia com o General Massera para discutir sobre os desaparecimentos e detenções, salientando a preocupação da Embaixada (DoS, 1977k, 1977l).

mais a necessidade de sanções econômicas à Argentina pelos EUA (DoS, 1977c). A Embaixada enviou um documento ao Grupo de Trabalho do Ministério de Relações Exteriores e Culto da Argentina, solicitando informações sobre as pessoas desaparecidas, dentre elas o filho de Antokoletz, Daniel Antokoletz (DoS, 1977d).

A falta de consenso em Washington em como os EUA deveriam lidar com os direitos humanos impediram que houvesse uma concepção clara da política a ser exercida durante a metade de 1977 (SCHMIDLI, 2013).¹²⁸ A zona cinzenta dos direitos humanos também dificultou que Derian conseguisse institucionalizar a pauta na política externa, além de contribuir à oposição dos senadores de Washington com o Escritório de Direitos Humanos. Derian era vista como ignorante perante a política e muito mais como uma ativista do que como uma diplomata por alguns colegas. Para ela, a “diplomacia silenciosa” defendida por Kissinger representava a manutenção de violações de direitos humanos.¹²⁹

As dificuldades em Washington descritas por Schmidli (2013) alinham-se ao argumento de David Skidmore (1993), o qual afirma que o início da política externa de Carter não era confusa ou incoerente. Seus principais obstáculos não eram internacionais, e sim, nacionais: a baixa legitimidade e a baixa confiança no âmbito doméstico dificultavam a institucionalização de uma política externa para os direitos humanos (SKIDMORE, 1993).

Na mesma vertente de Skidmore está o trabalho de Schmitz e Walker (2004). Para os autores, a iniciativa de Carter de direitos humanos foi ímpar; não foi “simplista” nem “ingênua”. Com Carter, a política externa dos EUA prezava não só pelos direitos humanos, mas também pela não-intervenção. O objetivo era mudar a relação do país com o Terceiro Mundo sem deixar de proteger os interesses nacionais, alterando-se a relação e o discurso da Guerra Fria, antes pautada numa visão bipolar do sistema internacional por focar em demasia na URSS. Ao contrário das críticas, a administração de Carter sabia dos obstáculos, dificuldades e das inconsistências para alcançar uma política externa de direitos humanos.

Segundo Skidmore (1993), mesmo antes da invasão do Afeganistão em 1979, as pesquisas de opinião demonstravam o apoio popular para aumentar os gastos em defesa, ajuda militar, ações da Agência Central de Inteligência (CIA), uso da força e combate ao

¹²⁸ Embora existisse uma polarização no Congresso, em geral, entendia-se que a tortura, encarceramento por motivações políticas e assassinato constituíam graves violações de direitos humanos (SCHMIDLI, 2013).

¹²⁹ Patricia Derian foi indicada ao cargo por Carter devido ao seu ativismo pelos direitos civis no Mississippi aos cidadãos negros. A nomeação foi duramente criticada por membros do Congresso que defendiam a meritocracia no processo seletivo aos cargos governamentais e a escolha de pessoas que já faziam parte da burocracia estatal. Com dúvidas se deveria aceitar o cargo, Derian concordou após a persuasão do Secretário de Estado Warren Christopher (SCHMIDLI, 2013).

comunismo¹³⁰. O liberalismo internacional (*détente*¹³¹, controle de armas para diminuir o uso da força bruta, ajuda econômica dependente da situação de direitos humanos), aliado à uma diplomacia preventiva que aproveitasse os interesses mútuos entre os países, já desgastado no Congresso, perdeu também o apoio da sociedade dos EUA para dar espaço novamente à política anticomunista; os direitos humanos demonstraram que não eram ideologicamente superiores no combate à subversão:

Ao contrário do anticomunismo, o conceito de direitos humanos era geralmente ambíguo, às vezes dividido, carecia de grande destaque e mantinha apenas uma tênue relação com muitas das políticas mais pragmáticas de Carter. [...] Do ponto de vista da legitimação doméstica, o anticomunismo tinha muitas atrações: apelava a valores liberais profundamente arraigados, opunha-se num tipo particular de ameaça associada aos interesses mais concretos de conter o poder soviético e a revolução no Terceiro Mundo, e poderia ser utilizado para justificar uma vasta gama de políticas (SKIDMORE, 1993, p. 714-715, tradução nossa).¹³²

Carter também aumentou gastos com segurança na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), retomou relações com China e Oriente Médio e a assinou o SALT II. Essas atitudes demonstraram as falhas na institucionalização de uma reforma da política externa dos EUA: na prática, a ação de Carter era mais de resistência do que de ajuste ao declínio da hegemonia dos EUA. Esse contexto em declínio desestimulou ainda mais Derian, a qual já considerava que, apesar das tentativas de institucionalizar uma política externa de direitos humanos, a política de Carter permanecia errática e confusa. A Junta Militar não se sentia mais tão ameaçada e poderia retomar as boas negociações comerciais com o país (SKIDMORE, 1993; SCHMIDLI, 2013).

As pressões domésticas buscavam responder às pressões internacionais e acabaram por reduzir a margem de manobra política do presidente. Na época, sua gestão enfrentou o problema de ajustar a queda da hegemonia dos EUA¹³³. As dificuldades estruturais da política

¹³⁰ Segundo Skidmore (1993), em junho de 1979 apenas três por cento da população estadunidense sabia nomear um assunto de política externa. Entretanto, em janeiro de 1980, no início da Guerra do Afeganistão (1979-1989), o número havia crescido para 42 por cento. A opção de Carter por tomar uma posição mais rígida fez com que conseguisse mais apoio político da sociedade.

¹³¹ O termo francês significa “distensão” ou “relaxamento”. Durante a década de 70, foi usado para descrever o apaziguamento entre países com um histórico de relações hostis, como foi o caso dos EUA e da URSS sobre o uso de armas (UNITED STATES OF AMERICA, 2017).

¹³² No original: "Unlike anticommunism, the concept of human rights was often ambiguous, sometimes proved divisive, lacked high salience, and held only a tenuous relationship to many of Carter's more pragmatic policies. [...] From the standpoint of domestic legitimation, anticommunism held many attractions: it appealed to deeply held liberal values, focused opposition on a particular kind of threat associated with the more concrete interests of containing Soviet power and revolution in the Third World, and could be used to rationalize a broad range of policies." (SKIDMORE, 1993, p. 714-715).

¹³³ Os principais elementos que contribuíram para desestabilizar a hegemonia dos EUA foram: a) a perda na Guerra do Vietnã; b) a ascensão do poder bélico soviético; c) a queda do poder do dólar; e d) o fortalecimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Esses fatores tornaram o ambiente internacional mais constrangedor e suscitaram pressões para que mudanças em escala internacional fossem tomadas. Carter

internacional, somadas à pressão no Congresso, fizeram com que a política externa de Carter se aproximasse da ala conservadora¹³⁴, afastando-o de seus objetivos iniciais de se alinhar ao regime internacional de direitos humanos conduzido pela Declaração da ONU e de institucionalizar nos EUA uma política externa para os direitos humanos.

A proposta de uma diplomacia voltada aos direitos humanos era criticada por interferir na soberania de outras nações (contradizendo o princípio da não-intervenção) e na baixa aplicabilidade e inconsistência para conseguir resultados concretos. Para tentar contornar as críticas no Congresso, o Secretário de Estado Cyrus Vance declarou três categorias de direitos humanos que preocupavam os EUA: a) de ser livre de violação da integridade da pessoa pelo governo; b) de reservar as necessidades vitais da pessoa; e c) de resguardar as liberdades políticas e civis. Todos eles já faziam parte da Declaração dos Direitos Humanos da ONU em 1948, que explicitam a necessidade dos EUA cooperarem com órgãos regionais e internacionais (SCHMITZ; WALKER, 2004).

Entretanto, Derian não estava sozinha na luta pelos direitos humanos. Ela possuía fortes aliados no Congresso¹³⁵, em ONGs e ONGIs de direitos humanos. Fraser era um deles, o qual elevou o status do Escritório de Direitos humanos em um Departamento de Direitos Humanos e Assuntos Humanitários. A Argentina tornava-se mais que tudo a oportunidade que Derian procurava para promover os direitos humanos na política externa dos EUA.

Outro aliado de Derian era Franklin A. "Tex" Harris, alocado na Embaixada para monitorar o status dos direitos humanos na Argentina. Ele não possuía experiência no assunto, mas aceitaria o posto sob uma condição: que nacionais argentinos pudessem entrar na Embaixada para reportar atos de violência política. Seu objetivo era saber o que estava acontecendo, responder às demandas das vítimas e dos familiares e reportar os acontecimentos. Suas conclusões sobre a situação era que existiam vários desaparecimentos, desinformação e violência no país (SCHMIDLI, 2013).

No capítulo 2, buscou-se explicar como a Praça de Maio tinha reconquistado sua característica de espaço público enquanto local político pelas Madres. No início, o grupo reunía-

acompanhou o movimento por ver que os EUA deveriam se alinhar às novas configurações da distribuição internacional de poder (SKIDMORE, 1993).

¹³⁴ Para os políticos e empresários estadunidenses, as medidas econômicas restritivas dificultariam as relações bilaterais com aliados anticomunistas, apesar de terem políticas domésticas repressivas. Dadas as incertezas e baixas definições de uma política de direitos humanos voltada à política externa, as sanções aos países violadores de direitos humanos demonstraram-se desorganizadas e sem estratégia (SCHMIDLI, 2013).

¹³⁵ O Secretário de Estado Cyrus Vance somou-se à política externa de direitos humanos. Para Vance, existiam direitos humanos básicos nessa luta: liberdade contra violações da integridade individual (tortura, prisão arbitrária, negação de *habeas corpus*); direitos econômicos e sociais (liberdade de pensamento, de religião, de reunião, de expressão, de imprensa e de ir e vir de um país a outro e de acesso ao governo (SCHMIDLI, 2013).

se nos bancos da praça para trocar informações sobre seus filhos desaparecidos. Devidas às ameaças policiais, as Madres circulavam pela Praça, pois era proibida a reunião em locais públicos. A ação de circular ainda contrariava as ordens policiais por representar a simbologia de duvidar sobre a inexistência dos desaparecidos e manter suas ações políticas.

Nessas marchas, as Madres utilizavam lenços brancos na cabeça (*el pañuelo*), carregavam as fotos de seus filhos e entoavam palavras de ordem como *Aparición con Vida*. Esses elementos davam forma aos seus símbolos de resistência e constituem noutra estratégia das redes transnacionais de advocacia: a **política simbólica**¹³⁶. Alinhada ao *framing* das emoções, a política simbólica das Madres visava convencer os atores internacionais de que o caso dos desaparecidos não seria solucionado somente com a luta doméstica dos movimentos de direitos humanos. O uso de elementos visuais como o lenço e as fotos representavam a simbologia de sua dor e transformavam a sua tristeza em ação política. Numa das marchas, esses elementos chamaram a atenção de Tex Harris. O embaixador distribuiu milhares de cartões pessoais com seu nome e o número da Embaixada, salientando que seria fornecida assistência ao grupo (SCHMIDLI, 2013).

Embora as primeiras marchas tenham sido relativamente calmas, o papel maternal das Madres garantiu por pouco tempo a sua segurança. No começo de 1979, o grupo tentou realizar novas marchas, mas já em janeiro, a polícia fechou a Praça de Maio, impedindo que o grupo ocupasse o local e chamava-as de loucas (DoS, 1979a). A situação fez com que pensassem em alternativas para seus protestos: ao invés de caminharem em silêncio, andaram duas quadras da Praça entoando o hino nacional e, em intervalos, perguntavam onde estavam seus filhos. Essas ações policiais e outras ameaças físicas deixaram a Embaixada preocupada com a segurança das Madres (DoS, 1979b, 1979c).

Mesmo quando a força física dos policiais não era utilizada contra o grupo, elas eram presas. Numa das marchas, 43 Madres foram detidas e colocadas na mesma cela que se encontrava o corpo de uma vítima de acidente de moto. Oito delas pediram ajuda à Castro para que as soltasse. Após conseguirem a libertação das companheiras, foram avisadas pela polícia que se fossem presas novamente, ficariam encarceradas por 30 dias (DoS, 1979d). Segundo a Embaixada, além das prisões, a Junta Militar teria instaurado uma nova tática de usar “provocadores” nas marchas para causar medo ao grupo (DoS, 1978i).

Após três semanas de ameaças pela polícia, as Madres desistiram de marchar na Praça de Maio. Algumas compareceram à Embaixada para explicar que se encontrariam em igrejas,

¹³⁶ Ver capítulo 2, p. 59.

posto que tinham medo de serem presas novamente e eram responsáveis por suas famílias. Devido aos constrangimentos do governo militar, os confrontos políticos do grupo modificaram-se em novas estratégias para se relacionar com a Embaixada. No dia 18 de janeiro, a Madre Pargament visitou a Embaixada para dizer que as Madres, reunidas na Igreja Piedade, discutiram sobre um suposto encontro com o presidente Videla ou o general Viola. Inicialmente, a ideia da reunião havia partido do embaixador Raúl Castro, as quais o solicitaram para organizá-la (DoS, 1979e).

As intimidações do governo continuaram nos anos seguintes. Para a Embaixada, as prisões maculavam a imagem internacional do governo, pois os militares contrários às medidas da Junta Militar – como o general Albano Harguindeguy, Ministro do Interior – queriam prejudicar as relações do país com um de seus principais parceiros, os EUA. Um dos alvos dos militares dissidentes era Viola, o qual foi advertido a frear as atividades da liberalização democrática em meados de 1981 (DoS, 1981a, 1981b).

Numa carta ao General Videla, as Madres solicitaram uma audiência com o presidente. Mesmo descrentes que o mesmo não aceitaria, apelaram ao sentimentalismo e à maternidade ao ressaltar as qualidades do General: “[...] confiamos em sua honestidade e no filho que existe em você”¹³⁷ (DoS, 1977f, tradução nossa). A tática revela as estratégias iniciais em relação à maternidade, ao usarem seus papéis sociais de forma política: o cuidado e a atenção para com seus filhos deveria chamar a atenção de Videla, pois, o mesmo também era filho de uma mãe que sofreria por ele. Ainda em setembro, Carter encontrou-se com Videla e informou-o que os EUA receberam um documento de sua Embaixada em Buenos Aires com 3 mil nomes de pessoas detidas ou desaparecidas recolhidos pelas Madres (DoS, 1977h).

Em novembro, as Madres pediram ao embaixador Raúl Castro uma reunião. O grupo demonstrava a sua confiança nos EUA para auxiliá-las na busca por seus filhos: “Por tudo isso, estamos confiantes de que **nossa esperança não vai se decepcionar com o interesse dos Estados Unidos para apoiar os direitos humanos na Argentina**”¹³⁸ (DoS, 1977i, tradução nossa, grifo nosso). A expectativa das Madres colocada sobre os EUA condiz com as relações estabelecidas com o corpo diplomático do país e com o comprometimento de Carter para com os direitos humanos. Ao pressionar a Embaixada, as Madres utilizavam outra estratégia das redes transnacionais de advocacia: a **política de responsabilização**¹³⁹, na qual são demandadas

¹³⁷ No original: “su hombría de bien y confiamos em ella, y en el hijo que hay en Ud.” (DoS, 1977f).

¹³⁸ No original: “Por todo esto, confiamos en que nuestra esperanza no será defraudada ante el interés de los EE.UU., por apoyar los Derechos Humanos de la República Argentina.” (DoS, 1977i).

¹³⁹ Ver capítulo 2, p. 60.

respostas sobre o destino dos desaparecidos não apenas para a Junta Militar, mas para os atores internacionais que se comprometeram em respeitar as normas internacionais de direitos humanos e apoiar o grupo.

Noutra ocasião, a responsabilidade dos EUA foi recordada pelas Madres quando solicitaram à Embaixada maior pressão sobre a Junta Militar a fim de divulgar informações sobre os prisioneiros. Elas ainda questionaram se a venda de um avião militar à Argentina significava uma mudança na política externa de Carter para direitos humanos. Castro respondeu que a venda já estava negociada há tempo e não deveria ser vista como um empecilho aos direitos humanos. As Madres perguntaram também se a Embaixada tinha informações sobre duas freiras desaparecidas e outras pessoas, mas Castro afirmou negativamente (DoS, 1978e). Esses eventos demonstram a reivindicação das Madres sobre o apoio que teria sido concedido ao grupo pelos EUA através de funcionários como Derian e Tex Harris, demonstrando estarem cientes das decisões em Washington.

O desaparecimento de 12 membros das Madres e duas freiras francesas (Alicia Doman e Renee Duguet)¹⁴⁰ no dia 8 de dezembro de 1977 foi a faísca para o início da queda da imagem internacional da Junta Militar como isenta de responsabilidade sobre as violações de direitos humanos. O caso também possibilitou novas estratégias de denúncia das Madres através da ajuda internacional. O objetivo do encontro do grupo era reunir dinheiro para publicar outro anúncio nos jornais da Argentina. Derian, preocupada, avisou à Embaixada de que o caso apareceu no *New York Times*, um dos maiores jornais dos EUA (DoS, 1977m).

No final de 1977, a terceira fase do modelo espiral¹⁴¹ começa a surgir para a situação do caso dos desaparecidos: eram necessárias **concessões táticas** pela Junta Militar. A fim de se manter no poder, o governo deveria realizar ações que diminuíssem as críticas internacionais, agora recorrentes devido ao caso do desaparecimento das Madres e das freiras. As dificuldades econômico-políticas domésticas (alta inflação, queda no consumo e no desemprego, como também na área política ao utilizar a força para reprimir manifestações populares) e a disseminação de informações sobre as violações de direitos humanos no país, impediam que o governo se esquivasse das críticas e da demanda por respostas de outros governos, organismos internacionais e movimentos de direitos humanos.

¹⁴⁰ No dia 8 de dezembro, desapareceram Ester Ballestrino de Careaga, Maria Ponce de Bianco, Patricia Oviedo, Raquel Bulit, Alicia Doman, Renee Duguet, Julio Fondevilo, Horacio Aníbal Elbat, Eduardo Gabriel Orani, Gustavo Niño, Martin Mastrogiacomo, Angela, Clotilde, Remo Carlos Berardo. No dia 10 de dezembro, foi desaparecida Azucena Villaflor de De Vicenti, presidente das Madres (DoS, 1977m).

¹⁴¹ Ver capítulo 2, p. 60.

Numa reunião entre a Embaixada e um membro sênior das Forças de Segurança da Argentina não identificado, a responsabilidade pelo desaparecimento de membros das Madres e das duas freiras francesas não era das Forças Armadas. A fonte afirmou que o desaparecimento provavelmente teria sido realizado pelas Forças Navais do governo ou pelo grupo Montoneros. O embaixador Kelly não garantiu que a ação teria sido realizada pelos Montoneros, posto que eles necessitariam de grandes recursos físicos e os resultados seriam desastrosos para a imagem do grupo. Esse caso, de acordo com a testemunha das Forças de Segurança, teria sido o problema mais grave já enfrentado pelo governo, sem contar com as antigas desavenças internas entre os militares e os serviços de segurança entre o General Videla e o almirante Massera (DoS, 1977n).

Um dia após a conversa com o membro sênior do governo, as Forças Armadas declararam que os responsáveis pelos desaparecimentos das Madres eram o grupo Montoneros. As Madres entraram em contato com as Embaixadas dos EUA¹⁴² e da França em dezembro, questionando a veracidade das informações e exigindo pressão diplomática contra a Junta Militar para que as pessoas fossem encontradas. A Junta, em resposta às pressões diplomáticas e midiáticas, disse que o governo não estava envolvido no caso (DoS, 1977o).

A Embaixada francesa recebeu uma carta dos Montoneros com fotos das freiras e cartas assinadas por elas. Apesar desses documentos, as Madres pediram à Embaixada que os EUA continuassem a pressionar a Junta Militar. Segundo Castro, as Madres

Alegaram que a pressão internacional dos EUA e da França era a única esperança para a libertação de seus parentes. **Elas disseram que o documento dos Montoneros era uma invenção.** Os membros das famílias discutiram que todos os eventos sustentam uma operação das Forças de Segurança. **As dez pessoas levadas na Igreja da Santa Cruz, em 8 de dezembro, foram sequestradas por seis carros cheios de homens armados vestidos com roupas de civis** (DoS, 1977o, p. 4-5, tradução nossa, grifo nosso).¹⁴³

O embate entre a negação da Junta Militar de estar envolvida nos desaparecimentos e a sua acusação sobre os Montoneros e a afirmação das Madres de que os responsáveis eram realmente os militares argentinos, reafirma a dificuldade que elas tinham em legitimar sua luta. Segundo os telegramas da Embaixada, houve um constrangimento internacional dos militares

¹⁴² As dúvidas da Embaixada sobre a responsabilidade do grupo Montoneros pelo desaparecimento das freiras francesas cresceram ao ver que a carta, com a suposta autoria do grupo, dizia que as mulheres estavam presas por um grupo dissidente do governo, característica não condizente aos Montoneros (DoS, 1977p).

¹⁴³ No original: “They claimed that international pressure from the U.S. and France was the only hope for their relatives’ release. They characterized the Montonero document as being a fabrication. The family members argued that all the events bear the clear handmark of a security force operation. The ten persons taken at the church of the holy cross on December 8 were abducted by six carloads of armed men dressed in civilian clothes.” (DoS, 1977o, p. 4-5).

ao serem contrariados pelas Madres, pela resposta dos Montoneros e pela pressão de outros países que demandavam mais informações sobre o caso.¹⁴⁴ Saltou aos olhos dos EUA e da comunidade internacional o nível de deterioração dos direitos humanos no país.

Com o sequestro das Madres e das freiras francesas, a crise de direitos humanos na Argentina demonstrou-se difícil de ser resolvida até o final de 1977.¹⁴⁵ O otimismo que caracterizou o resultado da reunião com Videla foi extinguido, chocando a Embaixada. O caso foi emblemático ao funcionar como um divisor de águas na relação dos EUA com a Argentina: se a situação dos direitos humanos no país não demonstrasse reais melhorias, as trocas militares e econômicas estariam seriamente comprometidas.

As informações que chegavam em Washington propiciaram novas sanções econômicas à Argentina, o que para Derian significou redirecionar a atenção internacional sobre a Junta Militar e conseguir concessões no âmbito dos direitos humanos nesse processo. Através da medida Humphrey-Kennedy, a ajuda securitária e militar dos EUA ao país terminaria dia 30 de setembro devido às contínuas violações de direitos humanos e restrições das liberdades civis pautadas numa política securitária, mesmo sem a suposta ameaça terrorista. Na visão da Embaixada, a Junta Militar estaria mais preocupada com a eliminação da subversão do que manter boas relações com os EUA:

[...] enquanto os abusos na campanha contra a subversão não provocarem níveis intoleráveis de oposição interna ou bloquearem o acesso a fontes de financiamento e investimento internacionais públicos e privados, ou fontes não-americanas de material militar, a Argentina poderá, infelizmente, renunciar à amizade dos EUA e sobreviver às suas sanções (DoS, 1978f, p. 5, tradução nossa).¹⁴⁶

O presidente Videla estava realmente preocupado com as implicações internacionais do caso das duas freiras francesas, desaparecidas em dezembro de 1977. Uma das razões para o sequestro, segundo a Embaixada, teria sido a “política suave” de Videla perante a subversão, sinalizando a insatisfação interna de outros setores da Junta Militar (DoS, 1978c). As freiras foram encontradas com outros corpos próximo de Bahia Blanca¹⁴⁷, cidade portuária da província de Buenos Aires (DoS, 1978d).

¹⁴⁴ Representantes do grupo Montoneros em Paris e na Cidade do México negaram a veracidade da carta. Além disso, a Embaixada da França pressionou o Ministério das Relações Exteriores e Culto para liberar a placa dos carros que esteve no local do desaparecimento, mas não obteve respostas do governo argentino (DoS, 1977o).

¹⁴⁵ Após as considerações sobre o caso das freiras desaparecidas, a Embaixada enviou ao DoS uma lista de desaparecidos, na qual estava a Madre Azucena Villaflor (DoS, 1977q). Em 1978, o órgão recebia em torno de 20 a 30 casos de desaparecidos por mês (DoS, 1978a).

¹⁴⁶ No original: “[...] so long as the abuses in the countersubversive campaign did not provoke intolerable levels of internal opposition or block access to sources of public and private international financing and investment or non-US sources of military material, Argentina could, however regrettably, forego US friendship and survive US sanctions.” (DoS, 1978f, p. 5).

¹⁴⁷ O desumano “voo da morte”, onde os detidos-desaparecidos eram jogados em alto mar vivos e drogados.

Outro embaixador dos EUA que visitou a Argentina foi David D. Newsom. Em 1978, ao se reunir com as Madres Hebe de Bonafini e Juana de Pargament, informou que existiam duas preocupações dos EUA: os desaparecidos e os detidos. Seu objetivo era recolher as impressões dos grupos de direitos humanos e saber como os EUA poderiam ser úteis.

Na reunião, Pargament salientou que estavam esgotadas as possibilidades para se obter informações sobre os desaparecidos e que poucos reapareciam. Ou seja, o **efeito bumerangue** e a primeira fase do modelo espiral (sobre as dificuldades dos grupos domésticos em obter informação sobre as violações de direitos humanos) definidos no segundo capítulo, ainda eram aparentes nesse estágio da ditadura. Dentre as instituições nacionais que dificultavam a obtenção de informações estava o Ministério do Interior, o qual negava saber do paradeiro dos desaparecidos, incluindo-se a polícia e as Forças Militares.

Bonafini, segundo um relatório não-oficial sobre a situação dos presos, disse que eles quase não usavam roupas e tomavam banho; ficaram patentes os roubos de bebês recém-nascidos pelos militares; o medo das famílias em denunciar; a auto-censura dos meios de comunicação; e a dificuldade de acesso à informação aos grupos de direitos humanos nas localidades do interior do país¹⁴⁸. Ademais, cerca de 7 mil estudantes teriam desaparecido em La Plata, capital da província de Buenos Aires (DoS, 1978f).

Em consideração às colocações das duas Madres, o embaixador Newsom frisou que a atuação individual dos EUA não seria capaz de solucionar a crise de direitos humanos na Argentina. Os EUA encorajavam governos a convidarem OIs – como a CIDH – para realizar visitas nos países. Ao final, salientou que o Congresso dos EUA estava ciente de suas preocupações e que elas deveriam manter contato com a Embaixada (DoS, 1978g)¹⁴⁹, a qual percebeu que seria difícil descobrir sozinha novas informações:

Nem a Embaixada nem o Grupo de Trabalho do Ministério Exterior, nem mesmo os serviços de segurança, com exceção dos quais mantêm um prisioneiro, podem acessar os centros de detenção. [...] na realidade, não há como a Embaixada verificar esse caso através dos canais oficiais do Ministério das Relações Exteriores ou do governo da Argentina (DoS, 1978b, p. 2, tradução nossa).¹⁵⁰

¹⁴⁸ Os EUA estavam cientes de que a tortura permanecia (pelos relatos de familiares e das próprias vítimas que conseguiram escapar) e também sabiam de seu conteúdo: choques elétricos, “submarino” (colocar a cabeça da vítima em líquidos para que se afogue ou também o uso de saco plástico), batidas, queimaduras com cigarro, estupros, abusos sexuais, remoção de dentes, unhas e olhos; queimaduras com água, ácido e óleo e castração são alguns exemplos elencados pela Embaixada (DoS, 1978h).

¹⁴⁹ As dificuldades para implementar e legitimar uma política externa de direitos humanos não eram apenas no âmbito internacional, mas também nas instâncias nacionais dos EUA. Patricia Derian, numa carta ao senador de Idaho, Frank Church, solicitou seu apoio para a política externa de direitos humanos de Carter. Ela explicou a luta das Madres e os grandes esforços realizados pelos EUA na melhoria da crise de direitos humanos, tanto como a decaída nas relações bilaterais com a Argentina (DoS, 1978k).

¹⁵⁰ No original: “Neither the Embassy nor the Foreign Ministry Working Group, nor for that matter apparently security services other than the one actually holding a prisoner, can penetrate these detention center. [...] there is

Cerca de um mês após a visita de Newsom, as Madres enviaram-no uma carta solicitando sua ajuda para que a OEA utilizasse seu aparato jurídico em prol dos direitos humanos na Argentina (DoS, 1978j). Nesse estágio do governo argentino, a luta das Madres estava internacionalmente reconhecida¹⁵¹, ao passo que a imagem da Junta Militar já era má vista devido aos casos de desaparecimento, de perseguição ao grupo durante as suas marchas semanais e as entrevistas durante o Mundial de 1978 (DoS, 1978l).

Cientes de sua notoriedade, as Madres¹⁵² viajaram aos EUA com o objetivo de denunciar o caso dos desaparecidos. Encontraram-se com oficiais do governo e do Congresso, com líderes de ONGs, na ONU e na OEA. Em suas reuniões, ressignificaram o uso de suas palavras de ordem: para elas, todos seus filhos eram detidos; o termo “desaparecido” referia-se a problemas sem soluções aparentes. No final de 1978, elas enviaram 189 cartas ao presidente Carter¹⁵³, relatando as circunstâncias dos desaparecimentos e pedindo sua ajuda na obtenção de informações sobre seus filhos, dada a confiança no seu engajamento com os direitos humanos (DoS, 1978n). Novamente, as Madres viajaram a Washington para se reunir com membros do Congresso e da Administração (DoS, 1979f). Após a viagem, alertaram que as Madres Nora de Cortinas, Carmen Lapaco e Antokoletz voltariam de Nova Iorque até Buenos Aires entre os dias 13 e 17 de fevereiro, e uma quarta na semana seguinte. A notificação preocupava a Embaixada por causa de prováveis represálias do governo militar na chegada das Madres, como ameaças e até mesmo prisão (DoS, 1979g).

A possibilidade de que um organismo como a CIDH visitasse o país foi um marco importante para a luta das Madres. Além da observação da Embaixada de que os EUA não poderiam resolver sozinhos a crise de direitos humanos no país, as Madres, em suas viagens aos EUA, encontraram-se com a OEA para informar sobre a situação dos desaparecidos e influenciaram na decisão da Embaixada em recomendar a Washington que a comissão visitasse a Argentina.

Nessa época, a Junta Militar ainda se recusava em receber a CIDH. Todavia, os cortes nos empréstimos econômicos pressionaram o governo militar a flexibilizar sua relação com a comissão. Mas, conforme a terceira fase do modelo espiral sobre **concessões táticas**, a CIDH

no way, in fact, for embassy to verify this through usual foreign office or other GOA official channels.” (DoS, 1978b, p. 2).

¹⁵¹ Castro viajava pela Argentina para dizer publicamente que o país possuía uma imagem negativa e que se deveriam julgar os responsáveis pelos crimes de direitos humanos cometidos (DoS, 1978a).

¹⁵² Angelica Mignone e Renee Epelbaum estiveram em Ottawa, as quais depois seguiram a Washington para encontrar com Elida Galetti, Hebe de Bonafini e Maria Cerruti.

¹⁵³ As Madres receberam uma carta da primeira-dama Rosalynn Carter que demonstrou sua preocupação com os desaparecidos e desejou sucesso em sua luta. Como mãe, dizia entender suas dores (DoS, 1979i).

seria aceita com a condição de que os empréstimos do Banco de Exportações e Importações dos EUA (EXIM) fossem aprovados. O convite à comissão para visitar a Argentina em 1979 igualmente representou uma vitória para a administração de Carter, pois a política dos EUA teria realmente mudado em comparação aos governos anteriores (SCHMIDLI, 2013).

Entretanto, os esforços de Carter para constranger internacionalmente a imagem da Argentina não diminuíram significativamente o número de desaparecidos. Durante seu primeiro ano no governo, cerca de 80 por cento dos desaparecimentos ocorreram entre 1976 e 1977, e o número caiu pouco durante o início de 1978. A Argentina parecia sofrer pouco com as pressões dos EUA, posto que possuía outros parceiros econômico-militares:

Num nível mais profundo, apesar de seu poder político, militar, econômico e cultural, a administração de Carter percebeu que possuía relativamente pouca influência para pressionar a Junta Militar argentina. **Ao longo de 1977 e 1978, o acesso da Argentina a fornecedores econômicos e militares não-estadunidenses, particularmente na Europa Ocidental e Israel, tornou as sanções dos EUA em grande parte simbólicas** (SCHMIDLI, 2013, p. 153, tradução nossa, grifo nosso).¹⁵⁴

A suposta independência da Argentina está ilustrada em seu projeto de projeção internacional. Conforme a Ata 75 de 7 de setembro de 1978, as relações do país deveriam buscar um papel significativo no âmbito internacional regional; recuperar sua antiga presença e afirmar sua capacidade de expandir a sua cultura (ARGENTINA, 2014a).

A partir da segurança nacional, era necessário “elaborar, organizar e executar uma permanente **contra-ofensiva global frente às agressões econômicas, ideológicas e culturais sobre a Nação**” (ARGENTINA, 2014a, p. 86, tradução nossa, grifo nosso)¹⁵⁵ a fim de proteger-se de ofensivas internacionais, como procurou fazer os EUA através dos cortes na ajuda econômica e militar e de sua política externa de direitos humanos. Nesse sentido, defendia-se uma política externa para

[...] diversificar ao máximo as relações da Argentina com a sociedade internacional – em todos os campos – para criar e manter abertas as opções políticas positivas e flexíveis; ampliando a margem de sua liberdade de ação internacional sem condicionamentos políticos. **A política exterior deve – no contexto assinalado – dirigir o centro de gravidade do Cono Sul dentro do marco regional em vistas a ampliá-lo à toda a América do Sul, neutralizando qualquer tentativa hegemônica na região, como passo prévio à sua projeção ao resto da América Latina** (ARGENTINA, 2014a, p. 88, tradução nossa, grifo nosso).¹⁵⁶

¹⁵⁴ No original: “On a deeper level, despite its political, military, economic, and cultural power, the Carter administration found itself with relatively little leverage with which to pressure the Argentine military junta. Throughout 1977 and 1978, Argentina’s access to non-U.S. economic and military suppliers, particularly in Western Europe and Israel, rendered U.S. sanctions largely symbolic.” (SCHMIDLI, 2013, p. 153).

¹⁵⁵ No original: “Elaborar, organizar y ejecutar una permanente contraofensiva global frente a las agresiones económicas, ideológicas y culturales que soporta la Nación.” (ARGENTINA, 2014a, p. 86).

¹⁵⁶ No original: “[...] diversificar al máximo las conexiones de la Argentina con la sociedad internacional – en todos los campos – para crear y mantener abiertas opciones de política positivas y flexibles; ampliando el margen de su libertad de acción internacional sin condicionamientos políticos. La política exterior debe – en el contexto

Derian temeu que se a Junta Militar adiasse a visita da CIDH para agosto, haveria uma reação negativa dos EUA e de outras nações ocidentais (DoS, 1979h). A visita, ao final, ficou marcada entre os dias 6-20 setembro e, exatamente no mês de agosto, 10 casos de desaparecidos foram recebidos pela Embaixada (DoS, 1979j), a qual questionava se a presença da CIDH realmente melhoraria a crise de direitos humanos. Ao final, a comissão obteve sucesso em realizar o que pretendia: recolheu testemunhos das famílias e das vítimas; visitou três centros clandestinos de detenção; e por fim, investigou mais a fundo sobre os desaparecidos. Entretanto, teria exaltado sentimentos nacionalistas que rechaçavam sua presença. Consoante a segunda fase do modelo espiral sobre a **negação**, a Junta negava os resultados do relatório da CIDH por ferir a soberania nacional argentina e imiscuir-se além de suas prerrogativas. Na Ata 129 de 26 de fevereiro de 1980 da Junta Militar, rejeitou-se categoricamente as conclusões da CIDH. O informe, segundo o governo, era uma

[...] **verdadeira intromissão aos assuntos internos do Estado, excedendo a competência da Comissão** [...] uma situação fictícia carregada de subjetividades de origem política e desde um ponto de vista emotivo [...] Tem em ocasiões um caráter político que foge da competência e finalidade da Comissão (ARGENTINA, 2014b, p. 58-61, tradução nossa, grifo nosso).¹⁵⁷

Muitos jornais, por exemplo, recusaram-se em entrevistar os membros da comissão. Parecia que o objetivo da Junta Militar em melhorar sua imagem internacional tinha sido atingido (DoS, 1979k).

A visita da CIDH pôde ter renovado as relações EUA-Argentina, mas para as Madres o resultado não foi exatamente como o esperado. A queda no número de desaparecidos do relatório demonstrou internacionalmente, por um lado, que a Junta Militar preocupava-se com os direitos humanos, mas os números não representavam fielmente os casos não registrados, tanto como a truculência do governo (SCHMIDLI, 2013). Isso tornou ainda mais difícil para que elas conseguissem informações sobre os desaparecidos, pois a sua luta parecia não ter mais no que se sustentar e as pressões internacionais sobre a Junta para uma **política de responsabilização**¹⁵⁸ perante as violações de direitos humanos flexibilizaram-se.

señalado – dirigir el centro de gravedad en el Cono Sur dentro del marco regional con vistas a su ampliación a toda América del Sur, neutralizando cualquier intento hegemónico en la Región, como paso previo a su proyección hacia el resto de Latinoamérica.” (ARGENTINA, 2014a, p. 88).

¹⁵⁷ No original: “[...] verdadera intromisión en los asuntos internos del Estado, excediéndose la competencia de la Comisión [...] una situación ficticia cargada de subjetividades de origen político y desde un punto de vista emotivo [...] Tiene en ocasiones un carácter político que es ajeno a la competencia y finalidad de la Comisión.” (ARGENTINA, 2014b, p. 58-61).

¹⁵⁸ Ver capítulo 2, p. 60.

Após quatro meses, foi aprovada a Lei 22.068, na qual qualquer pessoa desaparecida entre novembro de 1974 e setembro de 1979 poderia ser declarada como morta.¹⁵⁹ A lei permitia que os militares fossem protegidos de investigações justiciais sobre os desaparecidos (SCHMIDLI, 2013). As Madres, preocupadas, perguntaram à Embaixada se os EUA tomariam alguma atitude à respeito da lei e relataram a existência de um grande número de prisioneiros em centros clandestinos de detenção e que seus parentes estariam entre eles. Foram avisadas que os EUA continuariam a acompanhar a crise de direitos humanos no país (DoS, 1980a; 1980b). Dias após a visita à Embaixada, as Madres enviaram uma carta à Carter, alegando estarem em Washington para se encontrar com a OEA e que gostariam de uma reunião pessoal com o presidente para, segundo Bonafini

[...] expressar nossos mais profundos agradecimentos por tudo o que os Estados Unidos fizeram espiritualmente e politicamente para defender a causa dos direitos humanos na Argentina e em outros lugares; ações que têm ajudado a nossa busca (sic) e que não teria sido realizada de maneira tão eficaz, fervorosa e sábia se você não tivesse sido presidente dos Estados Unidos. É algo que as mães argentinas nunca esquecerão (DoS, 1980c tradução nossa).¹⁶⁰

Ao contrário do apoio da Embaixada prometido às Madres, a decisão real dos EUA não prezou pelos direitos humanos. Embora a visita da CIDH tenha sido positiva para Carter em matéria de direitos humanos, foi realmente custosa em relação às relações econômicas dos EUA com a Argentina. Devido às pressões internas sobre Carter, a sua política externa voltou a ser mais semelhante aos governos anteriores: defensiva e expansiva. Ao priorizar as relações econômicas ao invés dos direitos humanos, os EUA tornaram as atividades na Embaixada ainda mais delicadas durante 1979:

Em janeiro, apesar da notícia de que quase quarenta cadáveres mutilados haviam sido recentemente jogados na costa do Oceano Atlântico, a recomendação de Derian de que os EUA aumentassem as restrições às vendas comerciais e negassem o financiamento do banco EXIM à Argentina foi ignorada pelo secretário Vance (SCHMIDLI, 2013, p. 173, tradução nossa).¹⁶¹

Os direitos humanos, dadas as dificuldades domésticas nos EUA explanadas acima, retornaram à periferia da agenda de política externa do país antes mesmo de Ronald Reagan assumir a presidência.

¹⁵⁹ A Junta Militar não mais reconhecia o termo “pessoas desaparecidas”, trocando-o por “solicitação de paradeiro de pessoas” (ARGENTINA, 2014b, p. 67).

¹⁶⁰ No original: “[...] express our deepest thanks for all that the United States has spiritually and politically done to defend the cause of human rights in Argentina and elsewhere; actions that have helped our search (sic) and which would not have been carried out as effectively, earnestly and wisely had you not been President of The United States. It is something that Argentine mothers will never forget.” (DoS, 1980c).

¹⁶¹ No original: “In January, despite news that nearly forty mutilated corpses had recently washed onto Argentina’s South Atlantic coastline, Derian’s recommendation that the U.S. tighten restrictions on commercial sales and deny Exim Bank financing for Argentina was ignored by Secretary Vance.” (SCHMIDLI, 2013, p. 173).

3.2.2 Pañuelos que escancaram a dor, aliados que encobrem a verdade: a diplomacia silenciosa e o retrocesso dos EUA em apoiar as Madres (1981-1983)

Durante a presidência de Ronald W. Reagan (1981-1989), o declínio da estratégia de ajuste de Carter para uma política externa pautada na diplomacia preventiva e nos direitos humanos aumentou. Os direitos humanos, temática que já deixara de ser prioridade nos primeiros anos de sua gestão, foram afastados explicitamente da agenda política com o governo de Reagan (SKIDMORE, 1993; SCHMIDLI, 2013).

Segundo John Dumbrell (1997), Reagan estava mais inclinado a recuperar o apoio doméstico através de políticas preocupadas com assuntos nacionais em vista a legitimar seu governo. A política externa voltou à beligerância dos governos anteriores, alarmando a própria população devido ao choque com os resultados da Guerra do Vietnã. Com o slogan *America is Back!* (A América voltou!, tradução livre), alertava que a década de 70 havia sido um desperdício para os EUA na política internacional. Ao contrário do declínio da hegemonia do país defendido por Carter, para Reagan, não se tratava de um declínio, e sim, de um processo dinâmico de auto-renovação (DUMBRELL, 1997).

As principais preocupações do governo agora eram com a desregulamentação do mercado, abertura comercial, aumento nos gastos bélicos para deter os avanços econômico-militares da URSS e a expansão do comunismo, controlar o terrorismo e exaltar o nacionalismo democrático liberal. O novo Secretário de Estado Alexander Haig foi responsável por realinhar a diplomacia preventiva de Carter a uma diplomacia coercitiva: a interdependência não deveria ser vista como um fator limitante aos EUA, e sim, uma oportunidade de expansão mundial da política externa do país (DUMBRELL, 1997).

Na área de direitos humanos, Reagan colocou o conservador Ernest Lefever para o cargo de Secretário de Estado para Direitos Humanos e Assuntos Humanitários, causando grande preocupação pelos ativistas de direitos humanos e do pessoal do escritório, como Derian. Lefever, durante a campanha eleitoral de Reagan, encorajou-o a desmantelar o Departamento de Direitos Humanos (SCHMIDLI, 2013). Como Secretário Assistente de Direitos Humanos, Reagan elegeu Elliott Abrams, responsável por usar os direitos humanos para justificar a ajuda militar e financeira dos EUA a países com regimes repressivos em nome de uma democracia liberal dos direitos humanos em oposição ao avanço do “mal comunista”, assunto prioritário que retomava a percepção bipolar da Guerra Fria de governos como Eisenhower e Nixon (SCHMIDLI, 2013). Contudo, o Departamento de Direitos Humanos conseguiu, ao longo do

início da década de 80, opor-se às medidas conservadoras e acentuar a legitimidade de sua participação no processo decisório da política externa dos EUA. Isso se deveu, por exemplo, às denúncias recebidas pelas Madres sobre os novos casos de desaparecidos e a exposição da decadência da Junta Militar com a Guerra das Malvinas.

Os empréstimos econômicos, comerciais e militares na gestão Reagan não eram dependentes do status dos direitos humanos nos países com governos ditatoriais como Carter propôs inicialmente através do Ato de Ajuda Externa. Ou seja, a restrição de auxílio econômico e militar aos países violadores de direitos humanos não seria um obstáculo às relações bilaterais com os EUA; era, pois, uma clara demonstração de que os direitos humanos não eram mais prioridade da agenda política do governo. Para a Junta Militar, isso significou a possível retomada da inserção da Argentina na política internacional e o reconhecimento da legitimidade do governo. Entretanto, um grande retrocesso aos olhos dos organismos de direitos humanos e às perspectivas das Madres em terem o apoio dos EUA.

Com a retirada das sanções econômicas impostas devido às violações de direitos humanos no país durante a gestão de Carter, o General Galtieri¹⁶² demonstrou-se solícito em realinhar a Argentina com os EUA e auxiliá-los no combate ao terrorismo na América Latina. Seu objetivo era reinserir o país no topo da política internacional para estreitar os laços com os grandes poderes do Primeiro Mundo (ROMERO, 2002). Contudo, Galtieri era ingênuo ao crer que teria o apoio dos EUA, principalmente na Guerra das Malvinas. O resultado foi a aliança do país com a Grã-Bretanha e a sua substituição pelo General Bignone após a perda na guerra.

Mesmo com a notoriedade internacional das Madres e o apoio de cerca de 36 membros do Congresso dos EUA, esse capital de **política de influência** doméstica nos EUA estava em risco devido aos novos direcionamentos da administração de Reagan. Se antes já existiam grandes dificuldades em institucionalizar uma política externa de direitos humanos, vislumbrada pelas Madres e seus aliados nos EUA (Derian e Tex Harris), os congressistas pró-direitos humanos enfrentaram ainda mais a oposição conservadora (DoS, 1981c).¹⁶³

Em 1981, Bonafini e Antokoletz foram aos EUA para se encontrar com a WOLA. Além de relatarem a existência de 40 novos casos de desaparecidos em 1980, pressionaram o governo dos EUA a confirmar se a emenda Humphrey-Kennedy caíria em desuso, mas foram informadas de que as vendas de insumos militares seriam apenas pontuais (DoS, 1981e). Apesar da

¹⁶² O General Viola foi substituído por Galtieri por causa de problemas de saúde (ROMERO, 2002).

¹⁶³ Em outro momento, elas solicitaram à *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFC-CIO, Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais AFC, tradução livre) a divulgação da situação dos desaparecidos no país, frisando que os argentinos não seriam capazes de solucionar sozinhos o problema (DoS, 1977g).

promessa dos EUA em manter a emenda, a Embaixada notou que as mudanças na área de direitos humanos nos EUA afetavam seu trabalho. Após alguns meses, Reagan articulou com sucesso toda a sua influência política perante congressistas e empresários e fez com que o Congresso dos EUA retirasse os embargos econômicos sobre a Argentina. Em 1981, a política de Carter de votar contra empréstimos institucionais financeiros internacionais por causa de direitos humanos no país foi extinguida (SCHMIDLI, 2013).

Após chegarem dos EUA, esperançosas de que haveria mudanças substanciais na crise de direitos humanos, as Madres foram presas pela Força Aérea, que pegou seus documentos pessoais, lista de desaparecidos e cartas de apoio ao grupo (DoS, 1981f). A Embaixada, após ser informada pelas outras Madres sobre a detenção das líderes, encarregou-se de entrar em contato com oficiais do governo argentino para reaver seus itens pessoais, além de solicitar esclarecimentos sobre a ação ostensiva da Força Aérea (DoS, 1981g). Mesmo com a mudança de governo, o relacionamento das Madres com a Embaixada permanecia próximo. Ao prezarem pela manutenção do contato com o órgão, as Madres geravam informação útil, simbólica e dramática quando viajavam aos EUA para participar de homenagens e encontros com organismos de direitos humanos. Elas confiavam na capacidade dos EUA em pressionar a Junta a responsabilizar-se pelas violações de direitos humanos e coletar informações sobre os desaparecidos, mas as ações em Washington pareciam não condizer com a sua crença.

A Embaixada, ciente dos 40 novos casos de desaparecidos em 1980 divulgados pelas Madres nos EUA, entrou em contato com a CIDH. Segundo a comissão, 38 foram investigados pelo órgão, mas a metade deles eram desaparecimentos temporários (DoS, 1981h).¹⁶⁴ Embora a Embaixada não estivesse totalmente de acordo com os novos desaparecimentos, demonstrava-se sensível às ações das Madres ao continuar a investigação e ativar outras redes de contato, como a CIDH. Nota-se que as viagens do grupo aos EUA para se encontrar com organismos de direitos humanos – nesse caso, a WOLA – a fim de denunciar o caso dos desaparecidos, aumentava os contatos da Embaixada com organismos internacionais para que o governo argentino prestasse informações sobre os desaparecidos.

A prisão das Madres foi um evento de grande impacto à Embaixada e aos congressistas pró-direitos humanos dos EUA. Um deles foi Don Bonker, membro do Subcomitê de Direitos Humanos e Organizações Internacionais dos EUA, o qual enviou uma carta diretamente ao

¹⁶⁴ Para a Embaixada, existiam 12 casos de desaparecidos em 1980 e apenas um em agosto. A diferença nos números apresentados pelas Madres poderia ser devido a compreensão que elas tinham sobre detenções temporárias. Conforme a Embaixada, o termo desaparecido era visto em seu sentido literal, ou seja, em agosto teria ocorrido apenas detenções, não desaparecimentos (DoS, 1981i).

presidente Viola, repudiando as prisões de Bonafini e Antokoletz. Diz ter encontrado-as durante uma visita à Embaixada em Buenos Aires e afirmou que a viagem do grupo aos EUA teria causado a prisão. Pediu que Viola interviesse na situação e evitasse futuras represálias às Madres (DoS, 1981i).

Outros congressistas pediram a devolução dos itens detidos, não apenas por uma questão de direitos humanos, mas para contribuir na melhoria das relações entre os dois países (DoS, 1981j). Edward Sanders, antigo conselheiro superior de Carter, enviou uma carta ao embaixador Haig (funcionário da Embaixada) para pedir informações sobre as prisões e solicitar que todos os esforços possíveis fossem feitos para soltá-las e manter o auxílio na busca pelos desaparecidos (DoS, 1981k). A visita das Madres aos EUA movimentava os congressistas do país a tomarem uma atitude perante o caso dos desaparecidos ao exigir que a representação diplomática na capital argentina reforçasse suas atividades de apoio ao grupo.

Em março, as Madres Antokoletz e Epelbaum encontraram-se com o Secretário Assistente Enders dos EUA. Elas insistiram que a situação de direitos humanos não tinha melhorado e que os campos clandestinos de detenção ainda existiam. Entretanto, os embaixadores duvidavam que os campos clandestinos ainda existissem, pois diziam possuir outras fontes que não sustentavam o argumento das Madres (DoS, 1982a).

A reticência da Embaixada não diminuiu a pressão das Madres sobre o órgão. Em outro encontro, solicitaram à Embaixada a investigação sobre o envolvimento de Alfredo Astiz na detenção e no desaparecimento de 12 membros do grupo, incluindo as duas freiras francesas. Astiz teria se infiltrado no grupo alegando ter um irmão desaparecido. Ainda na Guerra das Malvinas, ele estava detido pelas forças da Inglaterra nas Ilhas da Geórgia do Sul; a situação causava preocupação às Madres, pois a guerra teria afastado o apoio dos EUA em investigar o caso dos desaparecidos (DoS, 1982b).

Na Praça de Maio, apesar das represálias dos militares, as marchas retomaram o ritmo lentamente. Elas permaneciam pacíficas e sem acidentes, contando com a presença da Embaixada. O objetivo não era apenas obter informações sobre os desaparecidos, mas também libertar os presos políticos, acabar com o Estado de Sítio e julgar os perpetradores. As Malvinas, dentre outros fatores, foi um elemento legitimador da luta pelos direitos humanos dos grupos domésticos. Para as Madres, representou um momento de crítica ao governo por uma ação incalculada, onde diversos jovens despreparados morreram pela negligência da Junta Militar (DoS, 1981d; 1981i). Na visão do Departamento de Direitos Humanos dos EUA, a derrota da Junta Militar representou uma nova oportunidade para pressionar o Congresso a apoiar os

movimentos de direitos humanos argentinos e, novamente, manter o órgão ativo, apesar do cercamento da oposição de Reagan (SCHMIDLI, 2013).

Em 1983, a abertura política e a queda da Junta Militar eram iminentes. Nesse período, as Madres realizavam suas maiores marchas. O objetivo era entregar ao governo uma petição com mais de 210 mil assinaturas que pedia informações sobre os desaparecidos. Diversas tentativas foram feitas para entregar o documento, mas eram avisadas que ninguém do governo estava presente para recebê-las (DoS, 1983c).

A negligência da Junta Militar em prestar informações claras e precisas sobre os desaparecidos foi repassada pela Embaixada aos congressistas dos EUA. Dentre esses Bob Snyder, o qual já havia se encontrado com as Madres para ouvir suas críticas sobre a atitude dos EUA. Elas criticaram a baixa divulgação dos EUA sobre a situação de direitos humanos na Argentina, por colocarem as manchetes apenas nas páginas internas dos jornais, enquanto Itália, França, Espanha criticavam as medidas da Junta Militar na capa de seus noticiários (DoS, 1983d).

As ameaças às Madres relatadas pela Embaixada não ocorriam somente na Praça de Maio. Segundo o órgão, as investidas contra o grupo aconteciam em suas casas e através de telefonemas. Hebe de Bonafini teria recebido uma ameaça de morte por uma ligação não-identificada. Antokoletz e Pargament, ao chegarem em seus apartamentos, viram pôsteres intimidadores colocados por 15 civis que se diziam da polícia. Neles, o conteúdo das frases revelava o repúdio ao seu ativismo: “anti-Argentina [...] Falhou no seu papel enquanto mãe, permitindo que seus filhos tentassem destruir a nação [...] Vergonhosamente viajou ao exterior com fundos de organizações terroristas, fomentando ódio em direção ao nosso país (DoS, 1982d, p. 2, tradução nossa)”¹⁶⁵.

Com medo, relataram à Embaixada que haviam pedido à Bignone uma medida que resguardasse a sua integridade física. Elas ressaltaram novamente que não queriam uma lista de desaparecidos, mas a aparição com vida de seus filhos (DoS, 1982c). Foram notificadas de que caso não cessassem suas atividades, suas casas seriam explodidas (sem contar as frases pintadas em vermelho “Essa é uma casa de terroristas”) (DoS, 1982e, p. 13, tradução nossa)¹⁶⁶

Através da Embaixada, no dia 25 de janeiro de 1983, as Madres enviaram uma carta a Tip O’Neill, Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA. Elas declararam que as

¹⁶⁵ No original: “anti-Argentina [...] Failing in her role of mother, permitted her children to seek to destroy the nation [...] Shamelessly travelled abroad with funds from terrorist organizations, fomenting hatred toward our country.” (DoS, 1982d, p. 2).

¹⁶⁶ No original: “This is the home of terrorists.” (DoS, 1982e, p. 13).

violações de direitos humanos continuavam e o aparato estatal repressivo estava intacto¹⁶⁷. Pediram que os EUA usassem a legislação internacional para julgar os culpados sobre os casos de desaparecimento forçado de pessoas, pois a Junta não prestava informações e pretendia eximir-se de toda a responsabilidade, tanto como encobrir seus cúmplices. No seguinte trecho fica explícito que, com o passar do tempo, as Madres aprenderam muito com seu ativismo em reuniões com organismos internacionais: “Na realidade, e conforme às normas de direito internacional, o desaparecimento de pessoas é um delito continuado, e como tal, imprescritível e não sujeito a anistia” (DoS, 1983a, p. 2, tradução nossa)¹⁶⁸.

No início de 1983, Bonafini e a vice-presidente Renée Epelbaum viajaram a seis países da Europa (Alemanha Ocidental, Espanha, Itália, França, Holanda e Suíça). Numa conferência em Madrid, primeira parada, disseram que existiam três novos casos de desaparecidos em janeiro. Conforme a Embaixada e seus contatos com grupos de direitos humanos, não havia informações sobre os casos descritos pelas Madres. Para a Embaixada, os casos representavam detenções temporárias, não desaparecimentos (DoS, 1983b).

As críticas das Madres à conduta dos EUA para com os direitos humanos continuaram. No final de 1983, Bonafini participou de uma reunião com James Thyden, Diretor do Escritório de Direitos Humanos dos EUA. Ela afirmou que os EUA não estavam mais auxiliando o grupo na busca de informações sobre desaparecidos e que doía ver o quão “[...] silenciosa a administração de Reagan estava perante os direitos humanos, particularmente com os desaparecidos na Argentina” (1983e, p.1 tradução nossa)¹⁶⁹. Bonafini expôs a preocupação das Madres de que os EUA não emitiram nenhuma posição sobre a Lei de Anistia (proclamada em 23 de setembro) e que a manutenção de boas relações com a Junta Militar parecia ser mais interessante à Reagan do que promover os direitos humanos na Argentina.

Em relação ao silêncio dos EUA, Thyden disse que a política de direitos humanos da administração de Reagan acreditava numa **diplomacia silenciosa** ao invés do uso de discursos públicos e que apoiava o retorno da democracia na Argentina. Informou também que, apesar de Reagan não corresponder a todas as demandas das Madres, suas preocupações eram consideradas pelos políticos em Washington (DoS, 1983e).

¹⁶⁷ Dentre as ações da Junta Militar relatadas pelas Madres estavam a morte de manifestantes, ameaça a juízes, sequestros, detenção de arquivos de organismos de direitos humanos, ameaças telefônicas).

¹⁶⁸ No original: “En realidad y conforme con las normas del derecho internacional, el desaparecimiento de personas es delito continuado y, como tal, imprescriptible y no sujeto a amnistía.” (DoS, 1983a, p. 2).

¹⁶⁹ No original: silent the Reagan Administration has been on the subject of human rights in general, and missing persons in Argentina in particular (DoS, 1983e, p. 1).

Entende-se que, embora a Embaixada prestasse ajuda às Madres, a diplomacia silenciosa de Reagan demonstrou o retorno aos princípios de Kissinger que consideravam os direitos humanos mais uma dentre as várias pautas da agenda dos EUA, tanto como a indiferença do país em realmente institucionalizar uma política externa preocupada com os direitos humanos. O descompasso entre o discurso pró-direitos humanos em Washington, sem tomar reais atitudes sobre as violações de direitos humanos na Argentina, contrastava com o auxílio prestado pela Embaixada em Buenos Aires às Madres, limitando as estratégias transnacionais do grupo para conseguir realmente o apoio dos EUA. As viagens para denunciar os novos casos de desaparecidos, a exposição do grupo em diversas notícias internacionais e as marchas de resistência na Praça de Maio – informações acompanhadas pela Embaixada e repassadas ao Congresso –, pareciam não mais causar a pressão internacional sobre a Junta Militar que antes acontecia durante a gestão Carter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Unidas pela dor, as Mães da Praça de Maio (Madres) enfrentaram a truculência da ditadura civil-militar argentina em busca de seus filhos desaparecidos. Num contexto hostil, de extrema repressão das liberdades político-civis, mulheres e mães com pouca instrução e/ou envolvimento na política quebraram paradigmas que as confinavam no âmbito privado de suas casas (BOUVARD, 1994). Contudo, a indiferença do governo militar e da sociedade dificultavam as tentativas dos movimentos de direitos humanos de coletar informações sobre o caso dos desaparecidos. Por isso, as Madres viram a necessidade de articular internacionalmente a sua luta e os seus contatos para denunciar ao mundo as atrocidades cometidas pelo governo militar. Esta pesquisa buscou, dentre os vários contatos internacionais das Madres, investigar como elas utilizaram suas estratégias transnacionais para conseguir o apoio dos Estados Unidos através de sua Embaixada em Buenos Aires para obter respostas e informações sobre os desaparecidos.

No intuito de compreender o panorama no qual as Madres estavam inseridas, o primeiro capítulo descreveu a instauração da ditadura civil-militar argentina, sua estrutura, objetivos, obstáculos e estratégias de combate à subversão. Entre 1976 e 1983, uma Junta Militar comandada pelas Forças Aérea, Naval e Marinha comandou a Argentina através do Processo de Reorganização Nacional, o qual transparecia em seu discurso que a sociedade teria sido contaminada pelo “mal comunista” de opositores nacionais (VEZZETTI, 2003; NOVARO; PALERMO, 2007). Era necessário “curar” o país de uma “doença”. Nesse *Proceso*, a “cura” era realizada através de ameaças, censuras, detenções, demissões, torturas que englobavam principalmente a técnica dos desaparecimentos. O fazer desaparecer ou o poder desaparecedor consolidou-se como estratégia sistêmica argentina para eliminar os dissidentes do governo e manter a idoneidade dos militares (CALVEIRO, 2006). Quando questionados sobre o paradeiro dos desaparecidos, a Junta Militar afirmava não ter informações: seriam pessoas que teriam saído da Argentina por motivações pessoais. A responsabilidade não era do governo.

Após a exposição sobre as características gerais da Junta Militar, o segundo capítulo dirigiu o foco para a construção identitária das Madres através da interação do grupo, do compartilhamento de suas dores pelo desaparecimento de seus filhos e das contradições internas para decidir como deveriam agir na esfera pública (MELUCCI, 2004). Os conceitos dos confrontos políticos (McADAM *et al.*, 2009) e dos *framings* (enquadramentos) (KECK; SIKKINK, 1998) serviram para descrever como elementos sentimentais e materiais

(transformação da tristeza em ação política; uso de fraldas para reconhecimento visual) das Madres foram unidos de maneira estratégica para, simbolicamente e imgeticamente, chamar a atenção do governo militar e da sociedade argentina para a questão dos desaparecidos.

Revisando a trajetória da construção do grupo, entende-se que, embora com pouca ou nenhuma atividade política, as Madres aprenderam na prática a se organizar enquanto grupo coeso e articular contatos não apenas nacionais, mas também internacionais com vistas a ampliar seu horizonte de oportunidades de denúncia (TARROW, 2011). Um dos elementos iniciais de resistência foi a maternidade, ressignificada enquanto **maternidade política**: o dever-ser de proteção e afetividade foi utilizado como uma estratégia política para justificar o porquê de pedirem pelos desaparecidos, ligados pelo laço familiar de filhas e filhos (DOMENICI; FOSS, 2001; THORNTON, 2016). Na identificação enquanto grupo, o uso das fraldas de seus filhos como lenços representa os cuidados desde bebês por suas mães, futuros cidadãos *chupados* (sugados) pelo governo militar.

Igualmente, houve a (re)ocupação dos espaços públicos, primordialmente pela resistência na Praça de Maio. Ao se encontrarem na Praça, as Madres decidiram ocupá-la para demonstrar publicamente a sua persistência política na luta pelos desaparecidos. O ato de caminhar em círculos na Praça tornou-se, juntamente com o desenvolvimento de sua identidade coletiva, um ato de **marchar**, pois para o grupo, marchar era marchar **em direção ao objetivo de encontrar os desaparecidos**, diferente de realizar “rondas” por não corresponder ao seu objetivo político (AMPM, 1995). A Praça, reabitada politicamente por essas mulheres, significou um grande combate frontal ao governo: nenhum outro grupo atreveu-se a desobedecer de maneira tão visual a Junta (BOSCO 2001). Embora tamanhas ações e exposições públicas para obterem informações (visitas em delegacias, ministérios e cadeias), as Madres recorrentemente ouviam do Estado que não se sabia onde os desaparecidos estavam. Essa obstrução comunicativa entre a esfera governamental e as Madres expõe as estratégias da teoria bumerangue e do efeito espiral: quando os canais domésticos de comunicação não garantem respostas aos problemas, a alternativa é ultrapassar as fronteiras nacionais em direção ao exterior (RISSE; SIKKINK, 1999).

Nesse sentido, as Madres voltaram sua luta ao âmbito internacional: grupos e governos estrangeiros, políticos, figuras renomadas internacionais, presidentes, representantes eclesiásticos e organismos internacionais. Para a análise global de suas estratégias transnacionais de denúncia, identificaram-se quatro momentos nos quais se poderia ampliar a luta do nacional ao internacional: a visita da Anistia Internacional (1977); a Copa do Mundo

(1978); a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (1979) e a Guerra das Malvinas (1982). Esses eventos colocaram a Argentina no centro do debate internacional sobre os desaparecidos, principalmente pela publicação de relatórios de organismos internacionais sobre a situação das violações de direitos humanos, contendo o relato das Madres, ademais da disseminação das imagens do grupo durante o Mundial e a derrocada da Junta Militar pela perda na guerra contra o Reino Unido, a qual somou grandes custos políticos e econômicos ao país para conseguir manter-se no poder com tamanhas críticas.

Esses e outros contatos e oportunidades foram singulares para a denúncia dos desaparecidos. O terceiro e último capítulo buscou analisar como as Madres utilizaram suas estratégias transnacionais para buscar o auxílio dos EUA através de sua Embaixada em Buenos Aires. Os EUA, no final de década de 70, transmitiam em seu discurso uma preocupação internacional com os direitos humanos que chamava a atenção das Madres. Logo, para cumprir esse objetivo, utilizaram-se telegramas disponibilizados pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos do Projeto de Desclassificação da Argentina. Em paralelo, com a leitura das atas das reuniões da Junta Militar, observou-se como o governo argentino respondia às críticas internacionais sobre a situação dos direitos humanos no país e à ingerência de atores externos em sua política nacional.

Entre 1977 e 1978, o envolvimento da Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires com as Madres transpareceu o que seria uma política externa de direitos humanos pelos EUA com a presidência de Jimmy Carter. O órgão empenhou-se em realizar reuniões com grupos de direitos humanos, enviar relatórios sobre a situação dos desaparecidos ao Departamento de Estado dos EUA e, sobretudo, colocar-se à disposição das Mães da Praça de Maio. Contudo, a pressão dos EUA à Argentina com a emenda Humphrey-Kennedy (a qual tornava concessões econômicas, financeiras e militares dependentes do histórico de violações de direitos humanos do país), foi limitada pela existência de outros parceiros dispostos a colaborar com a Junta Militar (DUMBRELL, 1997; SCHMIDLI, 2013).

Além do empecilho criado pela possibilidade da Junta Militar negociar com outros países dificultar a pressão da gestão Carter sobre a Argentina, não havia consenso no Congresso dos EUA sobre a proposta de uma política externa de direitos humanos. Para muitos congressistas, empresários e embaixadores, a proposta de Carter feria a soberania de outros países ao imiscuir-se em assuntos internos e poderia fazer com que industrialistas estadunidenses perdessem oportunidades econômicas com a restrição comercial e financeira imposta aos países com quadros de violações de direitos humanos (SKIDMORE, 1993).

Tendo em conta a não-intervenção como um princípio da política externa dos EUA, uma das alternativas propostas pela Embaixada aos receios das Madres sobre como buscar informações dos desaparecidos foi pressionar a Junta Militar em aceitar uma visita da CIDH ao país. O governo militar, após afrouxar temporariamente as restrições econômicas e financeiras dos EUA, aceitou receber a comissão, a qual visitou centros clandestinos de detenção e realizou entrevistas com familiares e ex-detidos políticos para elaborar suas considerações. Após a visita, a comissão publicou um relatório que alertava a necessidade de melhorias e evidenciava a existência de detenções motivadas por questões políticas e também casos de desaparecimentos; mas o órgão demonstrou que o país avançava lentamente, pois existia uma decaída inicial no número de desaparecidos.

A visita da CIDH demonstrou que apesar de ser benéfica à imagem da administração Carter ao servir de exemplo à sua política externa de direitos humanos, ela trouxe dois resultados negativos às Madres: a Junta Militar, mesmo que reticente à visita e de suas conclusões como observado pelas atas das reuniões do governo, conseguiu melhorar a sua credibilidade no cenário internacional por demonstrar que estava engajada em trabalhar na questão de direitos humanos. Antigos acordos foram retomados e novas negociações comerciais, econômicas, financeiras e militares foram firmadas.

Embora a visita tenha sido positiva às Madres ao maximizar as estratégias transnacionais de denúncia do grupo, a CIDH, ao declarar que os casos de desaparecidos haviam diminuído, passou a imagem de que a Junta Militar estaria realmente preocupada com os direitos humanos, que se demonstrava solícita em fornecer informações aos familiares das vítimas, o que não era verdade conforme os relatos do grupo. Esse foi um momento especial dos **repertórios de confronto político**, dentre os quais se tentou deslegitimar e silenciar o ativismo das Madres, ao mesmo tempo que manteve a idoneidade política da Junta Militar para continuar no poder e conservar as suas alianças políticas internacionais.

Ao final da presidência de Carter (1980 e 1981), nota-se o retorno da gramática dos direitos humanos às margens da política externa dos EUA, dando início num processo contínuo de desestabilização das oportunidades políticas que as Madres buscavam no país para encontrar os desaparecidos. Novos acordos internacionais sobre armamentos foram assinados (OTAN, SALT II) e novos empréstimos econômicos e financeiros foram concedidos à Argentina. A própria opinião pública estadunidense demandava um maior envolvimento com questões securitárias e menos com a pauta de direitos humanos. Nesse contexto, as causas internas teriam sido os principais fatores que dificultaram a institucionalização de uma política externa de

direitos humanos, dado o baixo capital político que Carter possuía no Congresso (SKIDMORE, 1993; SCHMIDLI, 2013).

Conforme os telegramas da Embaixada, apesar do escândalo do desaparecimento de 12 membros das Madres e de duas freiras francesas (seguidas de assassinato), as restrições comerciais e financeiras pelos EUA não continuaram. A maior parte dos congressistas eleita sob a promoção dos direitos humanos teria mudado seu posicionamento devido às novas configurações de suas relações (retomada das relações com China e Oriente Médio), ademais da escalada hostil da URSS perante o governo Carter. Havia uma dissonância entre as decisões em Washington – aparentemente alheias aos direitos humanos na Argentina – e a Embaixada em Buenos Aires, a qual mantinha seu contato e apoio às Madres.

As Madres persistiam ao afirmar que a Junta ainda não divulgava informações precisas sobre os desaparecidos. O acolhimento recebido pela Embaixada não parecia exercer a mesma pressão de outrora. Com Reagan, as perspectivas de uma política externa de direitos humanos pioraram ainda mais. Ao contrário de Carter, Reagan afirmava que a década de 70 tinha sido uma perda para a política internacional dos EUA, sendo necessária a auto-renovação da hegemonia do país e o redirecionamento para problemas domésticos (DUMBRELL, 1997). Em 1981, no início de seu mandato, uma de suas primeiras medidas foi retirar os embargos econômicos à Argentina, causando grande preocupação ao Departamento de Direitos Humanos (conduzido por Patricia Derian), à Embaixada e às Madres.

As Madres demonstraram-se decepcionadas com a **diplomacia silenciosa** de Reagan, a qual propunha negociações privadas sobre questões de violações de direitos humanos ao invés de discussões públicas e transparentes, como era o caso da Argentina. O grupo rebateu as justificativas dos novos diplomatas por ver que se tratava de um retorno aos princípios de Henry Kissinger: os direitos humanos **eram tão importantes quanto quaisquer temáticas da política externa**. Para as Madres, o silêncio dos EUA representava o distanciamento do país com a causa de direitos humanos que tanto havia sido promovida por Carter, além da conivência de Reagan com as violações de direitos humanos na Argentina. Por conseguinte, as estratégias transnacionais das Madres em buscar apoio externo através da Embaixada foram paulatinamente constrangidas exatamente por uma de suas principais esperanças: a crença numa política externa de direitos humanos dos EUA.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALONSO, Luciano. Violencias del Estado durante la última dictadura argentina: problemas de definición y análisis sociohistórico. In: ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica (Coords.). **América Latina. Tiempos de violencias**. Buenos Aires: Ariel, 2014. Cap.7, pp. 191-213.

AMPM - Asociación Madres de Plaza de Mayo. **Historia de las Madres de Plaza de Mayo**. Buenos Aires: Ediciones Asociación Madres de Plaza de Mayo, 1995.

ANSALDI, Waldo; ALBERTO, Mariana. Muchos hablan de ella, pocos piensan en ella. Una agenda posible para explicar la apelación a la violencia política en América. In: ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica (Coords.). **América Latina. Tiempos de violencias**. Buenos Aires: Ariel, 2014. Cap.1, pp. 27-45.

ÁVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A guerra e o direito internacional**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

BARTOLOMEI, Maria Luisa; WEISSBRODT, David. The Effectiveness of International Human Rights Pressures: The Case of Argentina, 1976-1983. **75 Minn. L. Rev.**, 1991, pp. 1009-1035. Disponível em : <http://scholarship.law.umn.edu/faculty_articles/264>.

BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. **Annual Review Sociologic**, V. 26, N. 1974, pp. 611–639, 2000.

BERBRIER, M. “Half the battle”: cultural resonance, framing processes, and ethnic affectations in contemporary white separatists rhetoric. **Soc. Probl.**, V. 45, N. 4, pp. 431–50, 1998.

BLAKELEY, Ruth. State terrorism in the social sciences. In: JACKSON, Richard; MURPHY, Eamon; e POYNTING, Scott (Org.). **Contemporary state terrorism: theory and practice**. New York: Routledge, 2010. pp. 12-27.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. 1ª ed.

BOMBAL, Inés Gonzáles. De Víctimas a Sujeitos: as Mães da Plaza de Mayo. **Revista de Ciências Humanas**, v. 8., n. 11, pp. 49-70, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23524/21182>>

BOSCO, Fernando J. Place, space, networks, and the sustainability of collective action: the *Madres de Plaza de Mayo*. **Global Networks**, v. 1, 2001, pp. 307–329. Disponível em: <doi:10.1111/1471-0374.00018>.

_____. The Madres De Plaza De Mayo and Three Decades of Human Rights' Activism: Embeddedness, Emotions, and Social Movements. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 96, n. 2, 2006, pp. 342–365. Disponível em: <www.jstor.org/stable/3694051>.

BOUVARD, Marguerite Guzman. **Revolutionizing Motherhood: The Mothers of the Plaza De Mayo**. Wilmington: Scholarly Resources Inc., 1994. 343p.

BUSTOS MORESCHI, M. Cecilia; CORNEJO, Elisa M. El terrorismo de Estado y su Impacto. Exilio e Insilio en la FFyH de la UNC. 1975-1977. Tesis (Licenciatura en Historia). Facultad de Filosofía y Humanidades. Escuela de Historia. Universidad Nacional de Córdoba.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina**. Buenos Aires: Colihue, 2006. 1ª ed., 3ª reimp., 176p. 18x11cm.

CARTER, Jimmy. **Inaugural Address of President Jimmy Carter**. Disponível em: <<https://www.jimmycarterlibrary.gov/documents/speeches/inaugadd.phtml>>. Acesso em: 20 jan. 1977.

DALENOGARE NETO, Waldemar. "**Human rights is the soul of our foreign policy**": Jimmy Carter e a diplomacia estadunidense para o Chile. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6577>>. Acesso em: 29 maio 2017.

DELLA PORTA, Donatella; TARROW, Sidney G. **Transnational Protest and Global Activism**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2005.

DESAPARECIDOS. **Centros Clandestinos de Detención**. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

_____. **Represores Argentinos**. Gral. (R) Reynaldo Benito Bignone. Ejército Argentino. Presidente de Facto, Junta Militar. Disponível em: <<http://www.desaparecidos.org/arg/tort/junta/bignone/>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

DIAS, Gustavo Monteiro. **Política e futebol: a Copa do Mundo e 1978 na Argentina**. 2015. 54f. il. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DONNELLY, Jack. **Universal Human Rights in Theory and Practice**. Ithaca: Cornell University Press, 2013. 320p.

DUMBRELL, John. **American Foreign Policy: Carter to Clinton**. Palgrave MacMillan: United Kingdom, 1997. 239p.

FEIERSTEIN, Daniel. Political violence in Argentina and its genocidal characteristics. **Journal of Genocide Research**, Vol. 8, Nº2, 2006, pp. 149-168. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14623520600703024>>.

FIGUEIREDO, Marina. "**¡Aparición con vida!**": a importância da trajetória das Madres de Plaza de Mayo para os direitos humanos. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2016.

JASPER, J. M. **The Art of Moral Protest**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1997.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists beyond borders: advocacy networks in international politics**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998.

_____. Transnational advocacy networks in international and regional politics. **International Social Science Journal**, v. 51, n. 159, p. 89-101, 1999.

KEOHANE, Robert O. The demand for international regimes. In: **International Regimes**. KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. pp. 141-171.

KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. In: **International Regimes**. KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. pp. 1-21.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Revista Lua Nova**, nº 76, São Paulo, 2009, pp. 11 – 48.

MELUCCI, Alberto. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert (Editores). **Social movements and culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004. pp.41-63.

_____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001. 199p.

NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-rio: Saberes e práticas científicas**, Rio de Janeiro, p.1-10, ago. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoA_NPUH.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2017.

NAVARRO, Marysa. The personal is political: Las Madres de Plaza de Mayo. In: ECKSTEIN, S. (Ed.). **Power and popular protest: Latin American social movements**. Berkeley: University of California Press, 2001. pp. 241-258.

NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. **A ditadura militar argentina, 1976-1983: do golpe de Estado à restauração democrática**. São Paulo: EDUSP, 2007. 743p.

NYE, Joseph S.; KEOHANE, Robert O. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, Wisconsin, v. 3, n. 25, p.329-349, 1971. Disponível em: <https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/364783/mod_resource/content/1/keohane-nye_1971.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

O'DONNELL, Guillermo. **Análise do Autoritarismo burocrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 428p.

ONUF, N. G.; PETERSON, V. Human Rights from an International Regimes Perspective. **Journal of International Affairs**, Vol. 37, Nº 2, The Politics of International Law (Inverno), pp. 329-342, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24356934>>.

PENNA FILHO, Pio. O Itamaraty nos anos de chumbo – O Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979). **Revista Brasileira de Política**

Internacional, v. 52, n. 2, p. 43-62, 2009. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n2/03.pdf>>.

QUIROGA, Hugo. El tiempo del “Proceso”. In: SURIANO, Juan (Dir.). **Dictadura y democracia: 1976-2001**. Buenos Aires: Sudamericana, 2005. 560p.

RISSE, Thomas. Transnational Actors and World Politics. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; A SIMMONS, Beth (Ed.). **Handbook of International Relations**. London: Sage Publications, 2013. p. 426-452. Disponível em:
<https://us.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/66123_Transnational_Actors_and_World_Politics.pdf>. Acesso em: 7 out. 2016.

RISSE, Thomas; SIKKINK, Kathryn. The socialization of international human rights norms into domestic practices: introduction. In: RISSE, Thomas; ROPP, Stephen C.; SIKKINK, Kathryn (Org.). **The power of human rights: international norms and domestic change**. New York: Cambridge University Press, 1999. pp. 1-38.

ROMERO, Luis Alberto. **A history of Argentina in the twentieth century**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002. 370p.

RUSSELL, Roberto. Argentina y la política exterior del régimen autoritario (1976-1983): una evaluación preliminar. **Estudios Internacionales**, Año 17, Nº 66 (Abril-Junho), pp. 170-201, 1984. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41391134>>.

SCHMIDLI, William Michael. **The fate of freedom elsewhere: human rights and U.S. Cold War policy toward Argentina**. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 2013.

SCHMITZ, David F.; WALKER, Vanessa. Jimmy Carter and the Foreign Policy of Human Rights: The Development of a Post-Cold War Foreign Policy. **Diplomatic History**, v. 28, n. 1 (Janeiro), pp. 113-143, 2004. Disponível em: <doi:10.1111/j.1467-7709.2004.00400.x>.

SIMMONS, Beth A. **Mobilizing for Human Rights**. International Law in Domestic Politics. New York: Cambridge University Press, 2009. 451p.

SKIDMORE, David. Carter and the Failure of Foreign Policy Reform. **Political Science Quarterly**, [s.l.], v. 108, n. 4, p.699-729, 1993. Wiley-Blackwell.
<http://dx.doi.org/10.2307/2152405>. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/2152405?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 27 abr. 2017.

SZNADJER, Mario. El impacto de la aplicación de las Doctrinas de Seguridad Nacional en el Cono Sur. In: BALABAN, Oded e MEGGED, Amos (Comps). **Impunidad y derechos humanos en América Latina**. La Plata: Universidad de Haifa y Ediciones Al Margen, 2003. pp.153-169.

TARROW, Sidney. **The new transnational activism**. New York: Cambridge University Press, 2005.

_____. **Power in movement: social movements and contentious politics**. New York: Cambridge University Press, 2011.

TAYLOR, Diane. Making a Spectacle: The Mothers of the Plaza de Mayo. **Journal of the Association for Research on Mothering**, v. 3, n. 2, 2001.

THORNTON, Sally Webb. Grief Transformed: The Mothers of the Plaza de Mayo. **OMEGA - Journal of Death and Dying**. V. 41, n. 4, pp. 279-289. 2016. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2190/YVKV-7601-8VKD-VM5T?journalCode=omea>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

VALDES, Ernesto Garzon. El Terrorismo de Estado (El problema de su legitimación e ilegitimidad). **Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca)**, n. 65, jul.-set., 1989. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/RevEsPol/article/viewFile/47595/29064>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

VASCONCELOS, Daniela Mateus. Autoritarismo, direitos humanos e redemocratização: uma análise comparativa da justiça de transição no Brasil e na Argentina. 2013. **Revista Andina de Estudios Políticos**. V. III, n. 1, pp. 134-165.

VEZZETTI, Hugo. **Pasado y presente**. Guerra, dictadura y sociedad en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2003. 240p. 21x14cm.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods**. California: Sage Publications Inc., 2003.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. In: **International Regimes**. KRASNER, Stephen D. (Ed.). Ithaca: Cornell University Press, 1983. 372p. pp. 93-113.

Documentos e Leis

AMNESTY INTERNATIONAL. REPORT OF AN AMNESTY INTERNATIONAL MISSION TO ARGENTINA, 6-15 NOVEMBER 1976. 1977a. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/204000/amr130831977eng.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2017.

_____. AMNESTY INTERNATIONAL REPORT 1977. 1977b. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/204000/pol100061977eng.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. Actas de la Dictadura: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. **Tomo 3: actas 66 a 123, 11 de julio de 1978 – 11 de diciembre de 1979**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2014a. 1a. ed. Disponível em: <<http://www.mindef.gov.ar/archivosAbiertos/index.php>>. Acesso em: 21 maio 2017.

_____. Ministerio de Defensa. Actas de la Dictadura: documentos de la Junta Militar encontrados en el Edificio Cóndor. **Tomo 4: actas 124 a 212, 19 de diciembre de 1979 – 2 de febrero de 1982**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2014b. 1a. ed. Disponível em: <<http://www.mindef.gov.ar/archivosAbiertos/index.php>>. Acesso em: 21 maio 2017.

COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP).

Nunca más: informe final de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas.

Buenos Aires: Eudeba, 1984. Disponível em:

<<http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/nuncamas.html>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS (DoS); Embaixada dos Estados Unidos em Buenos Aires. U.S. Embassy (Hill) to secretary of state (Vance), 17 de março de 1977, **Argentine Reactions to Human Rights**. Disponível em:

<https://foia.state.gov/Search/Results.aspx?collection=ARGENTINA&searchText;=*>.

_____. U.S. Embassy (Hill) to secretary of state (Vance), 1977b, **Argentine Reactions to Human Rights**.

_____. Carta de Fernando E. Rondon ao Embaixador Robert C. Hill (U.S. Embassy), 1977c, **Report on Patt Derian's Conversations where Embassy officers were not present**.

_____. U.S. Embassy, 1977d, **Al Grupo de Trabajo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto**.

_____. U.S. Embassy (Vance) to Charge Chaplin, 1977e, **Derian Visit with Admiral Massera**.

_____. Carta das Mães da Praça de Maio ao General Videla, 1977f, **Spanish language document**.

_____. Carta das Mães da Praça de Maio a AFL-CIO, 1977g, **Spanish Language Document**.

_____. From Mark to Patt, 1977h, **Human Rights Talking Points – Argentina**.

_____. Carta das Mães da Praça de Maio ao Embaixador dos EUA Raúl Castro, 1977i, **Foreign language document**.

_____. U.S. Embassy (Vance), 1977j, **Disappearance of Daniel Antokoletz**.

_____. U.S. Embassy (Castro), 1977k, **Disappearances reported of Mothers of Plaza de Mayo and their Supporters**.

_____. U.S. Embassy (Christopher), 1977l, **Argentina Human Rights**.

_____. To the Ambassador From Harris, 1977m, **Disappearances of persons connected to Mother's Group**.

_____. Regional Security Office (RSO), R.J. Kelly, 1977n, **Mothers of Plaza de Mayo**.

_____. U.S. Embassy (Castro), 1977o, **Disappearance of Mothers Group's Supporters: Latest Developments**.

_____. U.S. Embassy (Castro), 1977p, **Mother's Group Disappearances: "Montonero" Document becoming inoperative.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1977q, **U.S. Interest Human Rights Cases.**

_____. U.S. Embassy, 1978a, **Working Tape – 3 – Side A/Side B.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978b, **Antokoletz Disappearance.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978c, **Disappearance of French Nuns and Mothers' Group Supporters.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978d, **Report of Nuns' Death.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978e, **Meeting with Mothers of the Plaza de Mayo.**

_____. U.S. Embassy, 1978f, **Argentina: Human Rights and Bilateral Relations.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978g, **Draft Memcon of Newsom meeting with Argentine human rights groups.**

_____. U.S. Embassy, 1978h, **Memorandum on Torture and Disappearance in Argentina.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978i, **Harassment of Mother's group.**

_____. U.S. Embassy, 1978j, **Letter signed by Argentine mothers (The Mothers of Plaza de Mayo) addressed to Undersecretary Newsom.**

_____. Carta de Patricia Derian ao senador Frank Church, 1978k, **Argentine 'Mothers of the Plaza de Mayo'.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978l, **Human Right's Roundup: Human Rights Organizations.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978m, **Visit to Washington by "Mothers of the Plaza de Mayo".**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1978n, **Human Rights Letters to President Carter.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1979a, **Police "Close" Plaza de Mayo to stop Mother's demonstration.**

_____. U.S. Embassy (Vance), 1979b, **Representation on Behalf of Mothers of the Plaza and Jehovah's Witnesses.**

_____. U.S. Embassy (Vance), 1979c, **Mothers' of Disappeared Argentines.**

_____. U.S. Embassy (Castro), 1979d, **Police Roundup 43 Mothers near Plaza de Mayo.**

- _____. U.S. Embassy (Harris), 1979e, **Mothers' Group Request for Assistance.**
- _____. U.S. Embassy (Castro), 1979f, **Mothers of the Plaza de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (Young), 1979g, **Departure for Buenos Aires of Four Mothers from the Plaza de Mayo group.**
- _____. U.S. Embassy (Flood), 1979h, **The Human Rights Situation in Argentina.**
- _____. Carta de Rosalynn Carter as Mães da Praça de Maio, 1979i, **Draft message from Mrs. Carter to the Mothers of Plaza de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (Buchanan), 1979j, **Human Rights Highlights: Argentina: August Disappearances.**
- _____. U.S. Embassy (Castro), 1979k, **The IAHRC Visit: not much changed?**
- _____. U.S. Embassy (Andre), 1980a, **Human Rights in Argentina.**
- _____. U.S. Embassy, 1980b, **Mothers of Plaza de Mayo and the Disappeared.**
- _____. Carta das Mães da Praça de Maio ao presidente Carter, 1980c.
- _____. U.S. Embassy (King), 1981a, **Arrest of Mothers of Pluwa (sic) de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (King), 1981b, **Arrest of Mothers of Plaza de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1981c, **Mothers and GOA on collision course.**
- _____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1981d, **Mothers of the Plaza de Mayo – April 30 demonstration.**
- _____. U.S. Embassy (Haig), 1 de julho de 1981e, **Paza (sic) Mothers visit department.**
- _____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 8 de julho de 1981f, **Plaza de Mayo Mothers' Papers Seized.**
- _____. U.S. Embassy (Haig), 1981g, **Seizure of items from Mothers of the Plaza de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (Stoessel), 1981h, **Reported numbers of disappeared.**
- _____. U.S. Embassy, 1981i, **Detention of Hebe de Bonasini (sic) and María Adela de Antokoletz.**
- _____. U.S. Embassy, 1981j, **Detainees.**
- _____. U.S. Embassy, 1981k, **The Mothers of the Plaza de Mayo.**
- _____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1981l, **Mothers' day protest march.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1982a, **Visit of Assistant Secretary Enders: Human Rights.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1982b, **Plaza de Mayo Mothers Request.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1982c, **The Mothers Sting Bignone.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1982d, **Human Rights Developments.**

_____. CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales, 1982e, **Human Rights Bulletin: September-October, 1982.**

_____. Carta das Madres para o Presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, 1983a, **Foreign language document.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1983b, **Argentine Mothers report new disappearances.**

_____. U.S. Embassy (Shlaudeman), 1983c, **Human Rights Developments.**

_____. Memorando, 1983d, **Meeting with Representatives of the Mothers of the Plaza de Mayo.**

_____. Memorando, 1983e, **Summary of the Visit of James Thyden, Human Rights Office Director.**

OEA. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Report on the Situation of Human Rights in Argentina.** OEA/Ser.L/V/II.49 Doc. 19, corr.1 (1980).

UNITED NATIONS. Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide. Treaty Series, v. 78, p. 277. Disponível em: <http://www.undocuments.net/cppcg.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

_____. **The Core International Human Rights Instruments and their monitoring bodies.** Disponível em:

<<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CoreInstruments.aspx>>. Acesso em: 9 abr. 2017.

Notícias

ARGENTINA. Subsecretaría de Coordinación Administrativa. Ministerio de Educación de La Nación. **Golpes de Estado en argentina (anteriores a 1976).** 2017. Disponível em: <http://www2.me.gov.ar/efeme/24demarzo/golpes.html>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

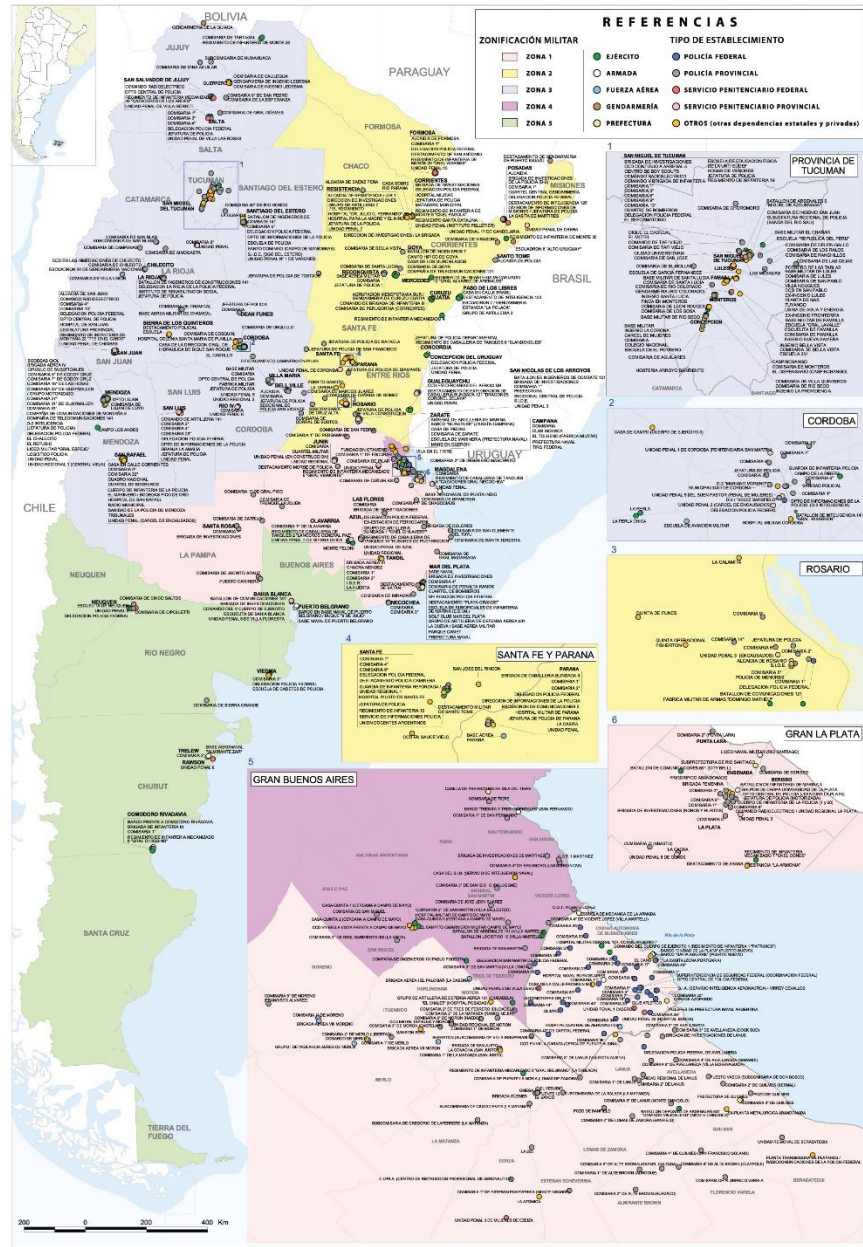
PROYECTO DESAPARECIDOS. **Centros Clandestinos de Detención.** 2017. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/centros/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

UNITED STATES OF AMERICA. Office Of The Historian. United States Department Of State. **Détente and Arms Control, 1969–1979.** 2017. Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1969-1976/detente>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

ANEXO A

Figura 1 – Centros Clandestinos de Detención durante o terrorismo de Estado na Argentina (1975-1983)

CENTROS CLANDESTINOS DE DETENCIÓN DURANTE EL TERRORISMO DE ESTADO EN LA ARGENTINA (1975-1983)



Fuente: REGISTRO UNIFICADO DE VÍCTIMAS DEL TERRORISMO DE ESTADO (RVTE), SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS DE LA NACIÓN.
 Cartografía: SIC 250 ION PROGRAMA NACIONAL MAPA EDUCATIVO.
 Mapa SHO 1011, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, República Argentina, diciembre de 2011.
 Coordinación y realización general:
 * Áreas de SITIOS DE MEMORIA y RVTE, SECRETARÍA DE DERECHOS HUMANOS, MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS.
 PROGRAMA NACIONAL MAPA EDUCATIVO, MINISTERIO DE EDUCACIÓN.

Consultas, observaciones y aporte de nuevos datos:
 COORDINACIÓN RED FEDERAL DE SITIOS DE MEMORIA, Acta del Libertador 8151 (ESPACIO MEMORIA y DCH) - ex ESMA
 IC SITIOS DE MEMORIA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2011. ACTO 3145 SITIOS DE MEMORIA, 115, 127 y 133.
 Como electrónico: www.sitiosdememoria.gov.ar
www.defensoria.gov.ar/ y www.investigaciones.gov.ar/

LA INFORMACIÓN AQUÍ PRESENTADA SE ENCUENTRA EN PERMANENTE ACTUALIZACIÓN.



Fonte: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos. Secretaría de Derechos Humanos. Sitios de Memoria. Sitios de Memoria del Terrorismo de Estado. Disponível em: <http://www.jus.gov.ar/media/2866019/mapa_ccds.jpg>. Acesso em: 9 abr. 2017.

ANEXO B

Figura 2 – Marcha das Madres na Praça de Maio



Fonte: Madres de Plaza de Mayo Línea Fundadora. Disponível em:
<http://madresfundadoras.blogspot.com.br/2016_04_01_archive.html>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ANEXO C

Figura 3 – Marcha das Madres na Praça de Maio



Fonte: NOTICIAC. 30 de abril: Se cumplen 39 años de la primera marcha de las Madres de Plaza de Mayo. Disponível em: <<http://notinac.com.ar/index.php/politics2/item/4012-30-de-abril-se-cumplen-39-anos-de-la-primera-marcha-de-las-madres-de-plaza-de-mayo>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ANEXO D

Figura 4 – Madres marcham com a frase “Aparição com vida”



Fonte: Propuesta. La construcción de la imagen de las Madres de Plaza de Mayo a través de la fotografía de prensa. Disponível em: <<http://propuesta77.blogspot.com.br/2014/03/madresdeplazademayo-fotografia.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ANEXO E

Figura 5 – Madres ameaçadas pela cavalaria da Junta Militar



Fonte: Propuesta. La construcción de la imagen de las Madres de Plaza de Mayo a través de la fotografía de prensa. Marcha por la vida 2 de octubre de 1982. Fotógrafo: Eduardo Longoni. Disponível em: <<http://propuesta77.blogspot.com.br/2014/03/madresdeplazademayo-fotografia.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ANEXO F

Figura 6 – O Efeito Bumerangue

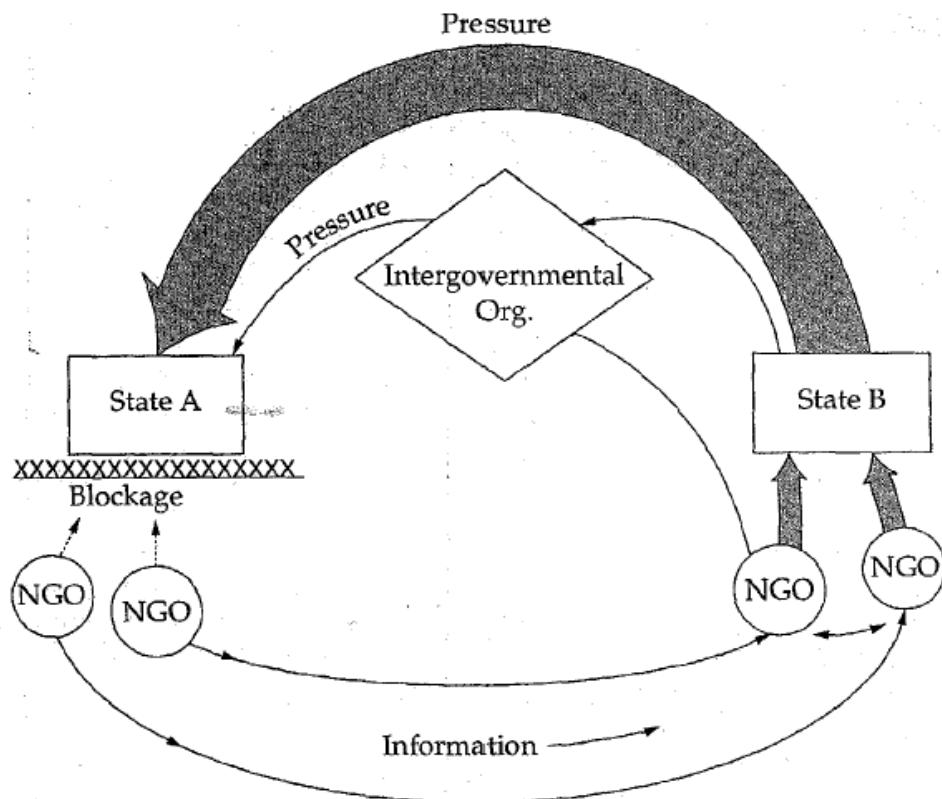


Figure 1. Boomerang pattern. State A blocks redress to organizations within it; they activate network, whose members pressure their own states and (if relevant) a third-party organization, which in turn pressure State A.

Fonte: KECK; SIKKINK, 1998, p. 13.

ANEXO G

Figura 7 – O Modelo Espiral

Table 1.1. *The spiral model, dominant actors, and dominant interactions modes*

Phase	1. Repression	2. Denial	3. Tactical concessions	4. Prescriptive status	5. Rule-consistent behavior
Dominant actors moving process to next phase	Transnational human rights networks	Transnational human rights networks	Transnational networks and domestic opposition	National governments and domestic society	National governments and domestic society
Dominant mode of interaction	Instrumental rationality	Instrumental rationality	Instrumental rationality → rhetorical action → argumentative rationality	Argumentative rationality and institutionalization	Institutionalization and habitualization

Fonte: RISSE; SIKKINK, 1999, p. 32.

ANEXO H

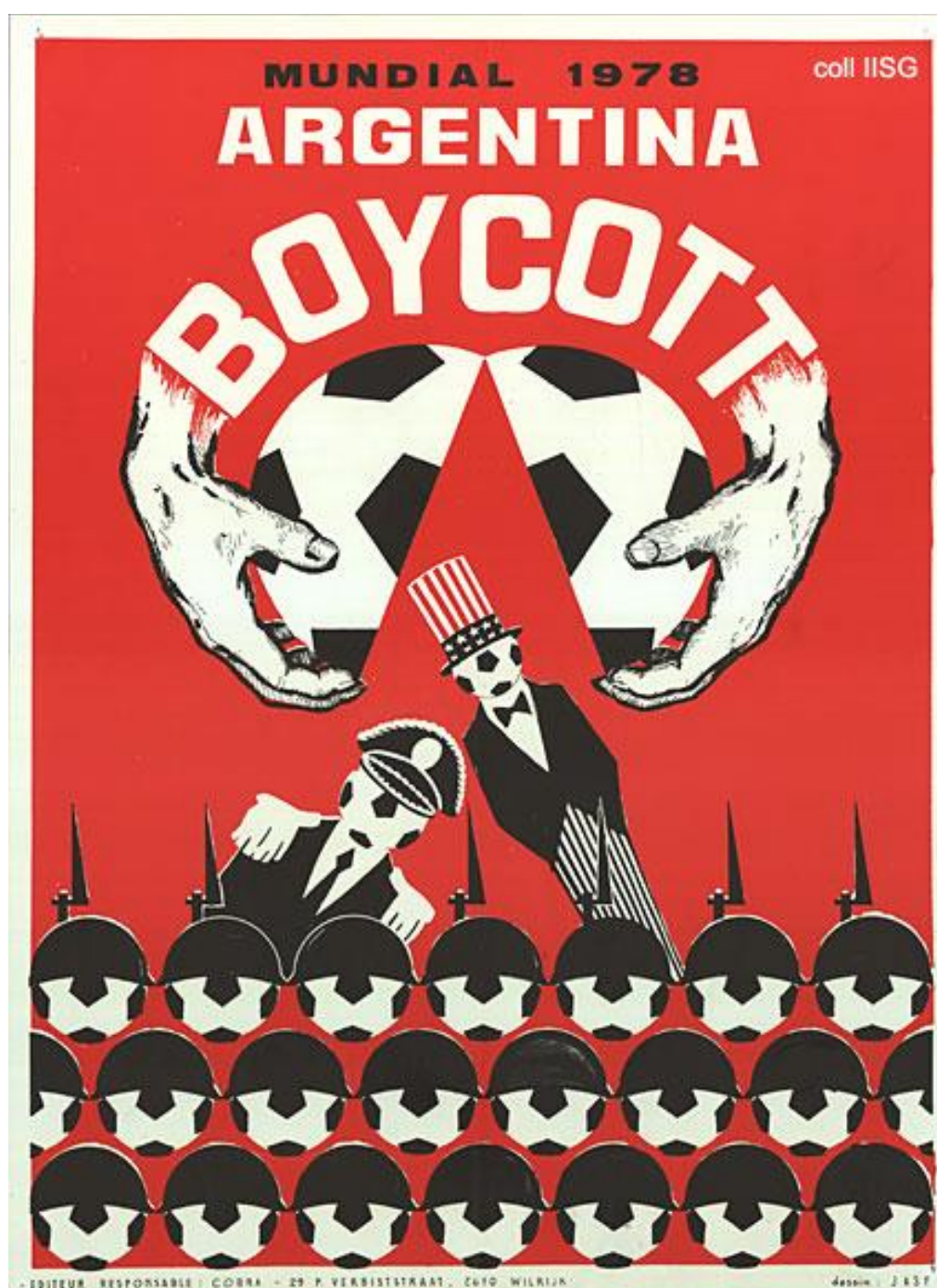
Figura 8 – Mídia francesa pede boicote a Copa de 1978 na Argentina



Fonte: Argentina 78. Publicidad en el Mundial del 78. Disponível em: <<http://argentina78sc.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

ANEXO I

Figura 9 – Mídia belga pede boicote a Copa de 1978 na Argentina



Fonte: International Institute of Social History. Mundial 1978 Argentina Boycott. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/tourism/d12-375.php>. Acesso em: 17 abr. 2017.

ANEXO J

Figura 10 – Protesto das Madres durante a Guerra das Malvinas na Praça de Maio



Fonte: Ministerio de Educación. Educación y Memoria. Madres de Plaza de Mayo manifestándose durante la guerra de Malvinas. Disponível em:

<<http://educacionymemoria.educ.ar/secundaria/fotos/dictaduraenelmundo/attachment/3-1-madres-de-plaza-de-mayo-manifestandose-durante-la-guerra-de-malvinas-agn/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.